

Revista **Teopraxis**

Caminhos para a Fraternidade



v. 41, n. 136, jan./jun./2024

T314

Revista Teopraxis, vol.1, n.1(1984-) / Instituto de Teologia e Pastoral.
Passo Fundo: ITEPA, 1984 - v.41- n°136, Jan./Jun./2024. Semestral.

ISSN:1677-860X versão impressa (descontinuada)

ISSN:2763-5201 versão eletrônica

1.Teologia -Periódicos I. Instituto de Teologia e Pastoral-ITEPA

Catálogo na fonte: Bibliotecária Valderes de Rezende - CRB 10/2588

Equipe Editorial

Diretoria do Itepa

Dr. Pe. Ivanir Antonio Rampon - Diretor Executivo

Dr. Pe. Rogério Luiz Zanini - Vice-Diretor Executivo

Dr. Pe. Dirceu Dalla Rosa - Administrador – Tesoureiro

Ms. Pe. Élcio Alcione Cordeiro – Secretário

Editor chefe

Dr. Rogério Luiz Zanini - Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - Itepa Faculdades

Comissão editorial

Ms. Pe. Ari Antônio dos Reis - Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - Itepa Faculdades

Ms. Selina Maria Dal Moro - Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - Itepa Faculdades

Dr. Pe. Rogério Luiz Zanini - Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - Itepa Faculdades

Dr. Regiano Bregalda - Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - Itepa Faculdades

Conselho Editorial

Dr. Claudio Almir Dalbosco - Universidade de Passo Fundo - UPF

Dr. Edivaldo José Bortoleto - Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Dr. Frei Luis Carlos Susin - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Dr. Leandro Luis Bedin Fontana - Philosophisch-Theologische Hochschule Sankt Georgen (Frankfurt, Alemanha)

Dra. Maristela Dal Moro - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Dr. Pe. Leo Konzen - Instituto Missioneiro de Teologia - IMT

Dr. Pe. Ivanir Antonio Rampon - Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - Itepa Faculdades

Ms. Pe. Ivanir Antônio Rodighero - Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - Itepa Faculdades

Ms. Pe. Jair Carlesso - Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - Itepa Faculdades

Revisão de linguagem

Eunice Maria da Silva

Diagramação

William Vinícius Preto

Contato

Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - Itepa Faculdades

Rua Senador Pinheiro, 350

Vila Rodrigues, Passo Fundo – RS

CEP: 99070-220

Telefone: (54) 3045 6272

Email: itepafaculdades@gmail.com

Site: <https://itepa.com.br/ojs/index.php/teopraxis>

Sumário

EDITORIAL	4
Ivanir Antonio Rodighero e Ivanir Antonio Rampon	
FRATELLI TUTTI E SOLIDARIEDADE GLOBAL	7
<i>Fratelli Tutti and global solidarity</i>	
Maikel Pablo Dalbem	
FRATELLI TUTTI E A DEFESA DA VIDA.....	20
<i>Fratelli Tutti and the Defense of Life</i>	
Dário Bossi	
CARTA ENCÍCLICA FRATELLI TUTTI E O MIGRANTE.....	31
<i>Encyclical Letter Fratelli Tutti and the migrant</i>	
Alfredo J. Gonçalves	
FRATERNIDADE E DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO	45
<i>Fraternity and interreligious dialogue</i>	
Paulo César Nodari	
FRATELLI TUTTI E A SUPERAÇÃO DO INDIVIDUALISMO PELA EDUCAÇÃO	61
<i>Fratelli Tutti and the overcoming of individualism through education</i>	
Daniela De David Araujo	
ATÉ ONDE VAMOS? A FRATERNIDADE E AMIZADE SOCIAL E A DEFESA DA CASA COMUM	71
<i>Where are we going? Fraternity and social friendship and the defense of our common home</i>	
Maristela Dal Moro	
ECONOMIA E JUSTIÇA SOCIAL À LUZ DA ENCÍCLICA <i>FRATELLI TUTTI</i>	85
<i>Economy and social justice in the light of the encyclical Fratelli Tutti</i>	
Tiago Arcego da Silva	
POR UMA FENOMENOLOGIA DA AMIZADE SOCIAL	96
<i>Towards a phenomenology of social friendship</i>	
Edebrande Cavalieri	
JOSÉ DE NAZARÉ E O CURRÍCULO EVANGELIZADOR: APROXIMAÇÕES PEDAGÓGICO- PASTORAIS	107
<i>Joseph of Nazareth and the evangelizing curriculum: pedagogical-pastoral approaches</i>	
Humberto Herrera Contreras	

EDITORIAL

Ivanir Antonio Rodighero*

Ivanir Antonio Rampon**

*Possui graduação em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo, em Teologia pelo Instituto de Teologia e Pastoral de Passo Fundo, especialização em Epistemologia das Ciências Sociais pela Universidade de Passo Fundo e mestrado em Teologia Dogmática pela Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção.

 E-mail: ivanirantonio.itepa@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-2195-3252>

**Possui graduação em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo (1996), graduação em Teologia pela Itepa Faculdades (2000), mestrado em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (2004), doutorado em Teologia Espiritual pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma (2011).

 <https://orcid.org/0000-0003-2882-440X>

A Revista Teopraxis da Faculdade de Teologia e Ciências Humanas, Itepa Faculdades, n.136 de 2024 ousa resgatar, com a colaboração de vários pensadores, o pensamento teológico-social-pastoral do Papa Francisco contido na Encíclica “Fratelli Tutti”. Publicada em outubro de 2020 e erigida sobre os temas da fraternidade, da amizade social e da solidariedade esta Encíclica reafirma o sentido do amor, como princípio evangélico que implica algo mais do que uma série de ações benéficas, mas que derivam de uma união que propende, cada vez mais, para o outro, considerando-o precioso, digno, aprazível e bom, independentemente de seus traços diferenciais. Como princípio postula-se que a postura fraterna, amiga e solidária parece ser o remédio que o mundo precisa

para superar as desigualdades, divisões, violências de toda sorte e o ódio.

É unanimidade entre os autores dos textos, contidos neste fascículo, que as desigualdades são resultado das injustiças, provocadas pelas orientações excludentes do modelo econômico neoliberal. Para garantir seu êxito, sob ameaça de ataques sub-reptícios ou explícitos, intimidações morais e agressões físicas até a morte, este modelo induz a violências contra os segmentos sociais que se opõem a privatização da riqueza socialmente produzida e a seu movimento excludente que se pretende hegemônico.

O Papa Francisco enfatiza a importância da fraternidade entre as pessoas, independentemente de sua origem étnica, cultural ou religiosa. Ele destaca a necessidade de promover a amizade social como um caminho para superar conflitos e divisões. A fraternidade é exigente porque ela desce até a última raiz daquele que deseja ser discípulo de Jesus Cristo. Comporta diferenças, não desigualdades. Estas precisam ser superadas e aquelas valorizadas. Como a riqueza é resultado da concentração de renda em benefício de alguns e em detrimento de outros, é necessário afirmar que nessa situação não há fraternidade, sobretudo do ponto de vista do Evangelho de Jesus.

O documento ressalta a necessidade de uma solidariedade global pela qual todos os países e povos se unam para enfrentar desafios comuns, como a pobreza, as mudanças climáticas e a migração.

É necessário afirmar que a amizade social, fruto maduro do exercício da fraternidade, não é um programa romântico, mas um propósito de esforços. Ao tratar das “lutas legítimas e do perdão”, o Papa Francisco ensina:

Não se trata de propor um perdão renunciando aos próprios direitos perante um poderoso corrupto, um criminoso ou alguém que degrada nossa dignidade. Somos chamados a amar todos, sem exceção, mas amar um opressor não significa consentir que continue a oprimir, nem levá-lo a pensar que é aceitável o que faz. Pelo contrário, amá-lo corretamente é procurar, de várias maneiras, que deixe de oprimir, tirar-lhe o poder que não sabe usar e que o desfigura como ser humano. Perdoar não significa permitir que continuem a pisotear a própria dignidade e a do outro, ou deixar que um criminoso continue a fazer o mal. Quem sofre injustiça tem de defender vigorosamente seus direitos e os da sua família, precisamente porque deve guardar a dignidade que lhes foi dada, uma dignidade que Deus ama. [...] O perdão não só não anula essa necessidade, mas reclama-a (FT 241).

Sem receio de contestações, Francisco critica o individualismo e a cultura do descarte e convoca a todos de boa vontade para o exercício do cuidado com os mais vulneráveis e excluídos da sociedade. Segundo ele, a fraternidade e a amizade social são, ao mesmo tempo e em si mesmas, um modo de viver e resultado de constante exercício de solidariedade. Ao considerar que todo ser humano possui uma dignidade inviolável, inalienável (FT 213-214), Francisco enfatiza a urgência do diálogo, uma vez que a ausência dele despreocupa e desocupa a todos do bem comum (FT 202).

Debruçados sobre este documento papal e imbuídos de seus princípios e orientações, os autores abaixo elencados, com todo o empenho e espírito fraterno, deixam para a Itepa Faculdades e a todos os que desejarem, o legado de suas reflexões e o convite para solidariamente empenhar-se na luta evangélica para a construção da paz, fruto da amizade, da solidariedade e fraternidade universal.

O Maikel Pablo Dalbem aborda a “Fratelli Tutti e a solidariedade global”, explicitando que são vários os acontecimentos que comprovam que o atual momento global é crítico. E a “Fratelli Tutti” existe a partir da tentativa de Francisco em propor uma profunda leitura da realidade e novas perspectivas para a solução dos consolidados e emergentes atentados contra a vida. As saídas encontram-se na direção da fraternidade universal e da solidariedade global. Ambas alicerçam seus pilares no patrimônio da fé recolhido na Doutrina Social da Igreja. Para Francisco um verdadeiro desenvolvimento teológico se dá a partir da leitura atenta dos sinais dos tempos.

O Dário Giuliano Bossi aborda a “Fratelli Tutti e a defesa da vida”, resgatando a capacidade humana de transcender o egoísmo e promover a fraternidade como uma relação espiritual que vai além da mera soma de interesses individuais. A fraternidade não é entendida apenas em nível das relações pessoais, mas também em sua dimensão política e conforme o princípio da solidariedade que se funda na Doutrina Social da Igreja.

A “Fratelli Tutti e o migrante” constituiu-se tema abordado pelo Alfredo Gonçalves. O autor procura colocar em evidência a solicitude pastoral do Papa Francisco para com os migrantes e refugiados. Seus gestos em favor dos migrantes enfatizam “valem uma encíclica”. Em vista disso, o texto traça um breve retrato das migrações históricas, entendendo-o como pano de fundo para compreender as migrações contemporâneas.

A “Fratelli Tutti em diálogo inter-religioso” foi trabalhada por Paulo César Nodari. O autor

buscou refletir sobre algumas questões e problemas expostos pelo Papa Francisco no que se refere à cultura do encontro e da fraternidade, baseada na amizade social e no amor político. Segundo o Prof. Nodari, a “Fratelli Tutti” promove o diálogo inter-religioso e a cooperação entre diferentes tradições religiosas como um meio de promover a paz e a compreensão mútua.

Daniela De David Araujo trata da “Fratelli Tutti” e a superação do egocentrismo. O individualismo é tratado como um dos principais desafios da sociedade contemporânea neoliberal. Ao refletir sobre essa questão e suas implicações para o bem comum, buscou situar a educação como forma de enfrentamento à indiferença egoísta.

Maristela Dal Moro indaga até onde vamos? A fraternidade e amizade social exige a defesa da casa comum. A autora apresenta, também, possíveis caminhos dispostos para reconstruir o tempo presente e sua possibilidade de reconversão aos modos de vida, culturas, valores que têm suas raízes nos povos ancestrais. Disserta sobre sua hipótese buscando amparo nas práticas ancestrais do bem viver e avança indicando a necessidade da realização da soberania alimentar, da agroecologia, cujos princípios se afinam com os ensinamentos anunciados pelo Papa Francisco. Este mundo só será possível se se sustentar na fraternidade, na amizade social e no profundo respeito à casa comum e àqueles que nela habitam.

“A economia e justiça social à luz da Encíclica Fratelli Tutti” são os temas abordados por Tiago Arcego da Silva. Para Arcego a Encíclica não é a inauguração do pensamento econômico do Papa Francisco, mas sim, está conectada a uma série de documentos anteriores que já provocavam movimentos e ações concretas. Por sua vez, “Fratelli Tutti” chama a atenção para a necessidade de uma economia mais justa, que coloque as necessidades humanas à frente do lucro, combatendo, assim, a desigualdade e a exclusão social.

“A Fratelli Tutti e a Sinodalidade” são os temas refletidos por Edebrando Cavalieri. O autor busca na fenomenologia desenvolvida por Edmund Husserl um referencial para tecer um diálogo com o pensamento do Papa Francisco, expresso na Encíclica Fratelli Tutti. Dessa forma, ao mostrar a fenomenologia da amizade social, baseada no retorno ao mundo da vida e ao desenvolvimento da experiência intersubjetiva, chega-se à proposta final de uma aspiração ao amor ético-social.

Humberto Herrera Contreras trata de “José de Nazaré e o currículo evangelizador: aproximações pedagógico-pastorais”. O autor tece conexões com as proposições e compromissos do Pacto Educativo Global e do relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. O texto é um convite para reimaginar juntos nossos futuros: um novo contrato social para a educação.

Ao encerrar a presente apresentação crê-se ser importante retornar ao projeto desta edição. Ou seja, frisa-se que os temas desenvolvidos pelos autores, aos quais cabe uma profunda gratidão, constituem-se e continuarão sendo eixo de reflexão junto à comunidade acadêmica da Itepa Faculdades, tendo como meta promover uma formação para a realização da práxis pastoral fundamentada numa visão de mundo mais inclusiva, compassiva e solidária, com um apelo à construção de um mundo mais fraterno, justo e em paz.

FRATELLI TUTTI E SOLIDARIEDADE GLOBAL

Fratelli tutti and global solidarity

Maikel Pablo Dalbem*

*É mestre em Teologia Sistemática – Sagrada Escritura pela Faculdade Jesuíta de Belo Horizonte e doutor em Teologia Moral pela Pontifícia Accademia Alfonsiana de Roma. Atualmente é professor associado na Pontifícia Accademia Alfonsiana de Roma, ocupando-se de temas relativos à Moral Social.

Recebido em 18/02/2024

Aprovado em 11/05/2024

 mdalbem@alfonsiana.org

 <https://orcid.org/0009-0006-6720-0869>

Resumo: No texto busca-se compreender a evolução do termo “solidariedade” no interior da teologia magisterial de Papa Francisco até a redação da carta encíclica Fratelli Tutti. Enriquecida com o adjetivo global, o termo solidariedade para Francisco se traduz como real e profunda crítica às divisões e desigualdades globais, em vistas de um amor inclusivo e empático inspirado em São Francisco de Assis. Sendo assim, a forma de solidariedade que busque se realizar como “global” não se reduz a apenas ajuda caritativa, mas deve se concretizar como coparticipação na dor e no destino comum da humanidade. A encíclica propõe uma “amizade social” que reconhece a dignidade de todos, buscando superar polarizações e ultranacionalismos. Francisco busca a promoção de formas de diálogo entre instâncias locais e globais, evitando universalismos abstratos e/ou localismos estagnados. Sua visão teológica enfatiza a

interconexão e responsabilidade mútua na construção de uma comunidade global justa e fraterna.

Palavras-chave: Fraternidade universal; Solidariedade global; Amizade social; Diálogo local-global; Inclusão e dignidade.

Abstract: The text aims to understand the evolution of the term “solidarity” within Pope Francis’ magisterial theology until the writing of the encyclical letter Fratelli tutti. Enriched with the global adjective, the term solidarity for Francis is translated as a real and profound critique towards global divisions and inequalities, in the pursuit of an inclusive and empathetic love inspired by St. Francis of Assis. Therefore, the idea of solidarity that seeks to become “global” is not reduced to charitable aid only, but must be concretized as co-participation in the pain and common destiny of humanity. The encyclical proposes a “social friendship” that recognizes the dignity of all, seeking to transcend polarizations and ultranationalisms. Francis seeks the promotion of forms of dialog between local and global instances, avoiding abstract universalisms and/or stagnant localisms. His theological vision emphasizes interconnectedness and mutual responsibility in the building of a just and fraternal global community.

Keywords: Universal fraternity; Global solidarity; Social friendship; Local-global dialog; Inclusion and dignity.

INTRODUÇÃO

No oitavo ano de seu pontificado, em outubro de 2020, Papa Francisco apresentou a *Carta Encíclica Fratelli Tutti* (FT), um de seus documentos mais elaborados até o momento em termos de moral social e que, segundo nossa impressão, ainda está longe de ser plenamente atuado em toda a sua riqueza propositiva para o atual complexo sociocultural.

São vários os acontecimentos que comprovam que o atual momento global é crítico. Com relação à paz, além das guerras que ocupam os telejornais como Rússia-Ucrânica e Israel-Hamas, são inúmeros os conflitos civis em diversos países pobres, principalmente em África e Ásia, que permanecem à margem da grande mídia, mas que provocam um número enorme de mortes e sofrimento para tantos. O fenômeno dos grupos extremistas e atentados terroristas ainda é real.

No campo político o retorno com grande força de movimentos ultranacionalista e a consequente crise dos órgãos internacionais de diálogo multilateral estão à ordem do dia. Um mundo que ainda se recupera de uma pandemia depois de um esforço global interessante para sua superação, ainda não consegue reconhecer e se articular em torno ao problema de saúde pública que leva à morte tantos nos bolsões de pobreza espalhados pelo mundo. Enfim, ainda teríamos muitos sintomas para elencar.

Encontramos em *Fratelli Tutti* a tentativa de Francisco em propor uma leitura da realidade e um caminho em vista de uma nova visão para a solução de tais problemas. Neste breve artigo, tentaremos mostrar como a reflexão que o Papa realiza na direção de uma Fraternidade Universal e uma Solidariedade global encontra-se em continuidade com patrimônio da fé recolhido na Doutrina Social da Igreja, e como em Francisco se dá um verdadeiro desenvolvimento teológico a partir da leitura dos sinais dos tempos.

Escolhemos não entrar em questões específicas, para evitar de cair em análises superficiais. Nosso foco estará na evolução teológica do termo solidariedade. Oferecemos este texto como uma simples provocação para que outros realizem a análise de tais problemas a partir do contributo de Francisco Papa.

Metodologicamente, fizemos a escolha de não ampliar tanto a bibliografia, mas, permanecendo e trabalhando com textos escolhidos do Magistério de Francisco, conseguir ser mais claro na demonstração da linha evolutiva teológica que prepara a compreensão de uma solidariedade global em *Fratelli Tutti*.

1. DA FRATERNIDADE UNIVERSAL À SOLIDARIEDADE GLOBAL

Francisco Papa se defronta no referido documento com os problemas presentes em um mundo pretensamente globalizado e sem fronteiras, porém ainda extremamente demarcado por tantas barreiras que dividem e classificam os seres humanos em categorias e preconceitos, sejam eles sociais, de raça ou gênero, cerceando as relações humanas no interior de “bolhas”, que muitas vezes, não obstante estas sejam produto de um fenômeno de profundas raízes culturais, são reforçadas e geridas por interesses de manutenção de poder de determinados grupos através de discursos de ódio e de manipulação política e econômica.

Aquele antiquíssimo fenômeno social de extrapolação da reação negativa por parte do império de um ego narcisista destronado diante do diverso, estabelecendo-se como estrutura social na ressonância dos interesses manipulatórios de iguais, em atual contexto globalizado, se apresenta socialmente sempre mais complexo em suas estruturas fenomênicas ultranacionalistas,

de polarização política, aporofóbicas, genocidas etc., declarando assim o fim do diálogo e da possibilidade de que o diverso, que pretensamente constituiria uma “ameaça”, tenha direito a existir.

Como ponto de partida para a sua leitura da realidade, o Papa busca luzes na experiência de outro Francisco, o santo *proverello di Assisi*, que, mesmo em época histórica muito diversa, sai da segurança de seu mundo de cristandade europeia, para encontrar-se no Egito com o sultão Malik-al-Kamil, motivado simplesmente por sua ampla compreensão de fraternidade humana (FT, 3). A experiência do amor cristão que motiva o santo de Assis não se perde em meio a teorizações, mas se apresenta na concretude de uma fraternidade humana que não conhece limites, que não divide mas aproxima, fazendo da experiência desafiadora diante do diverso um louvor à grandeza do Criador (FT 4).

Para suas reflexões nesta encíclica, Papa Francisco também encontrará inspiração em um encontro com um mundo de fé diverso do seu. No dia 04 de fevereiro de 2019 ele se encontra na fraternidade com o Grande Íman Ahmad Al-Tayyeb. Juntos afirmam uma verdade fundamental e comum, que constitui a base de compreensão sobre a identidade humana a partir da visão compartilhada pelos dois no diálogo da fé: a força criativa do Amor Divino chamou à existência todos os seres humanos iguais nos direitos, nos deveres e na dignidade, convocando-os à fraternidade (FT, 5).

Assim, o exercício desta forma de amor aberto ao diferente, dialogante e empático, vem definido por Francisco com o termo “fraternidade universal”. Tal consciência fraterna não se resume em simples ações caritativas em senso pobre, mas em uma forma de amor superior (*caritas*) que se concretiza em ações em que o outro vem considerado “como precioso, digno, aprazível e bom, independente das aparências físicas ou morais. O amor ao outro por ser quem é impele-nos a procurar o melhor para sua vida” (FT, 94), ou seja, se trata de um amor encarnado na história e engajado na comunhão com a comunidade humana.

Deste modo, na organização da vida de uma sociedade, da compreensão de fraternidade universal se desdobra e se fundamenta aquilo que Francisco expressa em seu documento como “amizade social” como forma de exercício de uma identidade fraterna que não exclui ninguém, reconhecedora da dignidade basilar que carrega todo ser humano; uma forma de amor fraternal concreto que se expande para além das fronteiras sociais e nacionais (FT, 99), mas que ao mesmo tempo não se anula ou dissolve, mas que se estabelece como parceiro dialogante na tensão dialética entre local e global.

Ocorre lembrar que, entre a globalização e a localização, também se gera uma tensão. É preciso prestar atenção à dimensão global para não cair numa mesquinha quotidianidade. Ao mesmo tempo convém não perder de vista o que é local, que nos faz caminhar com os pés por terra. As duas coisas unidas impedem de cair em algum destes dois extremos: o primeiro, que os cidadãos vivam num universalismo abstrato e globalizante (...); o outro extremo é que se transformem num museu folclórico de “eremitas” localistas, condenados a repetir sempre as mesmas coisas, incapazes de se deixar interpelar pelo que é diverso e de apreciar a beleza que Deus espalha fora das suas fronteiras. É preciso olhar para o global, que nos resgata da mesquinhez caseira. Quando a casa deixa de ser

lar para se tornar confinamento, calabouço, resgata-nos o global, porque é como a causa final que nos atrai para a plenitude. Ao mesmo tempo temos de assumir intimamente o local, pois tem algo que o global não possui: ser fermento, enriquecer, colocar em marcha mecanismos de subsidiariedade. Portanto, a fraternidade universal e a amizade social dentro de cada sociedade são dois polos inseparáveis e ambos essenciais. Separá-los leva a uma deformação e a uma polarização nociva (FT, 142).

Francisco descreve assim a base de compreensão teo-antropológica que fundamenta sua visão sobre as relações sociais a partir da experiência de fé cristã. Em outras palavras podemos dizer que, em consonância com o patrimônio da fé, se parte da universalidade do amor Divino destinado a toda a realidade criada, para compreender todo e qualquer ser humano revestido de uma dignidade fraternalmente compartilhada com os demais. Tal visão se manifesta como uma espécie de “solidariedade” na aventura de ser humano, que somente pode encontrar sua plena realização na abertura recíproca, rejeitando toda fragmentação. Este “ser-com” como responsabilidade fraterna se realiza como resposta virtuosa na solidariedade concreta, ou seja, no empenho com o destino comum.

Desta forma, solidariedade não pode ser reduzida ao singular ato benéfico nas relações privadas, mas é compreendida em termos globais como coparticipação tanto na dor daquele que sofre ao meu lado, como também na complexidade do destino comum de todos os povos. Abre-se deste modo espaço para uma compreensão enriquecida que englobe os dois sentidos contidos no termo, a saber consciência e ato, ao mesmo tempo que se ampliam os horizontes para a percepção das interconexões complexas que compõem a realidade, libertando de visões ingênuas e redutivas.

Antes de seguir no aprofundamento desta chave de leitura de uma solidariedade global, temos como fundamental traçar um caminho de evolução e importância do termo na teologia magisterial de Francisco. Assim, iremos antes ao Compêndio da Doutrina Social da Igreja, estabelecendo as linhas de continuidade colhidas pelo Papa. Posteriormente, buscaremos em específico nos documentos *Evangelii Gaudium* e *Laudato Si'*, a apropriação e evolução que Francisco faz do termo solidariedade. Enfim, retornaremos a *Fratelli Tutti* em sua especificidade, continuando e aprofundando a leitura já iniciada aqui.

2. SOLIDARIEDADE COMO PRINCÍPIO PERMANENTE DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

Junto com o bem comum e a subsidiariedade, a solidariedade constela entre os três princípios permanentes da Doutrina Social da Igreja (CDSI). Fundamentados sobre a inalienável dignidade da pessoa humana, criada imagem de Deus-Trindade, tais princípios, por sua vez, nascem como exigência do encontro da mensagem evangélica com a especificidade concreta dos problemas sociais (CDSI,160).

Interconexa com os demais princípios, a solidariedade se configura como a virtude que permeia a complexidade dessas relações inspiradas pela caridade, por sua vez baseada sobre o fundamento comum da dignidade de cada pessoa humana. Relações estas que não se reduzem ao mero âmbito privado, mas que ganham em complexidade na medida em que as relações humanas

se alargam geográfica e culturalmente. Já em *Mater et Magistra*, de São João XXIII, o Magistério Católico reconhece que na socialidade humana se torna cada vez mais evidente o fenômeno da interdependência entre indivíduos e povos. Quanto mais se desenvolvem os meios de comunicação, de intercâmbio e de livre circulação, mais aumenta essa interconexão, tanto positiva quanto negativamente.

Tal interdependência tende a se tornar cada vez mais complexa do ponto de vista moral com o desenvolvimento de nossa sociedade hiperconectada. Hoje falamos de inteligência artificial, nanorrobótica, intervenção genética, realidade virtual, metaverso, todas as expressões desse desenvolvimento que, até certo ponto, aproximam as pessoas e podem proporcionar maior qualidade de vida. Apesar desses aspectos positivos, essa hiperconectividade traz consigo riscos não só no campo da bioética e/ou da ética fundamental em relação ao uso dessas novas tecnologias, mas também o risco social real do fechamento e da virtualização das relações, do consumismo desenfreado, da destruição do meio ambiente e da desigualdade cada vez maior entre as pessoas, os países e as sociedades, nos vários termos do bom desenvolvimento e da igualdade de participação e distribuição.

Em face do fenômeno da interdependência e da sua constante dilatação, subsistem, por outro lado, em todo o mundo, desigualdades muito fortes entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, alimentadas também por diversas formas de exploração, de opressão e de corrupção, que influem negativamente na vida interna e internacional de muitos Estados. O processo de aceleração da interdependência entre as pessoas e os povos deve ser acompanhado com um empenho no plano ético-social igualmente intensificado, para evitar as nefastas consequências de uma situação de injustiça de dimensões planetárias, destinada a repercutir muito negativamente até nos próprios países atualmente mais favorecidos (CDSI, 192).

A Doutrina Social da Igreja reconhece um duplo aspecto complementar ao princípio da solidariedade: como um princípio social e como uma virtude moral. Em outras palavras, enquanto a solidariedade é uma virtude moral pessoal que une as pessoas, estabelecendo relações maduras de crescimento, apoio, aceitação e a busca do bem comum, ou seja, o bem de cada um e de todos, ela se desdobra como um princípio social que aborda as injustiças presentes na sociedade e leva a uma luta consciente contra as atuais “estruturas de pecado” (Iohannes Paulus II, 1987, n. 36) que geram morte, injustiça e segregação.

A solidariedade deve ser tomada antes de mais nada, no seu valor de princípio social ordenador das instituições, em base ao qual devem ser superadas as estruturas de pecado, que dominam as relações entre as pessoas e os povos, devem ser superadas e transformadas em estruturas de solidariedade, mediante a criação ou a oportuna modificação de leis, regras do mercado, ordenamentos.

A solidariedade é também uma verdadeira e própria virtude moral, não um sentimento de compaixão vaga ou de enternecimento superficial pelos males sofridos por tantas pessoas próximas ou distantes. Pelo contrário, é a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos (CDSI, 2021, n. 193).

É de grande importância compreender que a solidariedade, em seu duplo sentido de virtude e princípio social, funciona como uma forma de amálgama que une os vários elementos do que reconhecemos como uma moralidade baseada na interrelacionalidade. A mensagem da doutrina social sobre a solidariedade, reforçando a ligação entre todos os seres humanos, rompe com compreensões que estratificam e aproxima os seres humanos dispersos em diversos contextos culturais e geográficos. Tudo e todos estamos interconexos; o destino do mundo, dos povos e dos singulares está profundamente interligado em solidariedade.

Com tal percepção se enfatiza o fato de que existem vínculos estreitos entre a solidariedade e o bem comum, a solidariedade e o destino universal dos bens, a solidariedade e a igualdade entre os homens e os povos, a solidariedade e a paz mundial. A liberdade humana encontra seu espaço e limite na medida em que se realiza não de modo fechado na realização dos prazeres individuais e de grupos delimitados, mas se contextualiza em espaço de ampla comunhão.

O termo solidariedade, amplamente empregado pelo Magistério, exprime em síntese a exigência de reconhecer, no conjunto dos liames que unem os homens e os grupos sociais entre si, o espaço oferecido à liberdade humana para prover ao crescimento comum, de que todos partilhem. A aplicação nesta direção se traduz no positivo contributo que não se há de deixar faltar à causa comum e na busca dos pontos de possível acordo, mesmo quando prevalece uma lógica de divisão e fragmentação; na disponibilidade a consumir-se pelo bem do outro, para além de todo individualismo e particularismo (CDSI, 194).

Em outras palavras, a solidariedade configura-se, assim, como o espaço de liberdade que se exerce e atua na direção do bem comum, rompendo com atitudes de individualismo e particularismo. Considerando a interrelação intrínseca que existe entre as pessoas ao se realizarem em sociedade, o princípio da solidariedade leva ao reconhecimento de uma certa forma de compromisso/débito social existente para com os outros.

Compromisso porque as decisões e ações em âmbito não podem ser mais compreendidas de modo isolado, impactando de modos diversos no todo. Débito porque, embora todos participem do mesmo contexto cultural e, portanto, virtualmente poderiam participar das mesmas condições e ter o mesmo direito de voz, na realidade, nem todos participam igualmente dessa divisão e compartilhamento de bens, espaço e dádivas sociais. Apesar do fato de que, por dignidade, todos tenham o direito de acessar essa realidade, o contexto real nos confronta com o desequilíbrio que leva muitos a condições de vida inferiores e à miséria. A percepção que nos oferece a Doutrina Social da Igreja nos leva a compreender que nas relações sociais a realidade não pode ser explicada como simples divisão matemática.

Concluindo e colhendo a leitura até agora feita, percebemos que a leitura da Tradição cristã contida na Doutrina Social da Igreja compreende a solidariedade em modo amplo, não resumindo simplesmente ao sentido estreito de um ato de caridade verso alguém que necessita. A DSI busca ir, portanto, em profundidade, ou seja, nas raízes da identidade humana e cristã reconhecendo a solidariedade, uma vez que fundada sobre a dignidade humana, como uma forma de consciência de comunhão que se desdobra em uma ética/moral de responsabilidade.

Em modos diversos segundo o lugar que cada um ocupa no tecido social, todos e cada um são responsáveis não somente pelo bem do mundo circunstante, mas com o destino da inteira humanidade. Francisco, já no primeiro documento de seu papado, colhendo em profundidade esta compressão, como veremos a seguir, se coloca em continuidade com o Magistério precedente, desenvolvendo esta visão alargada sobre a solidariedade ao longo de seu ensinamento social.

3. SOLIDARIEDADE E A ALEGRIA DO EVANGELHO

A exortação apostólica *Evangelii Gaudium* (EG), apresentada em 24 de novembro de 2013, é por muitos considerada como uma espécie de “carta programática” para o pontificado de Francisco. Isto vem refletido não somente na data simbólica na qual fora publicada, próprio no último domingo de um ano litúrgico às portas do Avento, mas pela gama de argumentos tratados reunidos em torno de um projeto de uma “Igreja em saída”, ou seja, uma exortação à saída da inércia e da mera manutenção eclesial interna, em direção à redescoberta da força criativa e missionária, não proselitista, da Boa-Notícia de Cristo, provocando para uma dinâmica de encontro e da promoção da Vida; uma convocação ao anúncio da alegria Evangelho da Vida.

É certo que não podemos classificar a referida exortação como um documento que trate estritamente da problemática social. Contudo, justamente por conceber uma evangelização encarnada na vida, o aspecto social não poderia deixar de ser tocado. Assim, Francisco dedica o capítulo IV inteiro à reflexão sobre a dimensão social da evangelização. É propriamente nesta parte do documento que encontramos o tema da solidariedade.

Na abertura desta seção do texto, Francisco recorda a afirmação fundamental de que “no próprio coração do Evangelho se encontra a vida comunitária e o compromisso com os outros” (EG, 177). Como pessoa, e não somente indivíduo, o ser humano se realiza em comunhão com os demais. Remetendo-se ao texto do Compêndio da Doutrina Social da Igreja, o Papa recorda que a Redenção em Cristo abrange não somente a pessoa singular, mas o complexo de relação sociais às quais ela participa e nas quais ela realiza sua existência (CDSI, 52). Sendo assim, a evangelização compreende necessariamente a promoção humana e a busca do bem comum (EG, 178). Anúncio salvífico e amor efetivo aos irmãos estão intrinsecamente ligados, não podendo coexistir um sem o outro sem que se perca o essencial da vida cristã:

A Palavra de Deus ensina que, no irmão, está o prolongamento permanente da Encarnação para cada um de nós: ‘Sempre que fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, a Mim mesmo o fizestes’ (Mt 25,40). O que fizermos aos outros, tem uma dimensão transcendente: ‘Com a medida com que medirdes, assim sereis medidos’ (Mt 7,2); e corresponde à misericórdia divina para conosco: ‘Sede misericordiosos como o vosso Pai é misericordioso. Não julgueis e não sereis julgados; não condeneis, e não sereis condenados; perdoai, e sereis perdoados. Dai e ser-vos-á dado (...). A medida que usardes com os outros será usada convosco’ (Lc 6,36-38) (EG, 179).

Na impossibilidade de tratar no momento todas as questões sociais pertinentes, Francisco concentra-se em dois problemas que retêm fundamentais: a inclusão social dos pobres e a paz e o

diálogo social. É próprio neste tratamento que encontramos a gama de sentidos que ele dedica ao princípio solidariedade.

Com relação à inclusão social dos pobres, Francisco recorda que, para a Igreja, a opção preferencial pelos pobres é uma categoria teológica, muito mais que cultural, política, sociológica ou filosófica. É um escândalo para alguém que tenha fé no Deus de Jesus, uma verdadeira ferida que um irmão, criado também ela a imagem de Deus, seja colocado à margem e sofra com a fome e dela sejam tiradas as possibilidades mínimas para viver e se desenvolver.

Para a Igreja, a opção pelos pobres é mais uma categoria teológica que cultural, sociológica, política ou filosófica. Deus ‘manifesta a sua misericórdia antes de mais’ a eles. Esta preferência divina tem consequências na vida de fé de todos os cristãos, chamados a possuírem ‘os mesmos sentimentos que estão em Cristo Jesus’ (*Fl 2,5*). Inspirada por tal preferência, a Igreja fez uma *opção pelos pobres*, entendida como uma ‘forma especial de primado na prática da caridade cristã, testemunhada por toda a Tradição da Igreja’. Como ensinava Bento XVI, esta opção ‘está implícita na fé cristológica naquele Deus que Se fez pobre por nós, para enriquecer-nos com sua pobreza’. Por isso, desejo uma Igreja pobre para os pobres (EG, 198).

Ouvir o clamor de quem sofre por causa da pobreza e da miséria, e lutar pela liberdade das situações de exclusão e pela promoção de condições dignas de vida para todos é um dever inerente à vocação de cada cristão (EG, 187). É nesta linha que Francisco compreende o sentido mais profundo desta faceta da solidariedade no interior de *Evangelii Gaudium*, ou seja, como uma mentalidade de comunhão, “que pense em termos de comunidade, de prioridade da vida para todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns” (EG, 188), e não simplesmente como atos esporádicos de generosidade.

Tocando em argumentos centrais para a Doutrina Social da Igreja, como a função da propriedade e o destino universal dos bens, Francisco é extremamente fiel a Tradição recebida ao colocar no centro a dignidade humana que vem diminuída pela fome de lucro e poder. Neste contexto a solidariedade nasce como reação espontânea diante da ferida aberta; uma verdadeira conversão das estruturas pessoais e sociais.

A solidariedade é uma reação espontânea de quem reconhece a função social da propriedade e o destino universal dos bens como realidades anteriores à propriedade privada. A posse privada dos bens justifica-se para cuidar deles e aumentá-los de modo a servirem melhor o bem comum, pelo que a solidariedade deve ser vivida como a decisão de devolver ao pobre o que lhe corresponde. Estas convicções e práticas de solidariedade, quando se fazem carne, abrem caminho a outras transformações estruturais e tornam-nas possíveis. Uma mudança nas estruturas, sem se gerar novas convicções e atitudes, fará com que essas mesmas estruturas, mais cedo ou mais tarde, se tornem corruptas, pesadas e ineficazes (EG, 189).

Para Francisco, a escuta solidária do clamor dos pobres não se reduz ao microcosmo circunstancial, mas se amplia como visão mais abrangente e global dando voz ao clamor de inteiros povos, principalmente aqueles que se encontram em situação de pobreza, sem condições de desenvolvimento. Chama ainda a atenção para a perigosa e real possibilidade de instrumentalização da solidariedade em novas formas de colonialismo por parte de nações mais favorecidas e grupos

detentores de poder. “Precisamos crescer numa solidariedade que ‘permita a todos os povos tornarem-se artífices do seu destino’, tal como ‘cada homem é chamado a desenvolver-se’” (EG, 190).

Desta forma, a solidariedade na concepção que Francisco quer reforçar, toca todos os estratos da sociedade, inclusive e de modo particular o econômico e político, seja nacional que internacional, na construção de repostas concretas que coloquem o ser humano ao centro, rompendo com o império dos mercados e da especulação financeira. Trata-se, portanto, de uma verdadeira conversão ética dos modelos sociais onde a caridade, em seu sentido profundo e amplo como recordava papa Bento XVI em *Caritas in Veritate* (CV), seja o princípio regulador não somente das micro-relações, como também das macro-relações sociais (CV, 652; FT, 205).

Assim Francisco afrontará a segunda categoria de questões sociais mencionadas anteriormente: a paz e o diálogo social. Compreendendo a solidariedade como uma forma de mentalidade de conjunto que tenha ao centro a dignidade e o respeito ao diferente, que não se perca em teorizações, mas que direcione à ação concreta, ele a compreende como um estilo de construção histórica conjunta.

A solidariedade, entendida no seu sentido mais profundo e desafiador, torna-se assim um estilo de construção da história, um âmbito vital onde os conflitos, as tensões e os opostos podem alcançar uma unidade multifacetada que gera nova vida. Não é apostar no sincretismo ou na absorção de um no outro, mas na resolução num plano superior que conserva em si as preciosas potencialidades das polaridades em contraste (FT, 2020, n. 228).

Antes de darmos o próximo passo reflexivo neste breve artigo, em conclusão podemos assim compreender que Francisco, partindo da Tradição eclesial já presente na Doutrina Social da Igreja, propõe a solidariedade como um princípio básico e ordenador a iluminar a ação humana em todos os seus níveis. Tal princípio, fundamentado na comum dignidade identitária de toda criatura humana e na conseqüente universalidade do desejo salvífico trinitário, se revela como uma mentalidade à qual Francisco convida Igreja e Sociedade a operar uma verdadeira e concreta *metanóia*, ou seja, uma verdadeira mudança de paradigmas que rompam com mecanismos escravizantes e excludentes, reais geradores de morte.

4. LAUDATO SI': HORIZONTE AMPLIADO NA DIREÇÃO DE UMA SOLIDARIEDADE UNIVERSAL

Na *Carta Encíclica Laudato Si'* (LS), publicada em 2015, apenas dois anos depois de *Evangelii Gaudium*, encontramos uma proposta de alargamento do conceito de solidariedade na direção de toda a realidade criada, e não mais restrito a uma visão estreita das relações humanas. Papa Francisco ressalta, já no início do documento, a necessidade de uma “solidariedade universal” (LS, 14), que envolva os diversos estratos e grupos sociais, bem como os governos nacionais, em um esforço de diálogo reflexivo e ação concreta com relação à construção do futuro do planeta e, conseqüentemente, da humanidade. O atual quadro da crise ambiental coloca de modo muito claro como a ação humana agravado ao quadro de mudanças climáticas, bem como colocado em sério risco o futuro da raça humana.

Sua compreensão de solidariedade vai assim entendida no interior de uma visão de caráter holístico de integração de toda a realidade criada. Toda a realidade criada se encontra em relação¹, tudo está conectado, sendo assim, cada ação humana provoca “uma interação entre os ecossistemas e entre os diferentes mundos de referência social e, assim, se demonstra mais uma vez que ‘o todo é superior à parte’” (LS, 141).

Inspirado no patrimônio da fé, Francisco compreende esta trama relacional a partir de uma sana teologia da Criação como fruto do Mistério do Amor Trinitário aos moldes daquela proposta por São Boaventura.

As Pessoas divinas são relações subsistentes; e o mundo, criado segundo o modelo divino, é uma trama de relações. As criaturas tendem para Deus; e é próprio de cada ser vivo tender, por sua vez, para outra realidade, de modo que, no seio do universo, podemos encontrar uma série inumerável de relações constantes que secretamente se entrelaçam. Isto convida-nos não só a admirar os múltiplos vínculos que existem entre as criaturas, mas leva-nos também a descobrir uma chave da nossa própria realização. Na verdade, a pessoa humana cresce, amadurece e santifica-se tanto mais, quanto mais se relaciona, sai de si mesma para viver em comunhão com Deus, com os outros e com todas as criaturas. Assim assume na própria existência aquele dinamismo trinitário que Deus imprimiu nela desde a sua criação. Tudo está interligado, e isto convida-nos a maturar uma espiritualidade da solidariedade global que brota do mistério da Trindade (LS, 240).

A visão oferecida por Francisco em seu documento sobre o problema ecológico é bastante complexa e interessante, entrando na trama de interações formada pelos elementos componentes da realidade. Trata-se, portanto, de considerar o problema das graves mudanças climáticas em suas raízes humanas profundas, a partir de seus componentes sociais e culturais. Retorna, assim, a opção preferencial pelos pobres e a solidariedade como princípio integrador agora não somente a partir da dignidade humana, mas considerando a dignidade de toda a realidade criada em profunda relação (Cf. LS, 158). Onde a dignidade humana vem ferida, é ferida também toda a criação; onde o criado é desfrutado pela mentalidade utilitarista, necessariamente o ser humano, principalmente os mais pobres, vêm também ele desfrutado e instrumentalizado.

O termo solidariedade como mentalidade/consciência relacional encarnada na vida ganha em sentido de inteireza, completude, em vistas da construção de uma identidade comum e histórica que se estabelece como responsabilidade verso às gerações presentes e futuras na construção e no cuidado da casa comum onde todos possam participar da Vida.

Isto significa também cultivar uma identidade comum, uma história que se conserva e transmite. Desta forma cuida-se do mundo e da qualidade de vida dos mais pobres, com um sentido de solidariedade que é, ao mesmo tempo, consciência de habitar numa casa comum que Deus nos confiou (LS, 232).

1 Sobre este argumento, recomendamos o interessante livro: Carbajo Núñez, Martín. *Tutto è collegato: ecologia integrale e comunicazione nell'era digitale*. Napoli: Editrice Domenicana Italiana, 2020.

5. SOLIDARIEDADE GLOBAL: DIGNIDADE FRATERNA

Nossa leitura até o presente momento pôde reconhecer o esforço feito por Francisco ao longo dos documentos analisados em desvencilhar-se de uma visão reducionista sobre a solidariedade que a restringisse a ações caritativas isoladas. Tomando da Tradição recente, Francisco deixa muito claro, desde *Evangelii Gaudium*, que compreende a solidariedade como um *modus vivendi*, uma mentalidade encarnada, uma consciência interrelacional que se desdobra em atos e fundamenta a leitura da realidade humana em suas complexas interconexões.

Em *Laudato Si'*, amplia o horizonte de leitura para compreender que tais complexas interrelações que compõe o tecido da existência humana, não tem implicações somente no interno do contexto das sociedades e grupos humanos, mas que está em profunda correlação com toda a realidade criada; dignidade humana e dignidade do criado estão profundamente interconexos, de modo que a lesão ou progressão de uma, influencia necessariamente na outra. Com sua encíclica sobre a ecologia integral, Francisco evidencia que o sofrimento dos pobres e fragilizados coincide com o grito da Criação, provocado principalmente pela prevalência do paradigma utilitarista nos regimes e nas relações sociais, políticas e econômicas do último século.

Em *Fratelli Tutti*, percebemos que esta solidariedade como anteriormente desenvolvida, baseada sobre a dignidade inalienável de toda a criatura, se expressa como fraternidade. Mais do que solidariedade de gênero ou de raça humana, Francisco reforça que o fundamento à base desta solidariedade reside na consciência de uma ligação muito mais profunda em uma forma de amor fraternal-familiar, que respeita e se deixa interpelar pelo outro e que se preocupa pelo bem comum, ressignificando, inclusive, vínculos biológicos e sociais.

Nestes momentos em que tudo parece diluir-se e perder consistência, faz-nos bem invocar a solidez, que deriva do fato de nos sabermos responsáveis pela fragilidade dos outros na procura dum destino comum. A solidariedade manifesta-se concretamente no serviço, que pode assumir formas muito variadas de cuidar dos outros. [...] É pensar e agir em termos de comunidade, de prioridade da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns. É também lutar contra as causas estruturais da pobreza, a desigualdade, a falta de trabalho, a terra e a casa, a negação dos direitos sociais e laborais. É fazer face aos efeitos destrutivos do império do dinheiro. A solidariedade, entendida no seu sentido mais profundo, é uma forma de fazer história e é isto que os movimentos populares fazem (FT, 115-116).

Além do sentido de solidez que carrega a origem etimológica do termo solidariedade, a mesma palavra-base indica também os sentidos de inteiro, completo, que, a nosso parecer, apontam para esta mentalidade proposta por Francisco de uma visão ampla da dignidade humana e da realidade criada, que supera os limites impostos pela ganância, pelo egoísmo e pela objetificação do outro. No sentido desta consciência de “ser-com”, Francisco fala de uma “ética global de solidariedade e cooperação a serviço de um futuro modelado pela interdependência e pela corresponsabilidade na inteira família humana” (FT, 127).

Dos problemas situados nas comunidades locais aos grandes problemas atuais que tocam o direito dos povos, como as guerras, a migração, a fome e a corrupção em países com baixas taxas

de desenvolvimento social, urge a necessidade de implantação deste horizonte universal proposto por Francisco em seu documento, que possibilite o cultivo de valores universais nas diversas manifestações culturais humanas (FT, 146).

Se de um lado nos defrontamos com alguns quadros sociais de mentalidade narcisista, bem como com o esforço de manutenção econômico e político de grupos privilegiados e detentores de poder, que sustentam sistemas de manipulação social, por outro lado, a provocação de Francisco chama à instauração de uma mentalidade completamente outra, pautada em uma espécie de abertura solidária global, fundamentada em uma fraternidade de caráter universal, que saiba se realizar no salutar equilíbrio entre particular e universal. Tal consciência se oporia necessariamente ao escândalo das estruturas sociais geradoras de morte e exclusão, principalmente dos mais fragilizados socialmente, abrindo-se em desenvolvimento e atuação de espaços de vida para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste artigo, podemos reconhecer, através do caminho trilhado, como a expressão solidariedade está em profunda conexão com o argumento central de *Fratelli Tutti*: fraternidade universal. Sua formulação é gerada no interior de um caminho teológico-moral de discernimento, que encontra suas bases na Doutrina Social da Igreja, e vem enriquecido na apropriação realizada por Francisco ao longo de seu pontificado.

Como mentalidade, isto é, como consciência interrelacional, a solidariedade, enriquecida pelo predicado global, indica sim uma visão além-fronteiras nacionais, mas não somente. Se permanecesse somente sob este aspecto, se reduziria a uma leitura superficial da realidade. Na construção realizada na teologia magisterial de Francisco, este predicado “global” ganha valor de totalidade/inteireza, que suporte as tensões entre particular e universal, singular e múltiplo, igual e diverso, sem anulamento dos pólos, mas buscando o diálogo construtivo em vistas do bem comum.

Lida sob a ótica da fraternidade, a solidariedade compreende, mas ao mesmo tempo suspende, o mero dado oriundo da comunhão biológica de raça, para colocar o diverso em uma categoria de alguém amado, um irmão, apesar e com as diferenças. A experiência provocadora vivida por Francisco Papa de encontro com o diferente além fronteiras de seu grupo religioso, concede a esta solidariedade fraterna a força de ruptura com padrões “engessantes” para o estabelecimento de uma compressão ampla de família humana.

Desta forma, escutar o grito dos últimos não se reduz a um mero ato de bondade de alguém externo que se reclina para ajudar, não é um grito externo, mas se configura como uma espécie de dor na própria carne, um verdadeiro escândalo, pois aquele que sofre, mesmo que não seja do meu país, da minha religião, da minha classe social ou do meu partido político, é meu irmão. A interconexão desta família humana com toda a realidade criada ressoa as alegrias e as tristezas, os cuidados e os desmandos pois esta é casa-comum e, mais, também é irmã.

A *metanóia* proposta por Francisco é, portanto, verdadeira mudança de mentalidade, de consciência interrelacional na direção de uma humanidade que vença o paradigma utilitarista que escraviza e manipula em vista de uma visão mais complexa da realidade que conta em profundidade do que é ser humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO XVI. *Carta Encíclica: Caritas in Veritate*: Editora Paulinas, 2021.

COMPÊNDIO DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA: Editora Paulinas, 2021.

FRANCISCO. *Carta Encíclica Fratelli Tutti sobre a fraternidade e a amizade social*: Editora Paulinas, 2020.

FRANCISCO. *Carta encíclica Laudato SI' sobre o cuidado da casa comum*: Editora Paulinas, 2015.

FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*: Edições CNBB, 2013.

IOHANNES PAULUS II. *Carta encíclica Sollicitudo rei socialis*. Cidade do Vaticano: Libreria editrice vaticana, 1987.

FRATELLI TUTTI E A DEFESA DA VIDA

Fratelli Tutti and the Defense of Life

Dário Bossi*

*Missionário comboniano, bacharel em Teologia. Atua na coordenação da rede ecumênica latino-americana Iglesias y Minería e é assessor da REPAM (Rede Eclesial Panamazônica), particularmente no eixo Direitos Humanos. É também assessor da equipe de ecologia integral da CLAR (Conferência de Religiosos-as de América Latina) e da Comissão Especial para Ecologia Integral e Mineração da CNBB.

Recebido em 13/01/2024

Aprovado em 18/04/2024

 padredario@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0007-1328-8508>.

Resumo: Este artigo aborda a carta encíclica “Fratelli Tutti” de Papa Francisco, publicada em 2020, à luz da defesa integral da vida, e destaca a fraternidade como contraponto ao individualismo prevalente na sociedade contemporânea. A fraternidade não é entendida apenas em nível das relações pessoais, mas também em sua dimensão política e conforme o princípio da solidariedade, segundo a Doutrina Social da Igreja. Esta é a perspectiva cristã de defesa da vida em todas as suas formas, do nascimento até a morte, dando prioridade aos pobres e excluídos e combatendo a cultura do descartável. A partir da inspiração da realidade concreta, pela experiência do povo indígena Ka’apor, e da Palavra de Deus, com a parábola do Bom Samaritano, o artigo desenvolve reflexões sobre a missão da Igreja e oferece propostas de ação no horizonte da ecologia integral, com perspectivas políticas, econômicas, educativas e espirituais.

Palavras-chave: Fratelli Tutti; Vida; Solidariedade; Doutrina Social da Igreja.

Abstract: This article addresses Pope Francis’ encyclical letter “Fratelli Tutti”, published in 2020, in light of the integral defense of life, and highlights fraternity as a counterpoint to individualism prevalent in contemporary society. Fraternity is not only understood at the level of personal relationships, but also in its political dimension and in accordance with the principle of solidarity, according to the Social Doctrine of the Church. This is the Christian perspective of defending life in all its forms, from birth to death, giving priority to the poor and excluded and combating the throwaway culture. Based on the inspiration of concrete reality, the experience of the Ka’apor indigenous people and the Word of God with the parable of the Good Samaritan, the article develops reflections on the mission of the Church and offers proposals for action within the horizon of integral ecology, with political, economic, educational and spiritual perspectives.

Keywords: Fratelli Tutti. Life. Solidarity. Social Doctrine of the Church.

INTRODUÇÃO

A Carta Encíclica Fratelli Tutti, publicada por Papa Francisco no dia 3 de outubro de 2020, resgata a capacidade humana de transcender o egoísmo e promover a fraternidade como uma relação espiritual que vai além da mera soma de interesses individuais. A fraternidade não é entendida apenas em nível das relações pessoais, mas também em sua dimensão política e conforme o princípio da solidariedade, segundo a Doutrina Social da Igreja. Esta é a perspectiva cristã de

defesa da vida em todas as suas formas, do nascimento até a morte, dando prioridade aos pobres e excluídos e combatendo a cultura do descartável.

Neste sentido, este artigo aborda a Encíclica Fratelli Tutti à luz da defesa integral da vida e destaca a fraternidade como contraponto ao individualismo prevalente na sociedade contemporânea. Aprofundaremos a fraternidade e amizade social com chaves de leituras oriundas da experiência do povo indígena Ka'apor, da parábola do Bom Samaritano e da Doutrina Social da Igreja (DSI).

Destacamos que a luta dos Ka'apor é um exemplo concreto de como a fraternidade, vivida na radicalidade da cultura deste povo indígena, pode se tornar o instrumento mais forte de defesa da vida, na sua integralidade: das crianças e das mulheres, da cultura e das tradições, da floresta e dos animais, do clima e dos equilíbrios ambientais.

1 UMA HISTÓRIA E UMA PARÁBOLA

Nos últimos anos, o povo indígena Ka'apor, na terra Alto Turiaçu, norte do Maranhão, vem sofrendo uma série de ataques muito violentos à sua cultura e ao seu território. Primeiro, os madeireiros e caçadores, que invadem a terra indígena; em seguida, os garimpeiros, protegidos e até organizados pelos prefeitos dos municípios da região; ainda, as empresas de mineração, elas também famintas do ouro que estaria por baixo da floresta. Mais recentemente, outros “ilusionistas do progresso”, com as falsas promessas dos créditos de carbono, para compensar a poluição do Norte Global, aproveitando da preservação florestal que os indígenas garantem há séculos.

Há cerca de dez anos, o povo Ka'apor se encontrava no limite da sobrevivência: o alcoolismo e as drogas, trazidos por atores estranhos à sua cultura, estavam tomando conta das juventudes; algumas mulheres eram forçadas à prostituição, nas cidades mais próximas às aldeias. Aconteceu algo como uma tomada de consciência coletiva, a partir das lideranças, que se deram conta do perigo de perder qualquer referência de sentido e de futuro para o povo. De modo surpreendente, os Ka'apor levantaram a cabeça e começaram a se reorganizar, a partir de sua própria cultura. O primeiro passo foi a educação: rejeitaram o sistema imposto pelos “*ahy*” (os não indígenas) e começaram a construir um modelo de educação a partir de sua língua e visão do mundo, chamado de *Jumu'e ha renda Keruhu*, fundado no ideal de aprender com a floresta e resgatar os saberes ancestrais. Abandonaram, também, o sistema de gestão imposto pela FUNAI, com um só cacique chefe do povo, e criaram um conselho de governo, plural e participativo, chamado de *Tuxa Ta Pame*. Para proteger seu território das invasões, formaram uma guarda de autodefesa, que instala áreas de proteção às fronteiras da floresta, vigiando sobre qualquer entrada não autorizada e defendendo-se de modo não violento. Em poucos anos, conseguiram reduzir de três vezes a taxa de perda florestal na região.

É uma história coletiva de superação que, ainda hoje, continua muito desafiada, correndo perigo pelos ataques, pela criminalização, pelas ameaças de morte e execuções que tentam fazer recuar este povo. Muitos séculos antes, Jesus de Nazaré contou outra história instigante, sobre o mesmo tema da defesa da vida: a parábola do Bom Samaritano. Se o exemplo Ka'apor demonstra o potencial do coletivo, na estrada de Jerusalém a Jericó, aprendemos a radicalidade da palavra

“irmão”.

A fraternidade supera as barreiras étnicas: o samaritano socorre o homem à beira da estrada, mesmo sendo ele, provavelmente, um judeu; o próprio Evangelho evita definir raça e identidade do homem meio morto, confirmando que não é isso que importa e não deve existir o samaritano interrompe sua viagem, suspende seus planos e se dedica inteiramente à pessoa encontrada. O ato de irmandade desvenda a hipocrisia das outras personagens religiosas e se torna o verdadeiro critério para reconhecer as pessoas de fé.

O Bom Samaritano desglosa o cuidado da vida em dez ações, que poderíamos considerar o decálogo do amor:

- *ver*, e não virar o olhar para outro lado; sensibilizar-se e não desviar o rosto de nenhum pobre (Tb 4,7), como celebramos na Jornada Mundial dos Pobres em 2023;
- *encher-se de compaixão*, e não estufar o peito de orgulho e discriminação;
- *aproximar-se*, ou seja, fazer-se próximo, ainda antes de se perguntar quem é o nosso próximo;
- *curar as feridas*, que podem ser na carne ou no espírito;
- *ungir as feridas com óleo e vinho*, frutos da terra, envolvendo a natureza inteira no processo de cura;
- *carregar o homem no jumento*, isto é, levantar uma pessoa, segurá-la no colo, ajudá-la a sair de seu contexto de morte;
- *levá-lo a uma pensão*, ou seja, garantir proteção e amparo, uma estrutura de acolhida;
- *cuidar*, portanto não oferecer só uma atenção imediata, e sim uma atitude permanente de proteção e cura;
- *tirar de seu dinheiro*, isto é, investir no projeto de defesa da vida do homem;
- *voltar*, não abandonar a pessoa, avaliar, passo a passo, os cuidados oferecidos, verificar os resultados e discernir como continuar.

Imaginamos também uma ação não citada, que ficou invisível, mas que o Bom Samaritano pode ter realizado durante sua estadia na cidade: a incidência política, a cobrança junto às autoridades quanto à insegurança do caminho de Jerusalém a Jericó, a denúncia da violência e a reivindicação dos direitos do povo.

Estas duas histórias, de ontem e de hoje, ajudam-nos a entrar na reflexão sobre a defesa integral da vida, conforme o magistério de Papa Francisco na Encíclica *Fratelli Tutti* (FT).

2 A FRATERNIDADE COMO PRINCÍPIO DA VIDA

O tema chave da Encíclica *Fratelli Tutti* é o contraste entre um mundo fechado, com suas sombras, e um mundo aberto, a ser pensado e gerado. Em outras palavras, o contraste entre a opção pelo individualismo e pela fraternidade.

A cultura do individualismo, de fato, está tomando conta de nossas relações e de nossa visão de mundo. Originada pelo impulso sadio de valorizar a responsabilidade pessoal e a busca

de sentido na liberdade de iniciativa de cada ser humano, tornou-se uma perspectiva utilitarista e excludente. O texto-base da Campanha da Fraternidade de 2024 comenta, a respeito: “A modernidade nos presenteou com a descoberta da individualidade, mas nós a desfiguramos em um exacerbado individualismo, que faz emergir uma subjetividade violenta e psiquicamente doentia” (CNBB, 2023, CF 2024, n. 64).

De modo especial, em situações de particular dificuldade ou desafio, o individualismo se torna facilmente rivalidade, competição e aniquilação do outro: “O princípio ‘salve-se quem puder’ traduzir-se-á rapidamente no lema ‘todos contra todos’, e isso será pior que uma pandemia” (FT, nº 36). Portanto, a *Fratelli Tutti* tenta resgatar o que de mais profundo existe, na humanidade, para prevenir e combater esta pandemia de egoísmo; retomando um pensamento de Papa João Paulo II, a encíclica valoriza a capacidade do ser humano se transcender, sair da armadilha da autorreferencialidade (Francisco, 2020). Em outras palavras, feitos para o amor, existe em cada um de nós “uma espécie de lei de ‘êxtase’: sair de si mesmo para encontrar nos outros um acrescentamento de ser” (Wojtila, 1983, p. 90).

2.1 RELAÇÕES E ESTRUTURAS FRATERNAS

Um perigo da cultura atual é ler e interpretar estas orientações magisteriais somente em chave individual, como se se tratasse de uma conversão exclusivamente pessoal, a partir da qual seria possível sanar as feridas de uma sociedade e de um mundo desfeito aos pedaços. Na verdade, faz-se necessária e urgente também uma leitura crítica e sistêmica, socioestrutural, das contradições da sociedade do “todos contra todos”.

De fato, não estamos enfrentando somente uma cultura de morte, mas verdadeiros *projetos de morte* que atacam a fraternidade em nome do lucro e do poder. Para se sustentarem, estes projetos constroem e oferecem à sociedade uma “narrativa do inevitável”, como se não houvesse alternativas à proposta política e econômica que defendem. A própria fé religiosa é atacada e discriminada, quando, ao defender o valor sagrado da fraternidade e da filiação comum em Deus, assume uma postura crítica frente ao poder dos atores que promovem estes projetos. A Igreja que assume uma proteção integral à vida é caluniada e deslegitimada. Paradoxalmente, a maior veemência destes ataques vem de dentro, de grupos católicos laicos da nova extrema direita, ou neointegristas.

A socióloga Glícia Gripp, no artigo “Católicos contra a fraternidade”, estuda os ataques contra as Campanhas da Fraternidade da CNBB, protagonizados por este tipo de grupos, e problematiza a fraternidade quando entendida simplesmente como relação de fratria, compadrio, cumplicidade em vista da defesa de interesses ou visões comuns (REB, v. 83, n. 326, 2023).

É a mesma diferença que Papa Francisco enxerga entre relações de irmãos ou de sócios:

Neste esquema, fica excluída a possibilidade de fazer-se próximo, sendo possível apenas ser próximo de quem me permite consolidar os benefícios pessoais. Assim o termo próximo perde todo o significado, fazendo sentido apenas a palavra sócio, aquele que é associado para determinados interesses (FT 102).

A fraternidade é bem mais. É relação espiritual desejada e aceita, permite cultivar e colher os frutos materiais e espirituais da vida em comunidade.

Não é resultado apenas de situações onde se respeitam as liberdades individuais, nem mesmo da prática duma certa equidade (FT 103). A mera soma dos interesses individuais não é capaz de gerar um mundo melhor para toda a humanidade (FT 105).

O teólogo Francisco Aquino Júnior define de modo interligado as dimensões da fraternidade nas diversas esferas da vida humana:

tal como é compreendida e proposta por Francisco, diz respeito tanto às relações interpessoais quanto às estruturas da sociedade e, assim, constitui-se como horizonte e dinamismo fundamentais de enfrentamento dos grandes problemas e desafios de nosso tempo e de construção de uma nova sociedade (Aquino Júnior, 2023, p. 887).

Portanto, onde o individualismo é assumido como valor último, a fraternidade é um elemento revolucionário. Se pensarmos na Revolução Francesa, outros valores não têm a mesma densidade estruturante das relações: a igualdade e a liberdade referem-se à esfera dos direitos subjetivos e têm um enfoque individualista; a fraternidade comporta uma passagem do indivíduo ao coletivo.

Uma sociedade pode ser solidária sem ser fraterna. A solidariedade visa a igualdade e a justiça entre todos, mas pode existir separada da gratuidade do amor e, nesse caso, se reduz à filantropia, ao paternalismo ou à assistência. Ajuda-se os necessitados, mas esses não são reconhecidos como irmãos, respeitados em suas singularidades (Gripp, 2023, p. 781).

Neste sentido, arremata Aquino,

sem pessoas fraternas não há nem haverá sociedade fraterna. Mas a recíproca também é verdadeira: Uma sociedade regida pela lógica do egoísmo, que se materializa também nas macrorreações políticas e econômicas, além de negar a fraternidade a muita gente (índices de pobreza e miséria, política econômica, estrutura fundiária, política tributária etc.) e ser um grande obstáculo à vivência da fraternidade, facilmente seduz e corrompe as pessoas, por mais bem intencionadas que sejam (Aquino Júnior, 2023, p. 900).

2.2 OUTRAS TRANSCENDÊNCIAS

Para que a fraternidade não se limite à conveniência das trocas de favores, benefícios e proteções recíprocas, precisa permanecer iluminada pelos valores da justiça, da dignidade de todas as pessoas, sem discriminação, e da igualdade de direitos. Para não se reduzir a uma inconsistente e descontínua sensação de amizade, ou somente a um refúgio de consolo em tempos difíceis, a fraternidade deve se tornar capaz de transformação social, identificando e eliminando as causas que levam à exclusão, ao preconceito, ao racismo, às discriminações de gênero, classe ou religião.

A fraternidade não se limita à defesa preventiva da vida, mas é capaz também de reconstruir as condições para que ela possa ser vivida de modo pleno, recuperada, perdoada:

a compaixão vai além da justiça e se manifesta no abraço do perdão, nas atitudes de reconciliação, no amor ao inimigo, na justiça restaurativa. Justiça e caridade são complementares e, assim, acontece o amor social, a caridade pastoral, a justiça samaritana (Brandes, 2020, n.p).

Neste sentido, a fraternidade assume a opção fundamental e evangélica pelos pobres e adquire uma “densidade salvífico-espiritual” (Aquino Júnior, 2023, p. 893).

3 A DEFESA DA VIDA EM TODAS AS SUAS FORMAS

“Tudo o que é humano nos diz respeito”, escrevia São Paulo VI ao definir a missão da Igreja (FT 278). A própria encíclica Fratelli Tutti abre-se com uma leitura muito ampla da realidade, buscando identificar caminhos de promoção e defesa da vida em todos os âmbitos da existência humana e da sociedade. O elemento comum, no primeiro capítulo de análise das tendências atuais, é **o ponto de vista dos excluídos**.

É a partir deles que Papa Francisco oferece sua leitura da realidade. De fato, o maior dos escândalos, o mais grave pecado social, é o fato que

partes da humanidade parecem *sacrificáveis* em benefício duma seleção que favorece a um setor humano digno de viver sem limites. No fundo, as pessoas já não são vistas como um valor primário a respeitar e tutelar, especialmente se são pobres ou deficientes, se ainda não servem (como os nascituros) ou já não servem (como os idosos)” (FT 18 – grifo nosso).

O Papa toma o exemplo dos dois extremos da vida humana, as etapas mais frágeis e que precisam de muito cuidado, para incluir nelas todas as outras situações de violação da dignidade da vida. Mesmo reconhecendo a urgência da defesa dos direitos das mulheres, o machismo e a violência que ainda ameaçam suas vidas e o grave atraso da Igreja em escutar suas vozes e garantir seu protagonismo, a CNBB (2017) considera que, em muitas reflexões e debates sobre o **aborto**, o nascituro é anulado, evaporado, como se não existisse.

Assim, com respeito a este tema tão delicado, posiciona-se da seguinte forma:

É um grave equívoco pretender resolver problemas, como o das precárias condições sanitárias, através da descriminalização do aborto. Urge combater as causas do aborto, através da implementação e do aprimoramento de políticas públicas que atendam eficazmente as mulheres, nos campos da saúde, segurança, educação sexual, entre outros, especialmente nas localidades mais pobres do Brasil. Espera-se do Estado maior investimento e atuação eficaz no cuidado das gestantes e das crianças. É preciso assegurar às mulheres pobres o direito de ter seus filhos. Ao invés de aborto seguro, o Sistema Público de Saúde deve garantir o direito ao parto seguro e à saúde das mães e de seus filhos (CNBB, 2017, n.p).

O debate sobre o aborto, portanto, não pode ser separado daquele mais amplo sobre a **saúde pública** e o acesso democrático e sem discriminação a ela. Tudo está interligado; é nesta perspectiva que deve atuar a Igreja em seu ensinamento e ação política. A defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo, e o empenho contra a privatização e a mercantilização do direito à saúde, é uma das faces essenciais da opção da Igreja pelos pobres.

Neste sentido, são emblemáticas muitas situações vivenciadas durante a pandemia, como aquela de Paraisópolis, segunda maior favela no município de São Paulo, que estruturou um dos melhores controles da pandemia na cidade. Porém, a inconsistência das políticas públicas de combate ao coronavírus e as pressões por reabertura terminaram por falar mais alto, ainda mais em locais onde a necessidade de circular e obter alguma renda é tão evidente. Após meses de relativo sucesso da auto-organização comunitária, os índices de mortalidade em Paraisópolis aumentaram 240%.

É preciso valorizar o SUS. São as UBS e as ações dos agentes comunitários que podem fazer a diferença na prospecção, busca ativa e diagnóstico adequado, assim como acompanhamento de casos. A atenção básica tem sido negligenciada, mas é ela que tem potencial (como em poucos países) de chegar e atender a população mais vulnerável (Nisida, 2020, n.p).

Papa Francisco (tenta não desviar o olhar de nenhuma das situações que clamam pela vida digna: em *Fratelli Tutti*, recorda os idosos, os trabalhadores, as mulheres, as pessoas com deficiência, que define como “exilados ocultos, corpos estranhos à sociedade”. Um capítulo inteiro é dedicado à mobilidade humana e aos *migrantes*, aos quais é preciso garantir, dependendo de suas situações e preferências, tanto o direito a não migrar, como o direito a migrar. “As migrações constituirão uma pedra angular do futuro do mundo” (FT 98).

Desde a publicação da exortação *Evangelii Gaudium*, em 2013, o Papa Francisco utiliza um termo que reúne todos os rostos “crucificados”, conforme a conhecida passagem do documento de Puebla:

a cultura do **descartável** (...). Já não se trata simplesmente do fenómeno de exploração e opressão, mas duma realidade nova: com a exclusão, fere-se, na própria raiz, a pertença à sociedade onde se vive, pois quem vive nas favelas, na periferia ou sem poder já não está nela, mas fora. Os excluídos não são «explorados», mas resíduos, sobras (EG 53).

Quanto mais aumenta o nível de desigualdade e exclusão em nosso continente e país, tanto mais cresce a **violência**, como fator de controle e proteção dos privilégios de alguns, e como sintoma da raiva e desumanização de muitos outros, postos à margem.

A desigualdade social gera uma violência que as corridas armamentistas não resolvem nem poderão resolver jamais. Servem apenas para tentar enganar aqueles que reclamam maior segurança, como se hoje não se soubesse que as armas e a repressão violenta, mais do que dar solução, criam novos e piores conflitos (EG 60).

A crise da segurança pública no Brasil e no Sul Global, portanto, depende principalmente da falta de identificação de suas verdadeiras causas e da manipulação instrumental do sentimento coletivo de insegurança para justificar políticas repressivas e a concentração do poder. A Campanha da Fraternidade de cujo tema abordou a amizade social para a defesa da vida, denuncia:

a crença enganosa de que a solução para todas essas formas de violência está nas armas. (...) Boas políticas não devem naturalizar a violência como solução para a sensação da falta de segurança pública presente em tantas pessoas e lugares (CNBB, 2024, n. 38-39).

A Doutrina Social da Igreja, com sua análise atenta da realidade e da estrutura social, vem identificando, assim, os maiores vetores de morte que ameaçam a vida das pessoas. Papa Francisco expressou-se com coragem e lucidez, sem meias palavras, quando apontou à **economia capitalista** como uma das causas estruturantes da exclusão mortal de tanta gente:

Assim como o mandamento «não matar» põe um limite claro para assegurar o valor da vida humana, assim também hoje devemos dizer não a uma economia da exclusão e da desigualdade social. Esta economia mata. Não é possível que a morte por congelamento dum idoso sem abrigo não seja notícia, enquanto o é a queda de dois pontos na Bolsa. Isto é exclusão. Não se pode tolerar mais o facto de se lançar comida no lixo, quando há pessoas que passam fome. Isto é desigualdade social (EG n. 53).

Finalmente, *Fratelli Tutti* dialoga muito com *Laudato Si'* ao destacar que não podemos cuidar da vida humana de forma separada daquela de todas as criaturas. “O nosso cuidado pelo outro e o nosso cuidado com a terra estão intimamente ligados”, afirma a Conferência Episcopal dos Estados Unidos (*apud* Francisco, 2023, LD, nº 3). Existe uma relação íntima entre os pobres e a fragilidade do planeta: são eles, e não as grandes potências mundiais, aqueles que mais cuidam dos seus territórios, quando podem permanecer neles. “Para eles, a terra não é um bem económico, mas dom gratuito de Deus e dos antepassados que nela descansam, um espaço sagrado com o qual precisam de interagir para manter a sua identidade e os seus valores” (LS, n. 146). Por outro lado, conforme os princípios do **racismo ambiental**, são os pobres as primeiras e principais vítimas do desequilíbrio ambiental provocado pelos grandes projetos extrativos e poluidores e pelo estilo de vida de uma minoria que concentra renda e benefícios.

Em sua última exortação apostólica, *Laudate Deum*, Papa Francisco considera que “o impacto da **mudança climática** prejudicará cada vez mais a vida de muitas pessoas e famílias. Sentiremos os seus efeitos em termos de saúde, emprego, acesso aos recursos, habitação, migrações forçadas e em outros âmbitos” (LD, n. 2).

Compreendemos, deste modo, a complexidade e interconexão das forças que ameaçam a vida, a necessidade de identificar as causas estruturais da necropolítica e a urgência de uma conversão pessoal e comunitária, assumindo decididamente a opção evangélica pelas vítimas: “Hoje eu tomo o céu e a terra como testemunhas contra vocês: eu lhe propus a vida ou a morte, a bênção ou a maldição. Escolha, portanto, a vida, para que você e seus descendentes possam viver” (Dt 30,19).

Exatamente porque “tudo o que é humano nos diz respeito”, a Igreja criou e acompanha cerca de trinta diferentes **pastorais sociais**, que assumem o cuidado e a defesa da vida em todas as suas formas e situações, organizando-se em quatro macroáreas: as pastorais urbanas, do campo, da saúde e da mobilidade humana, e esforçando-se para coordenar entre si suas ações, em uma perspectiva de pastoral de conjunto.

Neste sentido, um dos processos mais interessantes e fecundos, nos últimos anos, está sendo a **6ª Semana Social Brasileira**, que começou em 2020 e está chegando à sua conclusão, com um mutirão de encaminhamentos previsto para março de 2024, no qual será definido o projeto popular “O Brasil que queremos: o Bem Viver dos povos”.

4 PERCURSOS PARA QUE TUDO TENHA VIDA

A convicção mais profunda de Papa Francisco, repetida em diversos documentos (LS197; FT179; LD 57), é a urgência de uma “**revolução cultural**”, de uma mudança radical de sistema: “A sociedade mundial tem graves carências estruturais que não se resolvem com remendos ou soluções rápidas meramente ocasionais. Há coisas que devem ser mudadas com reajustamentos profundos e transformações importantes” (FT, n. 179).

Diversamente, ofereceremos soluções velhas aos novos problemas, ou, ainda pior, confiando em quem provocou tantas consequências de morte e desigualdade, para que ofereça uma reparação, utilizando os mesmos instrumentos e as mesmas lógicas de poder e lucro.

Para isto, Papa Francisco desafia a humanidade para alianças e processos corajosos, buscando convergências e novas inspirações, como aquelas que podem vir de um novo “**Pacto Educativo Global**”, ou do protagonismo das juventudes da iniciativa da “**Economia de Francisco e Clara**”. Além disso, recomenda à Igreja e às pastorais o esforço de superar suas fronteiras e ir ao encontro de outros segmentos da sociedade, particularmente dos “poetas sociais”, como ele gosta de definir os **movimentos populares**. Foi exatamente em um dos encontros da Igreja com os movimentos populares que Papa Francisco (2014, nº 851-852) ofereceu a perspectiva da **solidariedade** como inspiração para modelos de convivência radicalmente novos. Definiu assim a solidariedade:

- Pensar e agir em termos de comunidade;
- Pôr a vida de todos/as acima da apropriação dos bens de alguns;
- Lutar contra as causas estruturais da pobreza;
- Fazer face aos efeitos destrutivos do dinheiro.

Sem dúvida, trata-se de uma compreensão que supera de longe nossa cultura pastoral, frequentemente assistencialista e imediatista, e que nos provoca a uma conversão integral. Da mesma forma, podem nos orientar para a ação os quatro verbos que o Papa indica como elementos essenciais para a defesa da vida dos migrantes: “**acolher, proteger, promover, integrar**” (FT, n. 129). Na verdade, esta sequência samaritana representa um caminho inspirador para revitalizar todas as pessoas cuja vida está ameaçada: o nascituro, as mulheres vítimas de violência e discriminação, aos idosos.

Em geral, o desafio lançado pelo Papa é por respostas estruturantes e sólidas (palavra geradora do substantivo “solidariedade”). Respostas que representam a verdadeira política: “a **grandeza política** mostra-se quando, em momentos difíceis, se trabalha com base em grandes princípios e pensando no bem comum a longo prazo” (LS, n. 178).

O grande educador italiano dos anos 1960, Dom Lorenzo Milani (1967, n.p, tradução nossa), já dizia: “Ensinei que o problema dos outros é igual ao meu. Buscar uma saída, todos juntos, é política. Fazê-lo sozinhos é ganância”.

Para Francisco, a política se torna fecunda quando não se submete a esta economia que mata e quando consegue incluir os pobres e garantir sua participação social, da qual brota uma “torrente de energia moral (... para a) construção do destino comum” (FT, n. 169). Tivemos uma intensa experiência disso na promulgação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, em dezembro de 2023: um momento celebrativo no Palácio do Planalto, junto à população de rua, lançando um plano

do governo federal que tem sido construído em constante interação com os movimentos populares e o próprio povo da rua.

Esta dimensão participativa, que se dá tanto na incidência política direta, como nas reivindicações coletivas por direitos, é chamada por Papa Francisco de “**multilateralismo a partir de baixo**” (LD, n. 38) e está baseada no princípio de defesa dos territórios das comunidades, como espaços de autodeterminação e definição dos modos de vida delas, tanto na cidade, como no campo ou na floresta.

A defesa da vida (*oikós*) dependerá, cada vez mais, dos encontros inéditos que saberemos traçar entre **economia** (as normas do *oikós*) e **ecologia** (a lógica, os princípios do *oikós*). Pe. Gael Giraud SJ, economista, matemático e teólogo, em seu artigo “Imaginando a economia do futuro hoje”, oferece algumas intuições sobre a direção que poderíamos seguir, em busca deste inédito:

- um mundo e uma economia pós-crescimento, livre da dependência de combustíveis fósseis e minerais;
- a prosperidade garantida pela capacidade de homens e mulheres de cooperar, muito mais do que pela competição até a morte;
- o abandono da cultura do desperdício e da concentração, para garantir o acesso de todos aos bens comuns;
- o extraordinário solo cultural, simbólico e prático das comunidades indígenas vivas, como, por exemplo, o *swaradj* hindu, que recomenda aprender sobre os limites que estabelecemos para nós mesmos, sem os quais deixamos de ser humanos (Gael Giraud, 2023, v. 8. n. 14).

CONCLUSÃO

A partir da experiência de vida e luta do povo indígena Ka’apor, das chaves de leituras da parábola do Bom Samaritano e dos apelos de Papa Francisco para a profecia da Igreja diante das feridas sociais, afirmamos a solidariedade como princípio fundamental do resgate da dignidade da pessoa humana, em perspectiva individual e política.

Evidenciamos alguns processos da ação cristã em defesa da vida, à luz da Doutrina Social da Igreja (DSI), em constante evolução por meio de um magistério atento aos sinais e às urgências dos tempos. É tarefa essencial da Igreja recuperar a DSI como elemento central da iniciação cristã e da formação permanente dos cristãos leigos e dos ministros ordenados. Caso contrário, corremos o perigo de uma Igreja autorreferencial, isolada, distante da realidade e, portanto, incapaz de dialogar com as pessoas e sua sede de sentido para a vida.

À guisa de conclusão, destacamos a seguinte passagem da encíclica *Fratelli Tutti*:

Investir a favor das pessoas frágeis pode não ser rentável, pode implicar menor eficiência; requer um Estado presente e ativo e instituições da sociedade civil que ultrapassem a liberdade dos mecanismos eficientistas de certos sistemas econômicos, políticos ou ideológicos, porque estão verdadeiramente orientados em primeiro lugar para as pessoas e o bem comum (FT, n. 108).

Defender e promover a vida, em todas as suas dimensões, é a missão conferida pelo Criador à humanidade. Se quisermos ser todos irmãos e irmãs, *fratelli tutti*, precisaremos “investir para que os lentos, fracos ou menos dotados possam também singrar na vida” (FT, n. 82).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO JÚNIOR, Francisco. “*Fraternidade e amizade social*” - De um “*mundo fechado*” a um “*mundo aberto*”. *Encontros Teológicos*. Florianópolis, V.38, N.3, Set.-Dez. 2023, p. 883-901.

BRANDES, O. Fraternidade e compaixão. *Jornal do Santuário*, 31 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.a12.com/jornalsantuuario/artigos/fraternidade-e-compaixao>>. Acesso em: 24 dez. 2023.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. *Aborto: nova nota de condenação da CNBB*, CNBB, Brasília, 11 abr. 2017. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/aborto-nova-nota-de-condenacao-da-cnbb/>. Acesso em: 27 dez. 2023.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. *Texto-base Campanha da Fraternidade 2024 – Fraternidade e amizade social*. Brasília: Edições CNBB, 2023.

FRANCISCO. *Carta Encíclica Fratelli Tutti*: sobre o a fraternidade e a amizade social. Cidade do Vaticano, 03 out. 2020. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html. Acesso em: 27 jan. 2024.

FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato Si'*: sobre o cuidado da Casa Comum. Cidade do Vaticano, 24 mai. 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 27 jan. 2024.

FRANCISCO. *Discurso aos participantes no Encontro mundial dos Movimentos populares*. Cidade do Vaticano, 28 out. 2014. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/october/documents/papa-francesco_20141028_incontro-mondiale-movimenti-popolari.html#:~:text=V%C3%B3s%20n%C3%A3o%20trabalhais%20com%20ideias,%20normalmente%20%C3%A9%20pouco%20escutada. Acesso em: 27 jan. 2024.

FRANCISCO, Exortação *Apostólica Laudate Deum*. Cidade do Vaticano, 04 out. 2023. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html. Acesso em: 27 jan. 2024.

Giraud, G. A economia do futuro – prefácio do Dossiê ‘Rostos da Economia de Francisco e Clara’. *Revista Científica CONECTE-SE, PUC-MG*, v. 8. n. 14, 2023. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/conecte-se/article/view/32047/21634>. Acesso em 28 de junho de 2024.

GRIPP, Glícia. Católicos contra a fraternidade. *REB*, Petrópolis, v. 83, nº 326, p. 759-787, Set./Dez. 2023.

MILANI, Lorenzo. *Scuola di Barbiana - Lettera a una professoressa*. Libreria Editrice Fiorentina, 1967.

NISIDA, Vitor Coelho. *Pandemia e classe social: “parece que chegamos a um acordo em que algumas vidas, de fato, valem menos”*. Instituto Humanitas Unisinos (IHU), São Leopoldo (RS), 8 out. 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/603576-pandemia-e-classe-social-parece-que-chegamos-a-um-acordo-em-que-algumas-vidas-de-fato-valem-menos>. Acesso em: 09 abr. 2024.

PAULO VI. *Carta enc. Ecclesiam suam*. Cidade do Vaticano, 6 ago. 1964.

WOJTILA, KAROL. *Amore e responsabilità*. Casale Monferrato, 1983.

CARTA ENCÍCLICA FRATELLI TUTTI E O MIGRANTE

Encyclical Letter Fratelli Tutti and the migrant

Alfredo J. Gonçalves*

*Nasceu na Ilha da Madeira, Portugal, no dia 7 de março de 1953, migrando para São Paulo, Brasil, em fevereiro de 1969. Após os estudos de filosofia e teologia, ordenou-se sacerdote religioso em dezembro de 1984. Assumiu logo a Direção do Centro de Estudos Migratórios de São Paulo (CEM), enquanto trabalhava nas periferias e favelas da zona leste de São Paulo. Depois, passou a atuar nos cortiços junto à Pastoral da Moradia da Arquidiocese de São Paulo. Diretor do CEM, ajudou a fundar a Revista Travessia, em 1985, exercendo também a função de secretário executivo do SPM- Serviço Pastoral dos Migrantes. De 1994 a 1997, exerceu o ministério na arquidiocese da Paraíba, especialmente junto aos cortadores de cana. Acompanhava-os nas regiões de origem, no agreste da Paraíba, e nas regiões de destino, zona da mata de Pernambuco e Paraíba. Retornando da Paraíba, entre os anos de 1998 e 2003, assumiu o cargo de assessor do Setor Pastorais Sociais da CNBB. Depois em São Paulo, foi eleito duas vezes como Superior Provincial da então Província São Paulo dos padres scalabrinianos. Antes de terminar o segundo mandato, foi eleito vigário geral da Congregação, passando a morar em Roma, Itália, durante o sessênio de 2013 a 2018. Atualmente atua como vigário na Igreja N. Sra. da Paz e na “Missão Paz”, na baixada do Glicério, bairro Liberdade, na Arquidiocese de São Paulo. Ao mesmo tempo, exerce o cargo de vice-presidente do SPM, além de assessorar encontros ligados às Pastorais Sociais, movimentos populares e comunidades eclesiais de base (CEBs).

Recebido em 15/01/2024

Aprovado em 23/05/2024

 pe.alfredinho@scalabrini.org

RESUMO: Como sugere o título, partindo da Doutrina Social da Igreja, e em especial da Carta Encíclica *Fratelli Tutti* (2020), o presente artigo procura colocar em evidência a solicitude pastoral do Papa Francisco para com os migrantes e refugiados. Seus gestos em favor dos migrantes, como se verá, “valem uma encíclica”. Em vista disso, o texto traça um breve retrato das migrações históricas, o qual serve de pano de fundo para entender as migrações contemporâneas. Estes movimentos atuais, embora em continuidade com as migrações do século XIX, são marcadas por características próprias do final do século XX e início do XXI. Feito isso, a reflexão coloca em cena os pontos nodais da *Fratelli Tutti* em um duplo objetivo: por uma parte, assegurando que essa encíclica constitui uma espécie de segundo capítulo da *Laudato Si'* (2015). Com efeito, enquanto esta última se preocupa com o cuidado de “nossa casa comum”, aquela faz um apelo para que todos nós possamos ser irmãos nessa casa que é o planeta Terra. Por outra parte, a encíclica de 2020 procura apresentar de forma mais concreta os desafios socioeconômicos e político-culturais, bem como as atividades sociopastorais para a eficácia dessa fraternidade universal. Desde o ponto de vista da mobilidade humana, trata-se de buscar uma cidadania universal e sem fronteiras.

Palavras-chaves: Fratelli Tutti; Migrantes; Doutrina Social; Papa Francisco.

ABSTRACT: As the title suggests, based on the Social Doctrine of the Church, and in particular the Encyclical Letter *Fratelli Tutti* (2020), this article intends to highlight Pope Francis' pastoral concern for migrants and refugees. His gestures in favor of migrants, as will be seen, “are worth an encyclical”. In view of this, the text provides a brief portrait of historical migrations, which serves as a background for understanding contemporary migrations. These current movements, although in continuity with the migrations of the 19th Century, are marked by characteristics typical of the end of the 20th and

beginning of the 21st Centuries. Having done this, the reflection brings into play the nodal points of *Fratelli Tutti* with a double objective: on one side, ensuring that this encyclical constitutes a kind of second chapter of *Laudato Si'* (2015). In effect, while the latter is concerned with the care of “our common home”, that one makes an appeal so that we can all be brothers in this home that is planet Earth. On the other hand, the 2020 encyclical seeks to present in a more concrete way the socioeconomic and political-cultural challenges, as well as the socio-pastoral activities for the effectiveness of this universal fraternity. From the point of view of human mobility, it is about seeking universal and borderless citizenship.

Keywords: Fratelli Tutti. Migrant. Doctrine. Pope Francis.

INTRODUÇÃO

Desde que foi eleito e tomou posse da cátedra de Pedro, no mês de março de 2013, o cardeal argentino Jorge Mário Bergoglio, agora Papa Francisco, vem mostrando um compromisso simultaneamente sólido e inusitado para com o fenômeno das migrações e o sofrimento dos migrantes. Suas visitas à ilha de Lampedusa, extremo sul da Itália, em julho de 2013; à ilha de Lesbos, na Grécia, em abril de 2016, dando abrigo a algumas famílias de refugiados sírios; e a Ciudad Juárez, fronteira de México com Estados Unidos, em fevereiro de 2016 – constituem gestos “que valem uma verdadeira encíclica”, como afirmou na época um jornalista periódico jornal italiano. Sua primeira aparição como novo pontífice, aliás, não deixou dúvidas quanto a uma trajetória de *opção preferencial pelos pobres* por parte de alguém que vinha do “fim do mundo”.

Lampedusa representa a rota mediterrânea dos migrantes africanos, asiáticos e da região do Oriente Médio, os quais buscavam melhores oportunidades na Europa. Lesbos simboliza a rota balcânica dos mesmos migrantes, neste caso passando pelos países dos Balcãs. Ciudad Juárez, por sua vez, é uma das encruzilhadas mexicanas para onde convergem as inúmeras caravanas que se deslocavam, e ainda se deslocam, dos países centro-americanos, sul-americanos e caribenhos em direção ao Norte, tido como o Eldorado dos sonhos e conquistas da migração atual. Sonhos e conquistas que, não raro, se quebram contra o famigerado muro que separa USA e México, ou na árdua travessia do deserto. Os sonhos então se convertem em pesadelos.

Tudo isso faz lembrar a obra-prima do escritor estadunidense John Steinbeck, publicada em 1939, o clássico *The Grapes of Wrath* (“As Vinhas da Ira”), livro que conferiria ao autor o prêmio Nobel da literatura em 1962. Trata-se da saga de uma família que, juntamente com milhares de outras, é forçada a deslocar-se da região de Oklahoma no rumo da Califórnia, isto é, do coração para o oeste dos Estados Unidos. Na terra de origem, a agricultura familiar dos pequenos produtores vem sendo substituída pelo cultivo intensivo e extensivo do algodão a ser usado pela indústria. Trata-se, no fundo, das implicações da Revolução Industrial, a qual requeria uma progressiva transformação tecnológica. A consequência é o abandono em massa do campo, um êxodo rural sem precedentes, não somente no “middle east USA”, mas em todo país. Um marco no binômio literatura e migração. Como veremos mais adiante, a narrativa assemelha-se àquilo que havia ocorrido no velho continente da Europa durante o século XIX, devido à mesma expansão exponencial da indústria.

De resto, tanto a Carta Encíclica *Laudato Si'* (2015) quanto a também Carta Encíclica *Fratelli Tutti* (2020) constituem dois documentos centradas na sensibilidade e na solidariedade do pastor para com os pobres, excluídos ou descartáveis – “os condenados da terra”, para usar a expressão de Frantz Fanon, filósofo e estudioso das Antilhas francesas. Ambas as encíclicas se complementam: na primeira, trata-se do louvor, mas também da denúncia e do cuidado que devemos manter para com o planeta Terra, “nossa casa comum”; na segunda, está subentendida a pergunta de como viver fraternalmente juntos e nessa mesma casa/terra. Veremos no decorrer deste artigo que quando falta um solo ao qual chamar de pátria, milhões de seres humanos passam a perambular pelas estradas do mundo como “errantes” sem raiz e sem rumo. Antes de voltar a

Fratelli tutti, entretanto, convém debruçar-se sobre alguns itens da Doutrina Social da Igreja (DSI), e outros ainda sobre o contexto histórico do fenômeno migratório.

1. MIGRAÇÃO E DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

Iniciemos citando dois parágrafos que nos introduzem nos fundamentos da DSI, em especial no que se refere ao contexto das transformações e do fenômeno migratório. O primeiro chega até nós pela Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, “sobre a Igreja no mundo de hoje”, último documento a ser aprovado pelo Concílio Ecumênico Vaticano II:

A humanidade vive hoje uma fase nova da sua história, na qual profundas e rápidas transformações se estendem progressivamente a toda a terra. Provocadas pela inteligência e atividade criadora do homem, elas reincidem sobre o mesmo homem, sobre os seus juízos e desejos individuais e coletivos, sobre os seus modos de pensar e agir, tanto em relação às coisas como às pessoas. De tal modo que podemos já falar duma verdadeira transformação social e cultural, que se reflete também na vida religiosa (GS 4)

O segundo parágrafo representa a abertura, logo na Apresentação, da Instrução *Erga Migrantes Caritas Christi*, elaborada e publicada pelo então Pontifício Conselho da Pastoral para os Migrantes e os Itinerantes, da Santa Sé, no pontificado de João Paulo II.

As migrações hodiernas constituem o maior movimento de pessoas de todos os tempos. Nestas últimas décadas este fenômeno, que envolve atualmente cerca de duzentos milhões de seres humanos, se transformou em uma realidade estrutural da sociedade contemporânea, e constitui um problema cada vez mais complexo do ponto de vista social, cultural, político, religioso, econômico e pastoral (n. 1).

A verdade é que os grandes deslocamentos humanos de massa, fenômenos visíveis na superfície da terra, contemporaneamente velam e revelam transformações mais profundas e invisíveis na política econômica global. Seguindo a metáfora, poderíamos afirmar que as migrações são como que ondas aparentes de correntes subterrâneas ocultas. Quando as placas tectônicas dos interesses econômicos e políticos se movem nas profundezas dos corredores escusos e tortuosos da sociedade, podemos esperar que milhares e milhões de pessoas também haverão de se mover pelos mares, desertos e florestas que cobrem a face do globo. A exemplo das formigas, se e quando a casa/pátria mostra carências ou destruída, os seres humanos se põem em marcha. Desafortunadamente, nem sempre essa fuga se converte em uma nova busca.

As expressões “a humanidade vive hoje uma fase nova de sua história”, por um lado, e, por outro, “as migrações hodiernas constituem o maior movimento de pessoas de todos os tempos”, extraídas das citações acima, respectivamente datadas de 1965 e 2004, revelam como a contemporaneidade da mobilidade humana vem se perpetuando pelos últimos sete decênios, chegando até o pontificado do atual Papa Francisco. Tanto que, de acordo com o *Inventário de Migração Internacional* de 2019, um conjunto de dados divulgados pela Divisão de População do Departamento de Economia e Assuntos Sociais (DESA) da ONU, “o número de migrantes internacionais alcançou 272 milhões de pessoas em 2019. O aumento em relação a 2010 foi de 51

milhões, o que representa 3,5% da população global, comparado com 2,8% naquele ano”. Desse número de estrangeiros, certamente superado nos dias atuais, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), nada menos do que 105 milhões estão na condição de refugiados.

Se a esses dados acrescentarmos os chamados “refugiados climáticos”, ainda não reconhecidos como tais pela ONU/ACNUR, as cifras se elevam ainda mais. As tensões, conflitos e guerras abertas, bem como a pobreza, miséria e fome ou as estiagens ou inundações, frio e calor extremos em lugares tão distintos como Síria, Ucrânia, Afeganistão, Sudão do Sul, Venezuela, Palestina, Etiópia, Nigéria, Iêmen, Bangladesh, Haiti, ademais das diversas caravanas que surgem nos países da América Central rumo ao México, Estados Unidos e Canadá – apenas para citar os principais estados e regiões de onde se originam o maior número de migrantes e refugiados – seguem atirando multidões de pessoas às estradas e às fronteiras de seus vizinhos e do mundo inteiro. Contam-se a dezenas de milhões o contingente de trabalhadores e trabalhadoras, não raro acompanhados de suas famílias, que neste exato instante se encontram em conturbado processo de fuga.

Semelhante fuga, além dos vários tipos de violência e agressividade, vela e revela simultaneamente e de modo particular, gigantescas assimetrias socioeconômicas por todo o planeta. A progressiva e escandalosa desigualdade social vem sendo tema de não poucos estudiosos em diversos países de todo o mundo. De entre tantos, convém destacar dois deles. Em nível internacional, o economista francês Thomas Piketty tem trabalhado o tema através de comparações entre distintas fases da história e distintos países. Sua obra *Economia da desigualdade* consegue mostrar como a curva perversa das discrepâncias sociais tem aumentado na chamada economia globalizada. Os dados demonstram que os 10% mais ricos, e por vezes o 1% desses privilegiados, detêm enormes fatias do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto a maioria da população deve contentar-se com as migalhas que caem da mesa dos poderosos

Já em nível nacional, o sociólogo Jessé Freire de Souza, em *Elite do atraso* e outros estudos traça o retrato vivo, em território brasileiro, dessa diferença abissal entre o pico da pirâmide social e seus andares inferiores. O esquema da Casa Grande & Senzala, com nuances diferenciadas e atualizadas, permanece de pé. O recente relatório *Desigualdade S. A.* da Oxfam, por seu turno, acaba de afirmar que “os cinco homens mais ricos do mundo viram suas fortunas mais do que dobraram desde o ano de 2020. O patrimônio líquido dos mesmos aumentou de US\$ 405 bilhões para US\$ 869 bilhões no período. Isso equivale a uma taxa de cerca de US\$ 14 milhões por hora”. No Brasil – aponta ainda o mesmo relatório – 1% mais rico da população detém 63% dos ativos financeiros.

2. BREVE RETOMADA HISTÓRICA

Mas as grandes migrações para o trabalho e em particular o trabalho assalariado, diferentemente da mobilidade humana em geral, ganham forte impulso a partir do contexto da

Revolução Industrial. Antes disso, evidentemente, temos deslocamentos de povos nômades, de prisioneiros de guerra, de mulheres aprisionadas de uma tribo por outra, as mais diversas formas de escravidão, e assim por diante. Entretanto, deslocamentos humanos filhos dos *tempos modernos* e do modo de produção capitalista começam praticamente com o trágico flagelo da escravidão africana para a Europa e para as Américas, o qual até os dias atuais estigmatizam tantos seres humanos. Embora não seja tema desta reflexão, não podemos esquecer o sofrimento de milhões de africanos, separados de suas terras e seus familiares, para o trabalho escravo nas fazendas de cana-de-açúcar, algodão e café, como também nas minas e em tantos outros serviços pesados, sujos e perigosos. Seguiram-se, depois, os fluxos e refluxos internacionais e transcontinentais de trabalhadores e trabalhadoras assalariados nas mais variadas direções.

Segundo Peter Gay e Eric Hobsbawm, ambos historiadores, as migrações constituíram uma das consequências das transformações europeias do século XIX. Peter Gay afirma que, entre a primeira década de 1800 e a primeira década de 1900, enquanto a população de Manchester, Inglaterra, berço da Revolução Industrial, sobe de 70 para 700 mil habitantes por causa do êxodo rural, cerca de 62 milhões de pessoas deixam o velho continente europeu, cruzam os oceanos rumo às Américas e mais parte à Austrália e Nova Zelândia. O mesmo autor concorda com Hobsbawm em referir-se ao “século do movimento” (XIX), como também de grande aceleração histórica. Utiliza a metáfora do trem: deslocamento geográfico com a descoberta da máquina a vapor (navios, trens, automóveis) e movimento de pessoas, seja do campo para a cidade, seja de vários países em direção às terras longínquas do ultramar.

Limitando-nos à Península Italiana, em que os dados estão mais à mão, entre 1815 e 1915, nada menos do que 25 milhões de pessoas emigraram de seu território. Na década de 1901 a 1910, a média anual de emigrados chegou a 600 mil. O ano de 1913, por sua vez, representa o recorde de saídas: mais de 850 mil pessoas. Para se ter uma ideia mais exata do volume de semelhantes deslocamentos humanos, especialmente entre Itália e Brasil, vale citar os estudos do Pe. Antonio Perotti, no período em que exerceu a função de diretor do CIEMI (Centre d'Information et d'Études sur les Migrations), em Paris, França. Escreveu ele: “É nesse decênio de transição do Império para a República, em que entrou no Estado de São Paulo uma verdadeira avalanche de italianos (...). A comunidade italiana no Brasil, acrescida com 554.000 unidades, chegava em 1901, a 1.110.000 indivíduos, concentrados sobretudo em São Paulo. Em 1897, os italianos constituíam quase a metade da população da cidade: 112.000 sobre 260.000. A cidade de São Paulo viu quadruplicar sua população entre 1890 e 1900: de 64.934 em 1890 para 239.820 em 1900”.

A essa altura, convém citar também um historiador brasileiro, na época país de chegada. “A situação europeia deslocou o fluxo emigratório para o sul da Itália. As entradas [no Brasil] ascenderam rapidamente: dos 13 mil, nos anos 1870, passa a 30 mil, só em 1886; em 1887, será de 55 mil; em 1888, da ordem de 133 mil. O total para o último quartel do século ficou acima de 800 mil, sendo quase 600 mil italianos”. E um pouco mais adiante: “No último decênio do século XIX, a população estrangeira em São Paulo, crescerá de 605%; os nacionais eram 770 mil, os estrangeiros

230 mil. Entre 1887 e 1897 entraram no Brasil 1.300.000 pessoas”.

O século XIX move-se nesse universo de “rápidas e profundas transformações”, marcado de forma intensa pelo fenômeno migratório. À medida que a emigração europeia em geral, e italiana em particular, ganha números vultosos e rostos bem conhecidos, o bispo de Piacenza J. B. Scalabrini mostra toda sua solicitude pastoral. Desde um ponto de vista socioeconômico, podemos afirmar que a “questão social” e a “questão migratória” embalaram a atividade apostólica de Scalabrini. Juntamente com outras “santos sociais” da época esse olhar solícito confere à Igreja uma nova sensibilidade social que desembocará na Carta Encíclica *Rerum Novarum*, publicada em 1891, pelo então papa Leão XIII, sobre “a condição dos operários”. Daí que aquilo que veio a ser a Pastoral Social nasce como irmã gêmea da Pastoral dos Migrantes.

Faz-se necessário notar de passagem que esse subtítulo da encíclica, em sua intenção, está bem próximo do estudo de Friedrich Engels, na Inglaterra de 1844, sobre a situação dos operários. E ainda de passagem, não custa lembrar que o mesmo Engels, juntamente com Karl Marx, elaborou e publicou o *Manifesto Comunista*, quase meio século antes de *Rerum Novarum*. Aliás, esta às vezes vem apelidada de “manifesto comunista da Igreja”. Por sua vez, a frase de abertura da encíclica – “a sede de inovações, que há muito tempo se apoderou das sociedades e as tem numa agitação febril” – insere-se à perfeição no contexto do século em questão. Por sua abertura aos desafios do mundo moderno, ao lado dos demais santos sociais, não será exagero afirmar que estão aí os precursores remotos do Concílio Vaticano II.

3. UM OLHAR ÀS MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Divido aqui, grosso modo, o fenômeno migratório dos *tempos modernos*, digamos assim, em duas etapas: a primeira se refere às *migrações históricas*; a segunda, às *migrações contemporâneas*. No primeiro caso, como assinalo no item anterior, refiro-me aos deslocamentos massivos decorrentes das turbulências da Revolução Industrial; no segundo, aos deslocamentos posteriores à Segunda Guerra Mundial, particularmente a partir da crise do início dos anos 1970. Evidentemente que o corte é arbitrário, levando em conta os esforços da economia mundial globalizada para compensar as perdas derivadas da repetição subsequente daquela crise prolongada, que nos remete, sempre grosso modo, às últimas cinco ou seis décadas

a. Vaivém sem tréguas

Quatro aspectos marcam as migrações contemporâneas, quando comparadas ao que ocorria há mais de um século atrás. No fenômeno migratório do século XIX, entrando pelas primeiras décadas do XX, no contexto da Revolução Industrial, como ilustramos no parágrafo anterior, os migrantes tinham origem e destino mais ou menos certo, quase que pré-determinados. Deixaram a terra onde haviam enterrado seus antepassados, mas sabiam relativamente em que porto desembarcariam. Ao desenraizamento nos países do velho continente europeu, seguia-se um novo enraizamento do outro lado do oceano Atlântico. Partida e chegada, digamos assim,

tinham hora marcada.

Tanto no embarque quanto no desembarque havia por vezes agentes migratórios, até mesmo representantes dos governos de um lado e outro. O ato de deixar a pátria e atravessar as águas do mar adquiria, em não poucos casos, o caráter de uma espécie de “transplante”. Povos, pessoas e grupos eram como que re-transplantados. O que não quer dizer, evidentemente, que todos os imigrantes tinham a mesma sorte e estavam predestinados a um sucesso. O objetivo aqui é de chamar a atenção para a tendência de uma migração acentuadamente dirigida, no sentido de encontrar lugar para a população “sobrante” das mudanças que ocorriam na Europa.

Nas últimas décadas do século XX e primeiras do XXI, cem anos depois daquelas “migrações históricas”, mas diferentemente delas, os deslocamentos humanos de massa não servem mais para ligar, digamos, dois polos de uma travessia. Pelo contrário, os migrantes atuais sabem evidentemente de onde saem, mas ignoram quase por completo onde irão fixar a nova morada. O horizonte se lhes tornou nebuloso, sem contornos definidos. Em lugar de um “transplante” de um lugar a outro, amargam um vaivém sem fim, cruzando fronteira sobre fronteira, batendo de porta em porta. Nessas idas e vindas, a incerteza predomina onde quer que cheguem. Erram pelas estradas dos países com as raízes expostas ao sol, com o sério risco de definharem, secar e perecer. O desenraizamento não vislumbra facilmente onde replantar os sonhos e esperanças interrompidos.

Bastaria constatar, como exemplos dos movimentos mais recentes, as rotas tortuosas e às vezes repetidas à exaustão dos haitianos, dos afegãos, dos venezuelanos, e agora dos ucranianos, sem esquecer as “aventuras” dos migrantes que procedem dos países da África subsaariana. Esse vaivém sem tréguas, incerto e inseguro quanto ao desembarque definitivo, constitui o primeiro aspecto das migrações contemporâneas. Também neste caso, em meio à massa errante dos sem raiz e sem rumo, existem indivíduos e famílias que deixam a região ou a pátria com uma trajetória bem desenhada. Conhecem as condições de saída e sabem exatamente onde desembarcar e fixar residência. Estes últimos, porém, constituem cada vez mais a minoria. Tendencialmente, o maior número dos que se aventuram pela estrada caminham às cegas.

b. Migração e trabalho

O segundo aspecto tem a ver com a questão do trabalho ou emprego. Sempre tendo em vista os deslocamentos do passado, o binômio migração-trabalho caminhava de maneira praticamente inseparável, como vemos no povoamento dos países novos das Américas, bem como em outros movimentos migratórios por toda parte. Tomando como exemplo a história do Brasil, para além dos imigrantes italianos, alemães, espanhóis, poloneses, portugueses, japoneses, etc. que aqui se instalaram vinham determinados a determinado setor do mercado de trabalho. Normalmente, familiares, parentes e amigos lhes haviam precedido e preparado “a cama para se deitarem”.

Vale o mesmo para o imenso número de migrantes internos que nas décadas de 1940-70 trocaram o Nordeste do país pelo Sudeste ou pelo Centro-oeste. Em São Paulo, Rio e Janeiro ou na construção de Brasília, a nova capital, com frequência, havia alguém de referência e um posto de trabalho à espera. Emprego razoavelmente estável e com carteira assinada. A mão-de-obra

costumava ser absorvida pelo modelo político e econômico do desenvolvimentismo. Novamente aqui, o “conhecimento” de algum familiar, parente ou amigo que migrara anteriormente abria o caminho e as portas para novas aventuras, em boa medida bem-sucedidas.

Nos movimentos migratórios de hoje, internos ou internacionais, esse casamento entre migração e trabalho sofre um profundo divórcio. Em vez de um trabalho mais ou menos garantido, o migrante vai se deparar com as migalhas que caem da mesa do capital. Acaba em geral tropeçando com os serviços mais sujos e pesados, mais perigosos e mal remunerados. O ato de migrar e encontrar emprego regular, relativamente legalizado, se dissociam. Salvo em raras e cada vez mais exigentes exceções, os migrantes terminam no mercado informal, quando não recrutados impiedosamente para o crime organizado, para a prostituição precoce, para o tráfico de drogas ou para o trabalho escravo. Cem ou cinquenta anos atrás, a mobilidade humana podia ser considerada como um meio para a mobilidade social *ascendente*.

Migrava-se na tentativa de encontrar um lugar ao sol, coisa que efetivamente ocorria com razoável frequência. Atualmente, é muito comum o deslocamento levar aos becos sem saída da “clandestinidade”, ou do trabalho autônomo e ambulante – que não é senão uma forma de auto exploração – numa mobilidade social *descendente*. Mas não podemos esquecer que bom número de migrantes de 50 ou 100 anos atrás ficaram pelo caminho, caindo nas periferias e favelas das grandes metrópoles. Por outro lado, hoje como ontem, alguns conseguem fazer da mobilidade geográfica um caminho para o emprego e a mobilidade social. O número destes bem-sucedidos, contudo, diminui a olhos vistos. A tendência maior conduz ao horizonte sombrio do mercado informal ou do desemprego prolongado.

c. Migração temporária e/ou sazonal

O terceiro aspecto refere-se à migração temporária e/ou sazonal, normalmente utilizada para as colheitas agrícolas, grandes obras públicas, trabalho doméstico, etc. Décadas atrás, bastava uma temporada no corte da cana-de-açúcar, por exemplo, para que o trabalhador conseguisse ganhar o suficiente para sustentar a família no restante do ano. Alguns meses fora de casa e longe dos parentes, e o “dinheirinho”, ainda que parco e pingado, ia garantindo a permanência no lugar de origem. Migração de resistência, de acordo com determinados estudiosos. Migrar temporariamente era uma forma de evitar fazê-lo de forma definitiva. O dinheiro da safra cobria o que o roçado não fornecia. As famílias se equilibravam no fio tênue da ausência temporária do pai ou dos filhos mais velhos, tirando da terra algo para matar a fome. O ganho que vinham do trabalho fora constituía uma espécie de poupança para necessidades especiais.

Atualmente isso se tornou praticamente impossível. Não basta mais uma única safra. Desde algumas décadas, muitos migrantes, depois do corte da cana, passaram à colheita da laranja; outros juntam a colheita do café, com a do morango; e outros ainda, como no caso dos peruanos e bolivianos no Chile, casam a safra do tomate com a da oliva, depois da uva, e assim por diante. Voltando ao Brasil, não poucos trabalhadores e trabalhadoras sazonais, após qualquer tipo de safra agrícola, deslocam-se para o litoral ou para as ruas de grandes cidades, onde trabalham como

vendedores ambulantes ou camelôs. Isso significa permanecer longe da família não somente por 5, 6 ou 7 meses, mas quase todo o ano, se quiser dar conta dos gastos para se manter ligado a terra.

Outra alternativa para compensar os ganhos, cada vez mais reduzidos, consiste na ausência temporária de mais de um membro da mesma família. Em semelhantes circunstâncias adversas, a tendência é que, de temporada em temporada, a migração sazonal se converta em migração definitiva para as capitais ou cidades médias, na tentativa de sobreviver nos porões ou periferias mais distantes. O certo é que o trabalho temporário/sazonal, próprio da produção agrícola, hoje em dia dispensa boa parte da mão-de-obra. Sobram trabalhadores, faltam postos de trabalho; equação que, como bem sabemos, leva inevitavelmente à redução dos salários. Salvo determinados serviços especializados, a tendência é o abandono da terra e a migração definitiva para a zona urbana, onde “sem haver mais chance de arrumar alguma coisa”.

d. Protagonismo da mulher

Por fim, mas não em último lugar, o quarto aspecto destaca o protagonismo atual da mulher no processo migratório. Nas antigas migrações, a mulher vinha acompanhada do marido, do pai ou dos irmãos. O homem decidia e tomava a frente, a mulher o seguia juntamente com os filhos. As fotografias em preto-e-branco nos embarques do passado mostram bem isso. À mulher compete normalmente olhar pelas crianças, transportar algumas sacolas e pertences menores, enquanto o homem aparece com as malas pesadas e à cabeça do “cortejo”. Seu protagonismo, se e quando havia, vinha encoberto pela predominância do pai, marido ou irmão.

Mulheres e crianças figuram como uma espécie de sombra dos homens. Estes últimos é que se responsabilizam pelo empreendimento da mudança e da travessia. Por vezes partia primeiro o homem – marido ou filho mais velho – como para sondar o terreno estranho e desconhecido. Somente então mandava chamar o restante da família, na tentativa de reagrupamento parental. Mas não podemos esquecer, ainda desta vez, que ao longo da história sempre houve mulheres que tomaram a si a iniciativa de tentar a vida em outra região ou país, arcando com todo peso da mudança. Ademais, não poucos pioneiros migram acompanhados de verdadeiras pioneiras.

Nos tempos que correm, torna-se cada vez mais comum ver a mulher tomar a iniciativa de sair, seja na busca de uma carreira profissional mais promissora para si mesma em outra região ou país, seja, como mãe, na tentativa de garantir o futuro menos ingrato para os filhos. Estudiosos constatarem o crescimento das mulheres não apenas nas estatísticas referentes às migrações, mas também e sobretudo no seu protagonismo enquanto toma sobre si o processo de mudança. Não são poucas as mães solteiras, por vezes abandonadas pelos maridos nas crises mais agudas, que acabam se arriscando à migração. A Venezuela e o Haiti, entre outros países, podem ser bons exemplos desse fenômeno, em que se torna cada vez mais numerosa a presença da mulher (e dos menores desacompanhados) no processo migratório. Presença não como “apêndice” do marido, e sim como iniciativa por sua conta e risco próprios. “Troquei de pátria por amor aos meus filhos”

– dizia uma venezuelana num testemunho comovente. O esforço para conseguir a ração diária do alimento familiar tornara-se cada vez mais penoso e humilhante. Ao mesmo tempo que os produtos diminuía, o preço aumentava. Até que, diante das crianças famintas, a decisão se impôs: trocar a Venezuela pelo Brasil.

Diversos fatores contribuem para reforçar esses quatro aspectos. O primeiro deles, sem dúvida, é o crescimento do número e da intensidade dos conflitos armados em várias partes do planeta, o que gera, como vimos mais acima, proporcional crescimento de refugiados ou fugitivos da fome. Guerras e destruição, pobreza e miséria em uma série de países, como também já ficou claro, geram multidões de desenraizados. A isso, junta-se a ascensão ao poder de governos da extrema-direita populista, os quais, tendem a fechar as fronteiras de seus países, aumentando a pressão dos migrantes sobre os limites geográfico-territoriais das nações.

Com tais autoridades, difunde-se também, de forma exponencial, a discriminação e o preconceito, o racismo e a intolerância, a xenofobia e a perseguição aos estrangeiros. Por fim, retrospectivamente, hoje sabemos como a pandemia da Covid-19 escancarou, agravou e deu maior visibilidade ao drama das pessoas em movimento pelas estradas de todo mundo. Números, rostos, nomes, rostos, imagens, histórias, sonhos interrompidos, agressividade e mortes – tudo isso ao vivo e a cores – correu pelas telas e telinhas da televisão, das redes sociais e até do cinema.

4. FRATELLI TUTTI E O MIGRANTE

Após os parágrafos anteriores, retornemos à Carta Encíclica *Fratelli Tutti*, com o olhar voltado para os migrantes e refugiados. Se o documento do pontífice faz um apelo insistente à “fraternidade e à amizade social” nas comunidades políticas em geral, conforme o subtítulo da mesma, com maior razão o apelo vale sobretudo para a troca de valores entre todos os povos e nações sobre a face da terra. Logo na introdução, seguindo o espírito da *Laudato Si'* e a inspiração do santo homônimo, o Papa Francisco aponta o exemplo do pobre de Assis, como o homem cuja abertura a todos e todas reflete o amor sem fronteiras de Deus, Pai e Criador. Daí a necessidade de substituir a “globalização da indiferença” ou “a economia que exclui, descarta e mata” pela “cultura do encontro, do diálogo, do intercâmbio e do enriquecimento recíproco”, como dirá o Santo Padre em outro lugar. Derrubar os muros e construir pontes, estender os braços ao que bate à porta, tem sido seu refrão no que diz respeito ao fenômeno das migrações.

a. Irmãos e irmãs na casa comum

O conteúdo da encíclica *Fratelli Tutti* denuncia “as sombras de um mundo fechado” (capítulo I), ao mesmo tempo que aponta para a necessidade de “pensar e gerar um mundo aberto” (capítulo III), não sem antes, porém, superar a triste figura de “um estranho no caminho” (capítulo II). É aqui que reside o pano de fundo da realidade migratória e o olhar de compaixão sobre “as multidões cansadas e abatidas, como ovelhas que não têm pastor” (Mt 9,35-38). O Papa se vale da parábola do Bom Samaritano (Lc 10,25-37) para abordar a situação concreta dos “caídos” à

beira da estrada, à beira da história e à beira da vida. Aliás essas “feições sofredoras de Cristo” nos remetem não apenas a III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe, mas também e sobretudo às diversas listas de pobres, doentes e indefesos, preferidos do coração do Pai e primeiros a entrar no Reino de Deus, que aparecem nos relatos evangélicos, tais como no Sermão da Montanha (Lc 6,20-23), no Juízo Final (Mt 25,31-46) e na resposta a João Batista (Mt 11,4-6). Convém ter presente, de resto, que na Conferência de Aparecida, em 2007, os bispos introduzem a figura dos migrantes na lista dessas “feições sofredoras de Cristo”.

Por falar nisso, entre esses rostos sofridos e desfigurados pela violência e pela guerra, pela pobreza e pela fome, pelas implicações das mudanças climáticas estão os mais pobres, indefesos e necessitados. Diz ainda o Documento de Aparecida, no qual o então cardeal Bergoglio trabalhou como secretário, que “os excluídos não são somente ‘explorados’, mas ‘supérfluos’ e ‘descartáveis’”. Voltando à encíclica *Fratelli Tutti*, e tendo como referência a parábola do Bom Samaritano, pequenos subtítulos do capítulo II revelam a sensibilidade e a solicitude que a Igreja deve ter diante do “abandonado”, numa perspectiva de ver e acolher o outro/diferente/estranho como “o próximo sem fronteiras”, ao defrontar-se com “a provocação do forasteiro”.

Impossível ignorar, a esta altura, os quatro verbos citados pelo pontífice nas atividades da Pastoral junto aos migrantes e refugiados: acolher, proteger, promover e integrar. Trata-se de um verdadeiro programa para a Pastoral da Mobilidade Humana. O capítulo III da encíclica, insistindo em ir “mais além”, falando em construir “sociedades abertas que integrem a todos”, no respeito mútuo dos “direitos dos povos”, que devem ser “direitos sem fronteiras”. Isso requer, evidentemente, o cuidado em superar o preconceito, a discriminação, a intolerância cultural e religiosa, o racismo e a xenofobia. Como já ficou dito anteriormente, a ascensão dos governos de extrema direita em vários países do mundo, acrescida das consequências da pandemia Covid-19, paradoxalmente fizeram aumentar a agressividade para com o estrangeiro.

É o que o capítulo IV irá desnudar, ao escancarar o escândalo e “limites das fronteiras fechadas”, e ao propor o “intercâmbio fecundo” e a “gratuidade que acolhe”. O Santo Padre tem consciência da necessidade de trabalhar conjuntamente os problemas particulares e os valores globais. Por isso é que faz questão de temperar o “sabor local” com o “horizonte universal”. Em outras palavras, o empenho de todos os cidadãos e cidadãs no cuidado com “nossa casa comum”, necessariamente, passa pela resolução dos problemas nacionais e regionais. Utilizando uma linguagem que vem da DSI, em particular da *Populorum Progressio*, publicada pelo Papa Paulo VI em 1967, “o desenvolvimento integral” nas áreas de origem dos migrantes e refugiados conduz ao “novo nome da paz”. De fato, como ter paz sem trabalho estável e recompensado com dignidade, se é justamente ele que abre as portas da moradia, saúde, educação, transporte, vestuário, alimento, lazer, etc.? Como ter paz, mesmo com energia, coragem e braços fortes, se os pais não conseguem colocar o pão na mesa dos filhos? Como ter paz se o solo em que nascemos nega proteção e abrigo a seus próprios cidadãos? Como dizia Scalabrini, hoje canonizado e denominado “pai dos migrantes”, aos filhos desamparados da terra e da pátria, “só lhes resta a migração”.

A partir do capítulo V, de forma mais específica, o documento ganha um caráter marcadamente sócio-político, passando a desenhar os horizontes da “melhor política ou política necessária” para o desenvolvimento de uma verdadeira “amizade social”. Faz uma crítica não só aos “populismos e liberalismos”, mas também aos “limites das visões liberais”. Dessa reflexão resulta uma “caridade social e política” fundamentada no amor “político e eficaz”, o que significa governar não segundo os interesses pessoais, familiares, partidários ou corporativos, mas de acordo com as necessidades básicas da população de baixa renda. Voltando à parábola do Bom Samaritano e à temática dos migrantes e refugiados, caídos à beira do caminho, aplica-se aqui, na perspectiva social e política, conclusão de Jesus: “Vai e faz o mesmo”!

Ao final, a encíclica afunila para um tema caro ao Papa Francisco: a *sinodalidade*. O apelo, enfim, estende-se a todos os povos e nações, a todas as raças e culturas, no sentido de “construir juntos” a fraternidade universal, sobre os alicerces da amizade social. De acordo com os fundamentos da DSI, no coração de cada pessoa humana e no coração de cada cultura encontram-se sementes do Verbo encarnado. Toda e qualquer civilização desenvolve valores e contravalores. No vaivém contínuo dos migrantes e refugiados, em todas as direções, é precisamente o encontro dos rostos e de suas culturas que ajuda a depurar e purificar os valores essenciais, rejeitando os secundários. Por isso é que, no dizer dos bispos reunidos em Aparecida, “os migrantes que partem de nossas comunidades podem oferecer valiosa contribuição missionária às comunidades que os acolhem”.

Ou seja, tornam-se evangelizadores em potencial. Com efeito, conforme vimos anteriormente, o migrante que se move, põe em movimento a própria história. Ao colocar os pés na estrada e os olhos no horizonte, o forasteiro faz moverem-se tanto as autoridades governamentais quanto os organismos internacionais, as igrejas e entidades, os políticos e estudiosos, as leis e o destino. A marcha dos migrantes desencadeia a marcha das distintas instituições e respectivas instâncias. “O cotidiano se desbanaliza ao mudar o quadro da vida, adquirindo extraordinária importância: cada ato de rotina se torna aventura, cada verificação um achado, e o viajante se descobre a cada passo” – diz o crítico brasileiro Antonio Candido. E ao fazê-lo, estimula a humanidade recriar-se continuamente. A longo da trajetória humana, não poucas culturas e civilizações nasceram e se consolidaram a partir dos migrantes recém-chegados. Se é verdade que muitos veem seus sonhos e esperanças se quebrarem de encontro às fronteiras cerradas e hostis, também é verdade que outros são capazes de fazer da fuga o recomeço de uma nova busca.

E não é só isso! Nessa perspectiva, o simples fato de migrar, de encontrar-se a caminho, consciente ou inconscientemente, faz do migrante um profeta, protagonista e artífice de novos tempos. *Profeta*, na medida em que questiona o *país de origem*, solo pátrio que não foi capaz de lhe proporcionar os meios necessários para uma cidadania digna e justa na terra onde deixou sepultados os próprios antepassados. *Protagonista*, enquanto interpela os *países de destino*, no sentido de desenvolver uma economia local e global que inclua não apenas um punhado de ricos e poderosos, mas a todos os cidadãos do mundo. *Artífice*, pela coragem de romper fronteiras e grillhões nos *países de trânsito*, revelando com isso a urgência de “alargar o espaço da tenda” (Is 54,2-3), na construção conjunta e orgânica de uma cidadania universal.

b) A centralidade de Jesus de Nazaré

Uma das inovações do Papa Francisco, todavia, foi trazer Jesus de Nazaré para o centro da vida e da mensagem cristã. Com sua vida, palavras e gestos, o pontífice como que encarna o profeta itinerante da Galileia. Jamais nos permite esquecer que o filho de Maria e de José nasceu e morreu do lado de fora dos muros da cidade, num espaço de fronteira. “Maria deu à luz o seu filho primogênito, envolveu-o com faixas e reclinou-o numa manjedoura, porque não havia lugar para ele na casa” (Lc 2,7). A condenação ao madeiro da cruz, reservada aos piores malfeitores, devia ser executada no lugar à parte, fora da cidade. “Maldito todo aquele que é suspenso no madeiro”, diz o apóstolo Paulo citando o Antigo Testamento (Dt 21,23; Gl 3,13).

Outra inovação do atual Santo Padre foi a criação, na Cúria romana, de um novo Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, onde se localiza a Secção destinada à solicitude com os migrantes e refugiados. Ambas as iniciativas, de resto, lembram a slogan da “Igreja em saída”, convidando-nos a deixar a sacristia e avançar para a fronteira. Esta última representa uma espécie de terra de ninguém, o que abre a possibilidade para ser igualmente terra de todos. Cabe aqui o conceito de “não-lugar”, na concepção do antropólogo francês Marc Augé, em sua obra *Não lugares*. São os lugares onde não há qualquer familiaridade, onde nos sentimos fora de casa, como por exemplo o aeroporto, a rodoviária, a rodovia e, claro, a fronteira. Disso decorre que o Reino dos céus, centralidade da mensagem e da Boa Nova de Jesus Cristo, tem suas raízes na fronteira, nos porões ou periferias de uma sociedade cada vez mais urbanizada.

Daí se levanta o pobre, o outro, o migrante que clama e interpela. “O estrangeiro” – deixou escrito o filósofo alemão H. G. Gadamer na obra *Verdade e Método* – “tem mais a dizer sobre mim do que sobre ele mesmo”. O conceito de fronteira como “não lugar” leva-nos a afirmar, num aparente paradoxo, que esse “não lugar” torna-se o “melhor lugar” para erguer os alicerces do “novo lugar”. Numa palavra: o “não lugar” constitui o “lugar privilegiado” para lançar a semente do “Reino dos céus”. De fato, somente quem passou pela experiência incerta, insegura e inquietante da fronteira anseia por um horizonte novo e mais amplo. Ao contrário, quem nasce em berço de ouro, tende a rejeitar todo e qualquer processo de mudança.

Quem sabe nos podem iluminar, ainda, as palavras iniciais da Divina Comédia, obra inspiradora do grande poeta italiano Dante Alighieri “*A meio caminhar de nossa vida / fui me encontrar em uma selva escura / estava a reta minha via perdida*”. Elas expressam um momento de profunda crise humana e existencial, um estranhamento quanto ao lugar e ao tempo em que vivemos. Revelam a estranheza de quem perdeu as raízes, as referências, o chão seguro debaixo dos pés, e as estrelas do horizonte. Ou seja, de quem perdeu o rumo da própria trajetória, e sente vertigem do vazio e do escuro. Sensação de falta de sentido, de fragmentação, de significado para com a existência. Por isso podem ajudar a entender o que significa o ansioso desejo de abandonar a “selva escura” e retomar a “reta via”. Numa palavra, de chegar a uma casa ou lar, de encontrar uma terra amiga e acolhedora, que possa representar o saudoso solo pátrio. O calor humano e

o ambiente familiar de uma terra acolhedora figuram como um dos anseios mais profundos de quem perambula pelas estradas. Bem dizia Scalabrini que “para o migrante a pátria é a terra que lhe dá o pão”, ou ainda que “a migração alarga o conceito de pátria”.

CONCLUSÃO

Vale repetir uma vez mais, e como ponto final, que enquanto a *Laudato Si'* prepara o terreno para levantar e cuidar de “nossa casa comum”, a *Fratelli Tutti* nos convida a uma convivialidade fraterna e universal não só entre nós, seres humanos, mas também com as coisas, a natureza e as demais formas de vida, a biodiversidade. Impõe-se aqui recordar que a aliança bíblica estabelecida entre Deus, Noé e seus filhos, simbolizada pelo arco-íris, tem em vista não somente o Povo de Israel e nem tampouco a própria humanidade, e sim “todos os seres vivos que estão convosco e todas as gerações futuras” (Gn 9,8-17). O Criador preocupa-se com todas as manifestações da vida e com a continuidade desta sobre a face da terra. Reproduz-se a promessa feita a Abraão, o pai da fé: a terra prometida e uma descendência numerosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BÍBLIA. Português. *A Bíblia de Jerusalém*. Edição rev. e ampliada. São Paulo: Paulus, 2004.
- CELAM. *Documento de Aparecida*. Texto Conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, 5ª ed., Brasília/ São Paulo: Ed. CNBB/Paulinas/Paulus, 2008.
- FRANCISCO. *Fratelli Tutti*. Sobre a fraternidade e a amizade social – 3 de outubro de 2020. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html. Acesso em: 05 de janeiro de 2024.
- FRANCISCO. *Laudato Sí*. Sobre o cuidado com a casa comum – 24 de maio de 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 11 de fevereiro de 2024.
- JOÃO PAULO II. Apresentação do documento «*erga migrantes caritas christi*». Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/migrants/documents/rc_pc_migrants_doc_20040514_presentazione-istruzione_po.html. Acesso em 5 de fevereiro de 2024.
- JOÃO XXIII. *Mater et Magistra*. Sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã” – 15 de maio de 1961.
- LEÃO XIII. *Rerum Novarum*. Sobre a condição dos operários – 15 de maio de 1891. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 10 de janeiro de 2024.
- PAULO VI. (1967) *Populorum progressio*. Disponível em: < Disponível em: http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html > Acessado em: 19/03/2019.
- PAULO VI. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo atual. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em 12 maior de 2024.

FRATERNIDADE E DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

Fraternity and interreligious dialogue

Paulo César Nodari*

*Formado em Filosofia e Teologia. Doutor e Pós-Doutor em Filosofia. Professor na Universidade Católica de Brasília (UCB). Coordenador dos Cursos de Filosofia, Teologia e Gestão Paroquial e Projetos Sociais na Modalidade EAD da UCB.

Recebido em 10/12/2023

Aprovado em 22/03/2024

 Email: paulocesarnodari@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-4123-8683>

Resumo: O presente artigo objetiva analisar a relação existente entre a fraternidade e o diálogo inter-religioso e sua respectiva relevância para a construção de uma nova cultura. Desse modo, busca-se refletir sobre algumas questões e alguns problemas expostos pelo Papa Francisco em sua Carta Encíclica *Fratelli Tutti*, sobretudo, no que se refere à importância do diálogo inter-religioso para a efetivação de uma cultura de encontro e de fraternidade, baseada na amizade social e no amor político. Para tanto, em um primeiro momento, trata-se de analisar o conceito de fraternidade, para, em um segundo momento, apresentar alguns pressupostos imprescindíveis, para que, de fato, seja possível articular e desenvolver um diálogo inter-religioso respeitoso, construtivo e cooperativo, cuja finalidade seja o desenvolvimento integral do ser humano em uma sociedade mais fraterna e pacífica.

Palavras-chave: Fraternidade; Diálogo Inter-religioso; Amizade Social; Cultura; Religiões; Paz.

Abstract: This article aims to analyze the relationship between fraternity and interreligious dialogue and its respective relevance for the construction of a new culture. In this way, we seek to reflect on some questions and problems exposed by Pope Francis in his Encyclical Letter *Fratelli Tutti*, especially with regard to the importance of interreligious dialogue for the implementation of a culture of encounter and fraternity, based in social freindship and political love. To This end, initially, it is about analyzing the concept of fraternity, and, secondly, presenting some essencial assumptions, so that, in fact, it is possible to articulate and develop a respectful, constructive and cooperative interreligious dialogue, whose purpose is the integral development of human beings in a more fraternal and peaceful society.

Keywords: Fraternity; Interreligious Dialogue; Social Friendship; Culture; Religions; Peace.

1 INTRODUÇÃO

“*Fratelli Tutti*: sobre a fraternidade e a amizade social” (doravante: FT) é o título da Carta Encíclica do Papa Francisco, lançada, em Assis, na Itália, em outubro de 2020. Em meio a tantas dificuldades, turbulências, angústias e medos, o Papa Francisco, o primeiro papa na história da Igreja Católica proveniente do continente americano, mais especificamente, da denominada periferia latino-americana, lança um olhar, ao mesmo tempo, crítico e problematizador, mas, também, esperançoso sobre a realidade econômica, social, cultural, política, e religiosa em que o mundo se encontrava e se encontra. Os fatores e as causas são múltiplas a respeito do contexto internacional globalizado deste primeiro quartel do século XXI. Referencia-se, especialmente, a pandemia do *coronavírus*. A *Covid 19* trouxe, mundo afora, além de muita dor, sofrimento e tristeza, muitos

desafios, muitas mortes, também, muitas perguntas. Ela trouxe, por sua vez, questionamentos, bem como, algumas possíveis respostas à humanidade enquanto tal, ainda que a mesma não as queira, ou talvez, prefira não as discernir, assumir e responsabilizar-se.

Buscar-se-á, a seguir, refletir sobre algumas questões e alguns problemas expostos pelo Papa Francisco na FT, sobretudo, no que se refere à compreensão de fraternidade e diálogo inter-religioso. Desse modo, em um primeiro momento, tentar-se-á esboçar alguns traços acerca da compreensão do conceito amizade social e fraternidade, para, em um segundo momento, traçar pontos imprescindíveis para tornar possível, de fato, o diálogo inter-religioso. Acerca do tema da Fraternidade e Amizade Social, que também é a temática e o próprio tema da Campanha da Fraternidade (doravante: CF) de 2024, cujo lema traz de modo emblemático a expressão do evangelista Mateus: “Vós sois todos irmãos e irmãs” (Mt 23,8), eis como se expressa o Papa Francisco, na Carta Encíclica:

As páginas seguintes não pretendem resumir a doutrina sobre o amor fraterno, mas de-
têm-se na sua dimensão universal, na sua abertura a todos. Entrego esta Encíclica social
como humilde contribuição para a reflexão, a fim de que, perante as várias formas atuais
de eliminar ou ignorar os outros, sejamos capazes de reagir com um novo sonho de fra-
ternidade e amizade social que não se limite a palavras. Embora a tenha escrito a partir
das minhas convicções cristãs, que me animam e nutrem, procurei fazê-lo de tal maneira
que a reflexão se abra ao diálogo com todas as pessoas de boa vontade. (FT, 6).

2. FRATERNIDADE UNIVERSAL

O Papa Francisco, com corajosa ousadia, ao lançar uma Carta Encíclica sobre uma temática tão importante à vida de toda humanidade, levanta sérios questionamentos a respeito de como são tratados de maneira, por assim dizer, ardilosa, manipulada, ludibriada e camuflada, temas e questões tão complexas, mas, ao mesmo tempo, imprescindíveis que interferem, coincidem e até se confundem diretamente com a própria vida de todos os seres humanos no planeta. Eis algumas, dentre outras, dessas questões e temáticas inevitáveis de questionamento e de enfrentamento em nossa época, considerada não apenas como época de mudanças, mas, sobremaneira, mudança de época: as temáticas da mobilidade humana atual; da abertura ou fechamento das fronteiras dos países; da supremacia da economia do mercado globalizado; da exclusão dos pobres, vulneráveis e fracassados ante o insucesso econômico e profissional; da discussão das diferenças existentes entre as pessoas, as culturas e os povos; da crise climática e ecológica; da justiça intergeracional; etc. Tais temáticas, é claro, vêm e estão envoltas em muitos aspectos complexos, sem dúvida, mas, também, elas vêm sobrecarregadas, sobrepujadas de doses muito bem articuladas, homeopática e massivamente, interesseiras, mercadológicas, discriminatórias e excludentes, a ponto de serem, por vezes, ou até, na maioria das vezes, imperceptíveis, invisíveis ou dificilmente decifradas.

Deus é amor. “Deus é amor, e quem permanece no amor permanece em Deus e Deus nele” (1Jo 4,16). Segundo o Catecismo da Igreja Católica, Deus é amor (CIC, 221), e a Criação é obra do querer e do amor de Deus à humanidade toda e de que Deus é Pai de todos e todas

(CIC, 238), e, sendo, por isso, todos irmãos e irmãs. Trata-se de um princípio fundamental da doutrina Católica e também das Igrejas Cristãs (CIC, 239). Nesse sentido, segundo o próprio Papa Francisco, a realidade do mundo atual apresenta-se muito fechada e com muitas sombras, conforme ele mesmo trabalha e analisa no primeiro capítulo da FT (*As sombras de um mundo fechado*). A sustentação e a manutenção desse mundo de sombras não oferecem as condições necessárias para ser, de fato, um mundo no qual se possa afirmar ser a *Casa Comum*, na qual todos se sentem irmãos e irmãs, pois veem-se sobrepor em muitas situações e realidades aos princípios da dignidade e da inviolabilidade da vida e do bem comum os interesses privados e a ganância de concentração, de acúmulo de bens e privilégios por parte de quem detém o poder decisório e quer tudo para o seu bem-estar, não importando-se, por conseguinte, com a vida em comum de toda a humanidade e de todos os seres vivos na *Casa Comum*. Afirma, pois, o Papa Francisco:

Neste mundo que corre sem um rumo comum, respira-se uma atmosfera em que “a distância entre a obsessão pelo próprio bem-estar e a felicidade da humanidade partilhada parecem aumentar: até fazer pensar que, entre o indivíduo e a comunidade humana, já esteja em curso um cisma. (...) Porque uma coisa é sentir-se obrigado a viver junto, outra é apreciar a riqueza e a beleza das sementes de vida em comum que devem ser procuradas e cultivadas em conjunto”. A tecnologia avança continuamente, mas “como seria bom se, ao aumento das inovações científicas e tecnológicas, correspondessem também uma equidade e uma inclusão social cada vez maiores! Como seria bom se, enquanto descobrimos novos planetas longínquos, também descobríssemos as necessidades do irmão e da irmã que orbitam ao nosso redor!”. (FT, 31).

Caso alguém se debruchar para olhar, verificar e analisar o próprio sumário da Carta Encíclica FT, aqui em questão, entenderá que o Papa Francisco, enquanto líder da Igreja Católica, está assumindo, decididamente, o protagonismo do convite, e, caso se quiser, da convocação feita a toda humanidade para a construção e para a realização de um percurso que trilha o caminho rumo a uma civilização do amor, isto é, para uma civilização da fraternidade universal. Ao se lançar os olhos e o entendimento fixos nos títulos dos capítulos e nos respectivos e sucessivos itens elencados em cada um dos capítulos da FT, chega-se, facilmente, a considerar e a ponderar que o Papa Francisco parte da constatação de um mundo alinhavado e alicerçado sobre pilares sustentadores de uma cultura, predominantemente, de fechamento e de exclusão, cujos privilégios são reservados a um grupo de pessoas cada vez mais minoritário, concentrado e poderoso, em detrimento de uma grande maioria que mingua para poder, quando e quanto muito, sobreviver, lutando para conseguir algumas migalhas que sobram. Essa é a constatação a que se chega e pode ser defendida com muito bons argumentos e análises críticas (Costa, 2016; Galimberti, 2006; Nodari; Síveres, 2021).

No entanto, o Bispo de Roma não aceita apenas constatar e permanecer neste mundo excludente, referência ao qual ele escreve, especialmente, o primeiro capítulo: “As sombras de um mundo fechado”. O Papa Francisco, buscando trazer luzes para superar o fechamento e a exclusão, rumo a um mundo aberto e de encontro, lança um olhar para a Parábola do Bom Samaritano (Lc 10, 25-37), argumentando que o “estranho”, ou então, o “forasteiro” não é um empecilho, antes, muito pelo contrário, ele é uma oportunidade que é oferecida e dada para cada qual crescer como ser

humano, e, também, como humanidade, composta por diferentes rostos, culturas e povos, sendo esta diversidade uma riqueza inominável de embelezamento, complementação e realização. “Essa parábola é um ícone iluminador, capaz de manifestar a opção fundamental que precisamos fazer para reconstruir nosso mundo ferido. Diante de tanta dor, à vista de tantas feridas, a única via de saída é ser como o bom samaritano.” (FT, 67).

Trata-se, pois, de pensar e gerar um mundo aberto, alicerçado sobre os pilares do encontro, do diálogo, da paz e do amor. Com outras palavras, de acordo com o Papa Francisco, é urgente superar um mundo de sócios, de noções inadequadas de um amor universal, nas quais há sempre compreensões lacunares e unidimensionais. Faz-se necessário gerar um mundo aberto em que os direitos sem fronteiras sejam observados e a solidariedade seja, de fato, um valor primordial capaz de promover o amor universal e de repropor a própria função social da propriedade e dos bens, a fim de que todos e todas, filhos e filhas do mesmo Pai, possam viver com dignidade e seja possível e assumido, por conseguinte, o processo de formação e desenvolvimento integral de todos os seres humanos. E isso significa, em última análise, de uma nova rede de relações, sejam pessoais, comunitárias, sociais, culturais, políticas e econômicas. Afirma a FT a respeito da nova mentalidade de convivência não mais alicerçada no poder, no consumo e no desperdício e na cultura do descartável, e, sim, no cuidado com todos os habitantes da *Casa Comum*:

Trata-se, sem dúvida, de outra lógica. Se não se fizer esforço para entrar nessa lógica, as minhas palavras parecerão um devaneio. Mas, se se aceita o grande princípio dos direitos que brotam do simples fato de possuir a inalienável dignidade humana, é possível aceitar o desafio de sonhar e pensar em uma humanidade diferente. É possível desejar um planeta que garanta terra, teto e trabalho para todos. Esse é o verdadeiro caminho da paz, e não a estratégia insensata e míope de semear medo e desconfiança perante ameaças externas. Com efeito, a paz real e duradoura é possível só “a partir de uma ética global de solidariedade e cooperação a serviço de um futuro modelado pela interdependência e a corresponsabilidade na família humana inteira”. (FT, 127).

Outro pensamento muito importante trazido à tona pelo texto do Santo Padre diz respeito à importância do agir e da ação política no pequeno ambiente, mas, também, no ambiente de prospecção mais amplo. Segundo o Papa Francisco, precisa-se ter clareza tanto a respeito do mundo cotidiano e local, ou seja, no ambiente no qual cada um vive, caminha e partilha a vida, como também, simultaneamente, do mundo global, das relações macros. “É preciso olhar para o global, que nos resgata da mesquinhez caseira. Quanto a casa deixa de ser lar para se tornar confinamento, calabouço, resgata-nos o global, porque é como a causa final que nos atrai para a plenitude.” (FT, 142). A dialética da metáfora “pés bem alicerçados no chão em que se pisa” e “olhos para um mundo aberto” é muito significativa. “Ao mesmo tempo, temos de assumir intimamente o local, pois tem algo que o global não possui: ser fermento, enriquecer, colocar em marcha mecanismos de subsidiariedade.” (FT, 142). Trata-se, pois, da comunhão, ou então, da simbiose que precisa haver entre a fraternidade universal e a amizade social em cada sociedade. A dicotomia entre as duas levaria, muito provavelmente, à impossibilidade da realização e efetivação de uma civilização do amor. “Portanto, a fraternidade universal e a amizade social dentro de cada

sociedade são dois polos inseparáveis e ambos essenciais. Separá-los leva a uma deformação e a uma polarização nociva.” (FT, 142). Nessa perspectiva, é preciso o intercâmbio contínuo entre o regional e o nacional e entre o nacional e o internacional, sendo, pois, urgente, pensar caminhos e estruturas capazes de possibilitar e sustentar políticas de abertura e de discussão e implementação de medidas de garantia do bem comum para todas as pessoas, para todas as culturas e para todos os povos. Precisa-se superar, pois, a cultura de muralhas e de muros e passar para uma concepção, para uma mentalidade, e, enfim, para uma cultura do encontro, de responsabilidade e de amor. Faz-se urgente crescer e desenvolver-se em cada ser humano um novo estilo de vida baseado e sustentado em uma cultura aberta e acolhedora. Afirma o Papa Francisco:

A solução não é uma abertura que renuncie ao próprio tesouro. Tal como não há diálogo com o outro sem identidade pessoal, assim também não há abertura entre povos senão a partir do amor à terra, ao povo, aos próprios traços culturais. Não me encontro com o outro se não possuo um substrato no qual estou firme e enraizado, pois é a partir dele que posso acolher o dom do outro e oferecer-lhe algo de autêntico. Só posso acolher quem é diferente e perceber a sua contribuição original, se estiver firmemente ancorado a meu povo com a sua cultura. Cada um ama e cuida, com particular responsabilidade da sua terra e preocupa-se com o seu país, assim como deve amar e cuidar da própria casa para que não caia, ciente de que não o fração os vizinhos. O próprio bem do mundo requer que cada um proteja e ame a sua própria terra; caso contrário, as consequências do desastre de um país repercutir-se-ão em todo o planeta. Isso se baseia no sentido positivo do direito de propriedade: guardo e cultivo algo que possuo, a fim de que possa ser uma contribuição para o bem de todos. (FT, 143).

Ao mencionar-se uma nova mentalidade, estima-se e ensina-se uma cultura política alinhada e conectada com o princípio do bem comum, em sintonia cuidadosa e zelosa com as coisas públicas e comuns. Segundo Arendt: “A política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum [...]” (2028, p. 21). Só uma organização e um planejamento comuns, envolvendo todas as áreas do conhecer e do agir humanos, poderão conduzir a um desenvolvimento humano integral, uma vez que a política visa à preservação da vida humana e ao sentido da vida humana e de todos os seres vivos na Casa Comum (Nodari, 2022, p. 108). “A boa política procura caminhos de construção de comunidade nos diferentes níveis da vida social, a fim de reequilibrar e reordenar a globalização para evitar seus efeitos desagregadores.” (FT, 182) A política tem dignidade e tem uma missão inexoravelmente ligada ao bem viver de todas as pessoas, tendo um olhar e uma atenção muito especial e preferencial às políticas públicas, sobretudo, em consideração à população mais carente e pobre. Trata-se de um projeto de fraternidade universal e amizade social, no qual o fim a que se busca é, em última análise, uma cultura de paz e de convivência pacífica. “Requer-se coragem e generosidade para estabelecer livremente certos objetivos comuns e assegurar o cumprimento em todo o mundo de algumas normas essenciais.” (FT, 174).

A Carta Encíclica FT traz elementos muito importantes à luz dos quais as diversas e diferentes instâncias devem deixar-se questionar e também precisam fomentar a discussão e o debate abertos e amplos. Como registro, lembram-se algumas categorias muito importantes a serem tomadas em consideração no projeto de fraternidade e amizade social, tais como: identidade

de povo, princípio do bem comum, importância do mercado, educação política, caridade social e política, amor político, poder internacional. Tais categorias, no fim de contas, querem auxiliar a reconhecer a todo ser humano sua dignidade e sua riqueza e importância para o embelezamento da criação de Deus. É preciso pensar e trabalhar por uma civilização do amor presente e futura na qual e para a qual todos contam e são relevantes, e, para tanto, a política precisa assumir as rédeas e não estar submissa e subserviente à economia depredatória e excludente da denominada economia globalizada. Afirma a FT:

Gostaria de insistir que a “política não deve submeter-se à economia, e esta não deve submeter-se aos ditames e ao paradigma eficientista da tecnocracia” (LS, n. 189). Embora se deva rejeitar o mau uso do poder, a corrupção, a falta de respeito às leis e a ineficiência, “não se pode justificar uma economia sem política, porque seria incapaz de promover outra lógica para governar os vários aspectos da crise atual” (LS, n. 196).

Pelo contrário, “precisamos de uma política que pense com visão ampla e leve por diante uma reformulação integral, abrangendo em um diálogo interdisciplinar os vários aspectos da crise” (LS, n. 197). Penso em uma “política salutar, capaz de reformar as instituições, coordená-las e dotá-las de bons procedimentos, que permitam superar pressões e inércias viciosas” (LS, n. 181). Não se pode pedir isso à economia, nem aceitar que ela assuma o poder real do Estado. (FT, 177).

Busca-se, então, criar condições e processos para uma nova mentalidade e para uma nova cultura, a saber, uma cultura de encontro e de fraternidade universal. Não obstante cada um nasça dentro de uma sociedade já constituída, cada um seja único e singular, nasça pertencente a uma denominada cultura, cada um parta para estabelecer seu mundo, é imprescindível perceber e superar a falsa ideia de que o outro, o diferente, seja enquanto indivíduo, seja enquanto expressão cultural de um povo constitua-se como um empecilho para a efetivação e a realização da jornada existencial de cada pessoa e de cada povo. Compreender-se, pois, como seres de relação, seres de finitude, seres de abertura e inacabamento, tanto singular como comunitariamente, é muito importante para a efervescência e para a efetivação de uma cultura de diálogo, de encontro e de paz. As diferenças não são causa de distanciamentos, de conflitos violentos, de construção de muros, mas, pelo contrário, ocasião para aproximação, para o diálogo e para a comunicação e troca de experiências e riquezas sociopolíticas e culturais. A abertura dialogal do intercâmbio das diferenças, embora possam criar tensões e algumas dificuldades a serem superadas, são, certamente, ocasião e possibilidade de desenvolvimento humano. Em uma sociedade plural o diálogo é sempre o caminho mais adequado para edificar a humanidade em sua dignidade em todo e qualquer tempo e lugar, porque todos são importantes e ninguém é inútil. E, nesse sentido, segundo o Papa Francisco, a vida é a arte do encontro e do encontro com o outro, que é diferente e precisa ser reconhecido como outro. Precisa-se, pois, criar hábitos e processos de encontro, isto é, é preciso cultivar a arte do encontro de modo a ter disposição e atitude de encontro e superar as possibilidades de desencontro.

Sabe-se que a cultura do encontro não virá sem muito trabalho, dedicação, perdão e boa vontade por parte de toda a humanidade, especialmente, por parte, também, das lideranças políticas

de todas as nações. A história da humanidade em seu longo caminho é marcado e assinalado por muitos e inúmeros conflitos, violências e guerras. Trabalhar os caminhos para a construção de uma fraternidade universal exige muito esforço, muita paciência, muita resiliência, mas, evidentemente, sem ingenuidades e estratégias de camuflagem, ou então, imaginar que se possa, de momento para momento, alcançar o patamar de uma nova mentalidade e de uma cultura de encontros. “Novo encontro não significa voltar ao período anterior aos conflitos. Com o tempo, todos mudamos. A tribulação e os confrontos transformam-nos. Além disso, já não há espaço para diplomacias vazias, dissimulações, discurso com duplo sentido, ocultações, bons modos que escondem a realidade.” (FT, 226).

Trata-se, portanto, de um trabalho paciente e perseverante da verdade e da justiça, sem, contudo, esquecer o sofrimento, sequelas e as mazelas de dor e sofrimento causadas por tais acontecimentos. Não é possível reconstruir a história sem tomar em consideração a memória das vítimas, isto é, sem levar em conta a história em sua realidade “nua e crua”. Não se aceita a história em sua unilateralidade dos que contam, narram e relatam a história de um ponto de vista do progresso técnico-científico sem tomar em conta todo o seu invólucro, em suas diversas e múltiplas particularidades. Lembra-se, por isso, que a via para os caminhos de encontro e de paz não significa homogeneizar as sociedades e as nações, mas, sim, trabalhar juntos em prol do bem comum. “O caminho para uma melhor convivência implica sempre reconhecer a possibilidade de que o outro contribua com uma perspectiva legítima, pelo menos em parte, algo que possa ser reavaliado, mesmo que se tenha enganado ou agido mal.” (FT, 228). A arquitetura da cultura de encontro e de paz não é simples, não é fácil e não é momentânea. O engajamento de cada pessoa, de cada cultura e de cada sociedade exige disposição, convicção, perseverança, perdão, misericórdia e clareza de que se trata de um longo caminho a ser percorrido, e, muito provavelmente, incansavelmente, de busca constante e inconclusa, uma vez que o projeto arquitetônico de paz e dignidade prevê um mundo justo e melhor para toda a humanidade e não apenas para alguns grupos e nações. Logo: “Aqueles que pretendem levar a paz a uma sociedade não devem esquecer que a desigualdade e a falta de desenvolvimento humano integral impedem que se gere a paz.” (FT, 235). Afirma com muita clareza e convicção o Papa Francisco acerca dos graves problemas que rondam e assolam a nossa humanidade, lembrando que a arquitetura do encontro e da paz não se alicerça exclusivamente em regras e leis, embora as mesmas sejam extremamente importantes:

Tampouco serão suficientes as normas, se se pensa que a solução para os problemas atuais consiste em dissuadir os outros através do medo, ameaçando-os com o uso de armas nucleares, químicas ou biológicas. Com efeito, “se tomarmos em consideração as principais ameaças contra a paz e a segurança com as suas múltiplas dimensões neste mundo multipolar do século XXI – por exemplo, o terrorismo, os conflitos assimétricos, a segurança informática, os problemas ambientais, a pobreza –, muitas dúvidas emergem acerca da insuficiência da dissuasão nuclear para responder de modo eficaz a tais desafios. Essas preocupações assumem ainda mais consistência quando consideramos as catastróficas consequências humanitárias e ambientais que derivam de qualquer utilização das armas nucleares com efeitos devastadores indiscriminados e incontroláveis no tempo e no espaço. (...) Devemos perguntar-nos também quão sustentável é um equilíbrio baseado no medo, quando de fato ele tende a aumentar o temor e a ameaçar as relações de confiança

entre os povos. A paz e a estabilidade internacionais não podem ser fundadas num falso sentido de segurança, na ameaça de uma destruição recíproca ou de um aniquilamento total, na manutenção de um equilíbrio de poder. (...) Em tal contexto, o objetivo final da eliminação total das armas nucleares torna-se um desafio mas também um imperativo moral e humanitário. (...) A crescente interdependência e a globalização significam que a resposta que se der à ameaça de armas nucleares deve ser coletiva e planeada, baseada na confiança recíproca, que só pode ser construída através do diálogo sinceramente dirigido para o bem comum e não para a tutela de interesses velados ou particulares”. E, com o dinheiro usado em armas e noutras despesas militares, constituamos um Fundo mundial (PP, n. 51), para acabar de vez com a fome e para o desenvolvimento dos países mais pobres, a fim de que os seus habitantes não recorram a soluções violentas ou enganadoras, nem precisem de abandonar os seus países à procura de uma vida mais digna. (FT, 262).

Sabe-se que a convivência pacífica não é tarefa simples e momentânea. Tem-se consciência de que há muitos interesses em jogo e que o capital, as riquezas e os benefícios jogam com grande poder e força no compromisso responsável pela construção de uma nova cultura de paz e de encontro. Vê-se, também, infelizmente, com evidências clarividentes, a propagação da globalização da indiferença e da efetivação de formas de vida alinhadas e sustentadas em um individualismo fechado em uma espécie de redoma inquebrantável e inatingível. Importante é que cada qual possa gozar de sua vida e de seus benefícios alcançados não importando de que maneira, mas, em todo caso, em tal patamar se encontrando, fechando-se e não solidarizando-se com o sofrimento, com o desespero do outro que clama por comida, moradia, trabalho, respeito e vida digna, o mínimo exigido para que se possa afirmar ser minimamente denominada de uma vida humana, de fato. Eis o grande desafio a que todos estão submetidos e convidados a perceber, ver, sentir, pensar e agir, por conseguinte. Situações que constatarem e exemplifiquem a globalização da indiferença e uma espécie de desumanização do ser humano enquanto tal não faltam. Muitos exemplos há. Citam-se, neste momento, duas situações de indiferença e negligência, sendo uma em sentido global e outra em sentido local:

1) a guerra entre Israel e Palestina é um exemplo clássico de descuido e indiferença da comunidade internacional com os seres humanos, especialmente, os civis, envoltos no conflito armado, não sendo atendida, minimamente, uma das condições básicas de vida, a própria alimentação, tornando-se a entrega de alimentos, inclusive, ocasião e oportunidade para atingir mais mortes; 2) a proliferação da dengue em nosso país é uma realidade, em não raros ambientes e lugares, de descuido, desleixo e falta de responsabilidade comum com o meio ambiente e com a *Casa Comum*, ocasionando, por conseguinte, a proliferação e a multiplicação de pessoas infectadas pelo dengue, levando, inclusive, algumas pessoas a óbito, infelizmente.

Tem-se clareza de que o cuidado com a *Casa Comum* não é tarefa reservada para algumas pessoas, para algumas organizações não governamentais, para algum partido político, para algum governo, ou ainda, para algumas religiões. Trata-se, outrossim, de uma tarefa e um compromisso responsável e solidário para todas as pessoas, instituições, governos. Constitui-se, também, em uma missão inadiável e irrenunciável para todas as religiões que creem em um Deus que ama a humanidade, que ama toda a criação e chama a todos para o projeto de uma nova cultura na qual todos são irmãos e irmãs e buscam incessantemente a convivência pacífica na *Casa Comum*.

3. DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

Para o Papa Francisco, as religiões, ou melhor, todas as religiões precisam caminhar e trabalhar juntas para que todos os filhos e filhas de Deus sejam reconhecidos como tal no mundo. Todas precisam trabalhar pela fraternidade universal e pela amizade social em todas e quaisquer sociedades. De acordo com o Papa Francisco, a liberdade religiosa é uma direito fundamental para todas as pessoas onde quer que estejam e vivam. “Existe um direito humano fundamental que não deve ser esquecido no caminho da fraternidade e da paz: é a liberdade religiosa para as pessoas que creem em todas as religiões.” (FT, 279). E, nessa perspectiva da cultura de encontro e de paz, sem dúvida, as religiões têm uma missão importantíssima. Trata-se de uma verdadeira mudança da vivência religiosa a partir do pluralismo religioso (Barros, 2023, p. 131). Mas, para tanto, urge superar e vencer a violência fundamentalista¹, a mentalidade ufanista², o proselitismo³ numérico e estatístico, e a cultura maniqueísta⁴. Tal caminho não é fácil e simples. Porém, sabe-se ser missão urgentíssima e eminentíssima de cada religião e para cada religião, uma vez estar a humanidade enquanto tal vivendo um processo acelerado e intenso de mobilidade humana. “A compreensão da realidade religiosa plural do nosso tempo conduz à reflexão sobre como o *fator pluralidade* é elemento constitutivo de cada sistema religioso e da identidade religiosa da pessoa crente.” (Wolf; Oliveira, 2023, p. 239: grifos dos autores). As religiões precisam assumir o caminho da pluralidade, uma vez que o mesmo favorece a convivência e a paz. “Entre as religiões, é possível um caminho de paz. O ponto de partida deve ser o olhar de Deus.” (FT, 281).

Antes de prosseguir, ainda que breve, é imprescindível que se tenha em mente existir uma diferença entre ecumenismo e diálogo inter-religioso. Segundo Wolff, por ecumenismo, pode-se entender o esforço de diálogo entre algumas igrejas cristãs visando a busca da unidade de fé e a paz na convivência eclesial e social (Wolff, 2015, p. 234). Por sua vez, por diálogo inter-religioso pode-se entender a constante busca de uma aproximação entre as diferentes expressões de religiosidade, buscando conhecimento mútuo, aceitação e respeito. Trata-se de uma tentativa cujo pressuposto fundamental é o desejo de aproximação por meio do diálogo. Sem diluição de doutrinas, cada religião é consciente do que é, está atentamente situada na realidade, e, por isso, se põe em atitude de disposição para ouvir e aprender, bem como deixar-se humildemente confrontar sua crença (Queiruga, 2016, p. 23). O diálogo inter-religioso consiste e configura-se como uma das expressões de maturidade por parte das diferentes religiões, uma vez que se abrem e se disponibilizam para escutar e estar em atitude de acolhimento, escuta, compreensão daquela denominação religiosa que, porventura, pensa diferente (Do Vale; Dantas; Frezzato, 2021, p. 610). Não se trata, pois, de

1 Pode-se definir fundamentalismo como qualquer corrente, movimento ou atitude de cunho conservador que enfatiza a obediência rigorosa e literal a um conjunto de princípios básicos (Nodari; Síveres, 2021).

2 Ufanismo é um conceito que significa sentir-se orgulhoso, vaidoso em enaltecer excessivamente algo ou acontecimento (Nodar; Síveres, 2021).

3 Atividade ou esforço para fazer prosélitos, isto é, seguidores, especialmente, por meio da catequese e do apostolado (Nodari; Síveres, 2021).

4 Qualquer visão de mundo que o divide em poderes opostos e incompatíveis, sobremaneira, entre o bem e o mal (Nodari; Síveres, 2021).

persuasão e proselitismo, antes pelo contrário, de um convivência religiosa com os diferentes e com os que pensam e vivem, possivelmente, de modo diferenciado. Importante é a convivência, o respeito, o diálogo franco e aberto, afinal de contas, as comunidades religiosas precisam estar sempre atentas para cuidar do vaso de argila que é a humanidade e zelar por ele. As religiões precisam cuidar do vaso de argila não violento da humanidade (Nodari, 2023, 623). “As religiões estão lá para recordar nossa ambiguidade e nossa ambivalência, mas também para nos dizer de nossas potencialidades e possibilidades! Elas podem nos mostrar o pior da humanidade, como também podem nos apresentar o melhor!” (Guimarães, 2019, p. 33).

O diálogo inter-religioso é uma emergência nos tempos atuais, uma vez estarem abertos muitos flancos e brechas de fundamentalismo religioso. Trata-se, pois, por meio do diálogo inter-religioso de buscar encontros e atitudes entre pessoas, entre denominações religiosas, entre instituições de diálogo e respeito mútuos e recíprocos. É preciso buscar solidificar as relações humanitárias, respeitadas e tolerantes, visto que a ideia intolerante de achar que uma religião é a única e verdadeira se afasta da busca pela verdade, tanto filosófica, quanto teológica, supondo uma presunção já por demais questionada, bíblica e cientificamente, e bastante trabalhada nos dias de hoje em uma sociedade plural. É imprescindível não esquecer o que o Papa Paulo VI na Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* (EN) afirma acerca da liberdade religiosa: “Desta justa libertação, ligada à evangelização e que visa alcançar o estabelecimento de estruturas que salvaguardem as liberdades humanas, não pode ser separada a necessidade de garantir todos os direitos fundamentais do homem, entre os quais a liberdade religiosa ocupa um lugar de primária importância.” (EN, 39). Logo, a respeito do diálogo interpessoal, inclusive, acerca de questões religiosas, sem sombras de dúvida, o diálogo fraterno, amigável e verdadeiro favorece a saída do individualismo, do egocentrismo e do fechamento assoberbado, tão presentes e arraigados nos tempos hodiernos, para que as pessoas possam se lançar nas relações plurais e comunitárias, estimando e valorizando a alteridade, a diversidade e o valor da cultura e da religião do outro como forma de conhecimento, respeito e compreensão de realidades vividas de modos distintos, mas não excludentes. Urge encontrar, reencontrar, auscultar o verdadeiro sentido das religiões, uma vez que estas devem ligar e encontrar e não desligar e desencontrar. Afirma-se com a FT:

O culto sincero e humilde a Deus “leva, não à discriminação, ao ódio e à violência, mas ao respeito pela sacralidade da vida, ao respeito pela dignidade e a liberdade dos outros e a um solícito compromisso em prol do bem-estar de todos”. Na realidade, “aquele que não ama não chegou a conhecer a Deus, pois Deus é amor” (1Jo 4, 8). Por isso, “o terrorismo execrável que ameaça a segurança das pessoas, tanto no Oriente como no Ocidente, tanto no Norte como no Sul, espalhando pânico, terror e pessimismo não se deve à religião – embora os terroristas a instrumentalizem –, mas tem origem no cúmulo de interpretações erradas dos textos religiosos, nas políticas de fome, de pobreza, de injustiça, de opressão, de arrogância; por isso, é necessário interromper o apoio aos movimentos terroristas através do fornecimento de dinheiro, de armas, de planos ou justificações e também a cobertura mediática, e considerar tudo isto como crimes internacionais que ameaçam a segurança e a paz mundial. É preciso condenar tal terrorismo em todas as suas formas e manifestações”. As convicções religiosas sobre o sentido sagrado da vida humana consentem-nos “reconhecer os valores fundamentais

da nossa humanidade comum, valores em nome dos quais se pode e deve colaborar, construir e dialogar, perdoar e crescer, permitindo que o conjunto das diferentes vozes forme um canto nobre e harmonioso, e não gritos fanáticos de ódio” (FT, 283).

Nessa perspectiva, o movimento a ser empreendido pelas comunidades religiosas em direção ao diálogo redescobre o sentido do próprio encontro, como reacender a identidade presente em cada cultura e em cada povo. Daí que a prática da vida dinamiza-se à medida que ressurgem o crescimento dos atos em prol do diálogo e do entendimento, como forma de iluminar a própria identidade de ser humano, jogando para longe os caminhos que reforçam os traços de uma identidade nunca plenamente vivida. “Tecendo-se na dinâmica da alteridade, criadora de justiça, a ética é capaz de tornar fecunda a ação do ser humano, numa redescoberta do que lhe é vital, especialmente em tempos de transição e de crise como o nosso.” (Agostini, 2001, p. 629). Faz-se necessário assumir uma atitude peregrina e itinerante de luta contra toda a falta de diálogo, de tolerância e de discriminação. Essa é a atitude e a posição da Igreja Católica firmada e declarada oficialmente na declaração do Concílio Vaticano II *Nostra Aetate* (NA) acerca da fraternidade universal e de toda e qualquer reprovação de discriminação racial ou religiosa:

Não podemos, porém, invocar Deus como Pai comum de todos, se nos recusamos a tratar como irmãos alguns homens, criados à Sua imagem. De tal maneira estão ligadas a relação do homem a Deus Pai e a sua relação aos outros homens seus irmãos, que a Escritura afirma: “quem não ama, não conhece a Deus” (1Jo 4,8). Carece, portanto, de fundamento toda a teoria ou modo de proceder que introduza entre homem e homem ou entre povo e povo qualquer discriminação quanto à dignidade humana e aos direitos que dela derivam. A Igreja reprovava, por isso, como contrária ao espírito de Cristo, toda e qualquer discriminação ou violência praticada por motivos de raça ou cor, condição ou religião. Consequentemente, o sagrado Concílio, seguindo os exemplos dos santos Apóstolos Pedro e Paulo, pede ardentemente aos cristãos que, “observando uma boa conduta no meio dos homens. (1Ped 2,12), se, possível, tenham paz com todos os homens, quanto deles depende, de modo que sejam na verdade filhos do Pai que está nos céus”. (NA, 5).

Sobre o diálogo com outras religiões não cristãs e seus valores a EN, de 1975, tem encaminhamentos e declarações muito importantes acerca do diálogo inter-religioso. Este precisa ter como condição primeira o respeito e a abertura para o diferente, sem pretensões de proselitismo e de soberba. Nesse sentido, segundo o Papa Paulo VI, as religiões não cristãs estão muito presentes na compreensão do sentido da evangelização cristã, uma vez que, segundo o Papa Paulo VI:

Um tal anúncio destina-se também a porções imensas da humanidade que praticam religiões não cristãs, que a Igreja respeita e estima, porque elas são a expressão viva da alma de vastos grupos humanos. Elas comportam em si mesmas o eco de milênios de procura de Deus, procura incompleta, mas muitas vezes efetuada com sinceridade e retidão de coração. Elas possuem um patrimônio impressionante de textos profundamente religiosos; ensinaram gerações de pessoas a orar; e, ainda, acham-se permeadas de inúmeras “sementes da Palavra” e podem constituir uma autêntica “preparação evangélica”, para usarmos a palavra feliz do Concílio Ecumênico Vaticano II, assumida, aliás, de Eusébio de Cesaréia. (EN, 53).

Quer-se lembrar um outro marco documental da Igreja para o diálogo inter-religioso, ainda que não seja o propósito deste artigo elencar todos os textos e documentos da Igreja

Católica para tal finalidade. Por ocasião do Concílio Vaticano II, o Papa Paulo VI, em 1964, criou o Secretariado para os não-cristão, que atualmente é denominado de Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso. Por ocasião dos seus 20 anos, houve, após a Assembleia Plenária de 1984, a publicação do documento intitulado de *Diálogo e Anúncio* (DA), afirmando logo no início, que a missão evangelizadora da Igreja “[...] ‘é uma realidade unitária mas complexa e articulada’. Indica os seus elementos principais: presença e testemunho; empenho pela promoção social e pela libertação do ser humano; vida litúrgica, oração e contemplação; diálogo inter-religioso; e, por fim, anúncio e catequese.” (DA, 2). Sem entrar, especificamente, nos aspectos trabalhados pelo documento DA quer-se salientar a importância de unir esforços para a luta a favor dos direitos humanos, para a proclamação das exigências de justiça, e, por conseguinte, da denúncia das injustiças, independentemente, de quem seja e à qual crença religiosa pertença. Trata-se de unir os esforços a fim de “[...] procurar resolver os grandes problemas que a sociedade e o mundo devem enfrentar, e para promover a educação em favor da justiça e da paz.” (DA, 44). Eis, pois, segundo o Documento DA, as quatro principais formas diferentes de diálogo inter-religioso:

Existem formas diferentes de diálogo inter-religioso. Pode ser útil recordar aqui as mencionadas pelo documento de 1984 do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso (cf. *DM* 28-35). As formas citadas são quatro, sem que se tenha procurado estabelecer uma ordem de prioridade: **a)** O *diálogo da vida*, onde as pessoas se esforçam por viver num espírito de abertura e de boa vizinhança, compartilhando as suas alegrias e tristezas, os seus problemas e as suas preocupações. **b)** O *diálogo das obras*, onde os cristãos e os outros colaboram em vista do desenvolvimento integral e da libertação da gente. **c)** O *diálogo dos intercâmbios teológicos*, onde os peritos procuram aprofundar a compreensão das suas respectivas heranças religiosas, e apreciar os valores espirituais uns dos outros. **d)** O *diálogo da experiência religiosa*, onde pessoas radicadas nas próprias tradições religiosas compartilham as suas riquezas espirituais, por exemplo, no que se refere à oração e à contemplação, à fé e aos caminhos da busca de Deus e do Absoluto. (DA n. 42).

Pode-se, por fim, sem adentrar no aprofundamento das questões envolvidas no diálogo inter-religioso, tomar em consideração três condições elementares para o diálogo aberto e não violento, caso se queira que as religiões colaborem para o contexto de uma nova cultura de paz. A primeira é que cada religião precisa ser capaz de reconhecer as outras religiões como iguais, não obstante serem diferentes. É preciso ir superando e erradicando o fundamentalismo, a ignorância e os preconceitos religiosos. A segunda condição é ter ciência de que cada religião está sujeita às condições socioculturais e sociopolíticas de sua época e que pode ser utilizada como massa de manobra ideológica. A terceira é a busca da liberdade para a vivência e a ação na sociedade civil. As religiões não podem deixar-se manipular na perspectiva da concepção de que a religião é, exclusivamente, uma dimensão de vivência individual e intimista, ou mesmo, deixar-se utilizar como meio de controle do Estado. E com tal afirmação pode vir também a manipulação, a tirania e os possíveis e inevitáveis desvios fomentados pela ambição e proselitismo religioso. Logo, a arte do discernimento e apelo constante de conversão fazem parte do itinerário e da agenda das religiões. Elas precisam libertar-se das constantes forças que buscam usá-las para seus próprios propósitos que não a de uma boa convivência. As religiões precisam ter ciência de que elas têm uma missão profética importantíssima para a construção de uma nova cultura de paz e de

boa convivência (Nodari, 2023, p. 631).

As religiões têm a missão, não obstante, as especificidades e as diferenças de cada religião, que precisam ser consideradas, respeitadas e reconhecidas, de ser, por assim dizer, elo, ambiente, espaço, casa e dimensão de (re)ligação, (re)conexão entre Deus e o ser humano, do ser humano entre si, do ser humano com os demais seres vivos na *Casa Comum*, e da própria humanidade com Deus (Nodari, 2023, p. 635). “Entre as religiões, é possível um caminho de paz. O ponto de partida deve ser o olhar de Deus.” (FT, 281). Assim sendo, as religiões precisam aprender, contínua e incansavelmente, por meio do diálogo respeitoso e não violento, a conviver pacificamente, a fim de que haja humanidade, por assim dizer, mais humanizada, mais respeitosa, mais livre, mais justa, mais aberta ao diálogo, e, nesse sentido, mais pacífica, auxiliando e tralhando, árdua e incansavelmente, por uma nova cultura, isto é, de fraternidade e amizade social.

As várias religiões, ao partir do reconhecimento do valor de cada pessoa humana como criatura chamada a ser filho ou filha de Deus, oferecem uma preciosa contribuição para a construção da fraternidade e para a defesa da justiça na sociedade. O diálogo entre pessoas de diferentes religiões não se faz apenas por diplomacia, amabilidade ou tolerância. Como ensinaram os bispos da Índia: ‘o objetivo do diálogo é estabelecer amizade, paz, harmonia e partilhar valores e experiências morais e espirituais em espírito de verdade e amor’. (FT, 271).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, quer-se tecer algumas breves considerações gerais, a fim de sustentar a tese de que a FT busca dar sustentação e argumentação para a construção de uma cultura sustentada sobre a amizade social e o amor político, em cujo olhar se vislumbra uma cultura de paz e de convivência fraternal. Eis alguns pontos importantes a marcar e sinalizar com ênfase para uma nova cultura de diálogo inter-religioso, dentre outros, evidentemente.

Cultura da compaixão e da proximidade. Para que seja possível a saída do mundo de sombras, é urgente dar-se conta de ser necessário configurar e adentrar em um outro processo e em uma outra atitude. O Papa Francisco lembra que o diálogo e a proximidade acontecem entre pessoas, grupos, comunidades, denominações religiosas apenas se houver disposição e coragem de aproximação e o desenvolvimento de uma capacidade de superação do distanciamento deliberado, do determinismo e da indiferença. Nessa perspectiva, a parábola do Bom Samaritano, “[...] habilita-nos a criar uma cultura diferente, que nos conduza a superar as inimizades e a cuidar uns dos outros.” (FT, 57). No final do segundo capítulo da FT o Santo Padre convoca a Igreja, para que assuma, com muita convicção, o caminho e o itinerário processual de uma nova cultura (FT, 86).

Cultura de um coração aberto e fecundo. O ser humano é dado ao amor e à fecundidade. O amor coloca a cada um e a todos no processo de comunhão e de encontro. “Por sua própria dinâmica, o amor exige uma progressiva abertura, uma maior capacidade de acolher os outros, em uma aventura sem fim, que faz convergir todas as periferias rumo a um sentido pleno de mútua pertença.” (FT, 95). E, nessa perspectiva, a justiça, intimamente conectada ao amor de comunhão,

exige, por sua vez, reconhecer e respeitar não só os direitos individuais, mas também os direitos sociais e os direitos dos povos (FT, 122). Acentua o Papa Francisco: “Trata-se, sem dúvida, de outra lógica. Se não se fizer esforço para entrar nessa lógica, as minhas palavras parecerão um devaneio.” (FT, 127). Faz-se urgente, nessa perspectiva, assumir a nova lógica do conviver fraterno. “Mas caso se aceite o grande princípio dos direitos que brotam do simples fato de possuir a inalienável dignidade humana, é possível aceitar o desafio de sonhar e pensar em uma humanidade diferente.” (FT, 127).

Cultura de uma conversão gratuita e comprometida. Urge entender a realidade de exclusão atual e desenvolver uma outra sensibilidade, ancorada na aproximação, na edificação de pontes, e, enfim, agir buscando a mudança e a transformação do coração (sentir), da cabeça (pensar) e das mãos (agir). Não basta só imaginar que os outros precisam mudar, que as estruturas precisam mudar. Urge que a mudança aconteça em cada ser humano e também nas estruturas institucionais. “A afirmação de que, como seres humanos, somos todos irmãos e irmãs, se não é apenas abstração, mas se materializa e se concretiza, coloca-nos uma série de desafios que nos movem, nos obrigam a assumir novas perspectivas e a produzir novas reações.” (FT, 128). Logo, segundo o Sumo Pontífice, faz-se urgente desenvolver um outro modelo de intercâmbios, de conexões e de relações entre as pessoas, entre as culturas, e, também, entre os países. As novas relações precisam estar embasadas em relações fraternas, cujo princípio do seja propulsor da amizade social em face do bem comum de toda a humanidade. “Quem não vive a gratuidade fraterna transforma a sua existência em um comércio cheio de ansiedade: está sempre medindo aquilo que dá e o que recebe em troca.” (FT, 140). Nesse horizonte de uma cultura de fraternidade universal, embasada sobre os alicerces da amizade social e do amor político. “Só poderá ter futuro uma cultura sociopolítica que inclua o acolhimento gratuito.” (FT, 141).

Cultura de uma boa política. Faz-se necessário recuperar o sentido da política, ou melhor, entender a melhor política como a busca do bem comum como o horizonte urgente e necessário do agir político. A compreensão da política na perspectiva do bem comum é a capacidade de superar a dimensão dos interesses individuais e pensar nas questões coletivas, pois, hoje, a política, submetida aos interesses econômicos e financeiros, acaba distanciando-se do bem comum e associando-se aos interesses privados e corporativos. O Santo Padre lembra que a melhor política pensa e está à disposição do bem comum. É importante fazer o exercício da caridade, tanto no âmbito pessoal, como também no âmbito comunitário. É fundamental que a ação política seja entendida como uma atitude necessária em vista do bem comum. Assevera o Papa Francisco: “A tarefa educativa, o desenvolvimento de hábitos solidários, a capacidade de pensar a vida humana de forma mais integral, a profundidade espiritual são realidades necessárias para dar qualidade às relações humana (...).” (FT, 167).

Cultura do diálogo. O diálogo é um convite para construir uma nova cultura, capaz e apta para dialogar e de assumir as diferenças como possibilidade de encontro, de entendimento e de convivência pacífica. Portanto, a necessidade de acolher com gratuidade o diferente leva-nos a uma atitude de não aceitação do distanciamento e da indiferença, conduzindo-nos, por conseguinte, a uma nova cultura, reconhecendo que a vida é a arte do encontro. Trata-se, pois, de compreender as diferenças como possibilidade de convivência e não em processo de exclusão. Acentua o Papa

Francisco: “Aproximar-se, expressar-se, ouvir-se, olhar-se, conhecer-se, esforçar-se por entender-se, procurar pontos de contato: tudo isto se resume no verbo “dialogar”. Para nos encontrarmos e ajudarmos mutuamente precisamos de dialogar.” (FT, 198).

Cultura do encontro. Para realizar um percurso de uma nova cultura, é preciso não se descuidar e não se afastar da verdade. “Só da verdade histórica dos fatos poderá nascer o esforço perseverante e duradouro para se compreenderem mutuamente e tentar uma nova síntese para o bem de todos.” (FT, 226). A verdade é condição para a construção de uma cultura de fraternidade universal, salientado que a verdade precisa estar conectada, intimamente, com a justiça e com a misericórdia. “Com efeito, ‘a verdade é uma companheira inseparável da justiça e da misericórdia. Se, por um lado, são essenciais – as três juntas – para construir a paz, por outro, cada uma delas impede que as restantes sejam adulteradas [...]’” (FT, 227). O caminho para a construção da paz exige de todos o esforço e o empenho e a convicção de que todos podem ser considerados artífices e colaboradores dessa nova cultura de encontro e de paz. Sublinha a respeito o Papa Francisco: “O caminho para a paz não implica homegeneizar, mas permite-nos trabalhar juntos. Pode unir muitos nas pesquisas comuns, em que todos ganham.” (FT, 228).

Cultura do diálogo inter-religioso. Tendo presente o projeto de uma nova cultura, o Santo Padre convida as religiões, para que elas assumam o projeto de fraternidade universal, uma vez que a missão das religiões é ligar e conectar os seres humanos a Deus e os seres humanos entre si. “O culto sincero e humilde a Deus ‘não leva à discriminação, ao ódio e à violência, mas ao respeito pela sacralidade da vida, ao respeito pela dignidade e pela liberdade dos outros e a um solícito compromisso em prol do bem-estar de todos.’” (FT, 283). Essa dimensão de diálogo inter-religioso religa os seres humanos a Deus, cientes, no entanto, de que quem deseja religar-se a Deus precisa religar-se aos irmãos e irmãs. “Entre as religiões, é possível um caminho de paz. O ponto de partida deve ser o olhar de Deus.” (FT, 281). Com efeito, partindo, pois, do olhar de Deus, então, faz-se imprescindível trabalhar, contínua e incansavelmente, pela convivência pacífica e digna, e, para tanto, urge uma educação integral do ser humano. Eis uma tarefa e missão urgentes que cabe não só, mas também a todas as religiões indistintamente (FT, 282).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, Alberto. *O bem viver. Uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Elefante, 2016.
- AGOSTINI, N. *Genoma Humano: implicações éticas*. REB, v.61, n.243, 2001, pp. 622-638.
- ARENDDT, Hannah. *O que é política? Fragmentos das Obras Póstumas compilados por Ursula Ludz*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.
- BAGGIO, Marileida; UETI, Paulo. *Convivendo com a pluralidade religiosa e migratória. Caminhos possíveis*. Brasília; Bogotá: CESEM, 2023.
- BARROS, Wellington da Silva de. *A teologia do pluralismo religioso em questão*. In: BAGGIO, Marileida; UETI, Paulo. *Convivendo com a pluralidade religiosa e migratória. Caminhos possíveis*. Brasília; Bogotá: CESEM, 2023, pp. 129-150.
- BÍBLIA SAGRADA. Edição de Estudos. 10ª edição. São Paulo: Ave-Maria, 2018.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 3ª edição. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, Loyola, Ave-Maria, 1993.

CNBB. *Campanha da Fraternidade 2024: Texto-Base*. Brasília: Edições CNBB, 2023.

COMPÊNDIO DO CONCÍLIO VATICANO II: constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 2000.

DO VALE, Tiago Gurgel; DANTAS, José Ancelmo Santos; REZZATO, Anderson. Os tiranos não dialogam! Um estudo sobre o diálogo inter-religioso à luz da Campanha da Fraternidade 2021. *Fragmentos de Cultura*, v. 31, n. 3, 2021, pp. 608-619.

FRANCISCO. *Encíclica Fratelli Tutti*. Sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulus, 2020.

GALIMBERTI, U. *Psiche e techne: o homem na idade da técnica*. São Paulo: Paulus, 2006.

GUIMARÃES, Irineu Rezende. *Correspondência com Irene: meditações de um cristão sobre a paz e a não violência*. Caxias do Sul: Educs, 2019.

NODARI, Paulo César. As religiões e a cultura da paz. *REB*, v. 83, n. 326, 2023, pp. 615-638.

NODARI, Paulo César. *Fraternidade e amizade social. Uma introdução à leitura da Encíclica Fratelli Tutti do Papa Francisco*. São Paulo: Paulinas, 2022.

NODARI, Paulo César. *Fraternidade e amizade social. Uma introdução à leitura da Encíclica Fratelli Tutti do Papa Francisco*. São Paulo: Paulinas, 2022.

NODARI, Paulo César. Sobre a fraternidade e a amizade social. In: CALGARO, Cleide; KOPPE, Agostinho; BRASIL, Deilton (Orgs.). *Constitucionalismo e Meio Ambiente: Direitos Fundamentais*. Tomo 6. Porto Alegre: Editora Fi, 2021, pp. 434-449.

NODARI, Paulo César; SÍVERES, Luiz. *Dicionário de cultura de paz*. Volumes 1 e 2. Curitiba: CRV, 2021.

PAULO VI. *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi*. Sobre a evangelização no mundo contemporâneo. São Paulo: Paulinas, 1998.

QUEIRUGA, Andrés Torres. *O diálogo das religiões*. São Paulo: Paulus, 2016.

SECRETARIADO PARA OS NÃO CRISTÃOS. *A Igreja e as outras religiões*. Diálogo e Missão. Acta Apostolicae Sedis LXXVI (1984).

WOLFF, Elias. Ecumenismo. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner (Orgs.). *Dicionário do Vaticano II*. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2015, pp. 323-335.

WOLFF, Elias; OLIVEIRA, Marcelo Villa-Forte de. Mobilidade humana e pluralismo religioso. Desafios e possibilidades para a convivência. In: BAGGIO, Marileda; UETI, Paulo. *Convivendo com a pluralidade religiosa e migratória. Caminhos possíveis*. Brasília; Bogotá: CESEM, 2023, pp. 233-250.

FRATELLI TUTTI E A SUPERAÇÃO DO INDIVIDUALISMO PELA EDUCAÇÃO

Fratelli Tutti and the overcoming of individualism through education

Daniela De David Araujo*

*Professora do curso de Letras no Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade da Universidade de Passo Fundo. Mestre em Letras e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação na mesma instituição.

Recebido em 22/02/2024

Aprovado em 14/04/2024

 david@upf.br

 <https://orcid.org/0000-0002-0527-4807>

Resumo: *Fratelli Tutti*, encíclica escrita pelo Papa Francisco, aborda temas de fraternidade e amizade social, enfatizando a necessidade de se reconhecer, valorizar e amar a todas as pessoas, independentemente de sua proximidade física ou do local onde nasceram ou vivem. O individualismo, contudo, é tratado como um dos principais desafios da sociedade contemporânea neoliberal. Ao refletir sobre essa questão e suas implicações para o bem comum, busca-se, neste artigo, situar a educação como forma de enfrentamento à indiferença egoísta. Com base em Charlot (2020), Laval e Vergne (2023) e Benincá (2010), defende-se a formação para a escuta e para o diálogo como elemento imprescindível para a promoção da cultura do encontro e do senso de irmandade.

Palavras-chave: Individualismo; Educação; Diálogo; Fraternidade.

Abstract: *Fratelli Tutti*, an encyclical written by Pope Francis, addresses the themes of fraternity and social friendship, emphasizing the need to recognize, to value and to love all people, regardless of the physical proximity or the place where they were born or live. Individualism, however, is approached as one of the main challenges of contemporary neoliberal society. By reflecting on this issue and its implications for the common good, this article seeks to situate education as a form of overcoming selfish indifference. Based on Charlot (2020), Laval and Vergne (2023) and Benincá (2010), the dialogical education is defended as an essential element for promoting a culture of encounter and a sense of brotherhood.

Keywords: Individualism; Education; Dialogue; Fraternity.

INTRODUÇÃO

Todos Irmãos. É com esse chamamento que Francisco, na Carta Encíclica “Fratelli Tutti”, interpela cada um a vencer barreiras geográficas, políticas, econômicas, de comunicação e, especialmente, atitudinais em prol da fraternidade e da amizade social. Publicada ao final de 2020, no período da pandemia da Covid-19, o documento do Pontífice, de forte natureza social, tem inspiração em São Francisco de Assis, que, no seu tempo, apesar da distância, do idioma, das diferenças de cultura e de religião, sem medo dos perigos, foi ao encontro do Sultão Malik-al-

Kamil. Reconhecendo naquele ato a simbologia da irmandade, do amor que a todos abraça, o Papa motiva: “Sonhemos com uma única humanidade, como caminhantes da mesma carne humana, como filhos desta mesma terra que nos abriga a todos, cada qual com a riqueza da sua fé ou das suas convicções, cada qual com a própria voz, mas todos irmãos.” (Francisco, 2020, p. 14).

O sentimento de pertença à mesma humanidade é o pilar que sustenta a atitude de abertura ao outro e ao meio ambiente e, por implicação, o sonho de uma sociedade fraterna, onde todo o ser humano é respeitado em sua dignidade, em seus direitos e deveres. Contudo, o projeto de fraternidade e de convivência como irmãos enfrenta, a cada nova geração, o desafio de se colocar, mais uma vez, como princípio e prioridade. Cada tempo histórico, a sua maneira, ameaça o desejo de comunhão e o espírito social. No contexto em que vivemos, nota-se que novas formas de colonização cultural, de se relacionar e de se comunicar com os outros, por exemplo, vêm fragilizando a fraternidade universal. Acompanhamos, no cotidiano real e nos ambientes digitais, o aumento da agressividade social, da autoproteção egoísta, da violência aos migrantes, do trabalho análogo à escravidão, da intolerância religiosa, da dificuldade de, na diversidade, viver em conjunto. Denunciam Francisco e Al-Tayyeb¹ (2020, p. 140):

Temos de reconhecer que, entre as causas mais importantes da crise do mundo moderno, se contam uma consciência humana anestesiada e o afastamento dos valores religiosos, bem como o predomínio do individualismo e das filosofias materialistas, que divinizam o homem e colocam os valores mundanos e materiais no lugar dos princípios supremos e transcendentais.

Dentre elementos diversos, o agravamento do individualismo parece ser o núcleo que, na contramão da *cultura do encontro*, gera o isolamento e o fechamento ao outro, como afirma Francisco (2020, p. 16): “Encontramo-nos mais sozinhos do que nunca neste mundo massificado, que privilegia os interesses individuais e fragiliza a dimensão comunitária da existência”.

Neste artigo objetiva-se refletir, à luz da Carta Encíclica *Fratelli Tutti*, acerca das consequências do individualismo para a sociedade, ressaltando a necessidade de a ele reagir, como critério para a construção de horizontes convergentes. Com base em Charlot (2020) e Laval e Vergne (2023), defende-se a importância de que o debate a respeito do homem e da sociedade a se formar seja recolocado nas discussões sobre a educação na contemporaneidade. O fortalecimento de práticas pedagógicas voltadas à integralidade da formação dos sujeitos sustenta o desenvolvimento de pessoas capazes de construir, com ética, respeito e espírito de colaboração, a sociedade democrática essencial à convivência no mundo plural e intercultural.

Na sequência, com Benincá (2010), fortalece-se a ideia da educação, na relação professor, aluno e comunidade, como o *locus* privilegiado da escuta e do diálogo e, por conseguinte, como o principal investimento a ser feito em cada ser humano, sem medida, de modo a fortalecer a solidariedade e a responsabilidade para com o bem comum.

¹ Em 2019, o Papa Francisco e o Grande Imã Ahmad Al-Tayyeb se reuniram em Abu Dhabi e assinaram o Documento sobre a Fraternidade Humana em prol da Paz Mundial e a Convivência Comum - um exemplo e um convite aos povos do mundo para colaborar com o avanço dos valores universais do diálogo, da coexistência e da paz.

1. O INDIVIDUALISMO E OS FLAGELOS SOCIAIS

Papa Francisco utiliza-se da parábola do Bom Samaritano², no segundo capítulo de *Fratelli Tutti*, para ilustrar como a atitude de cuidar do outro demanda opção e, acima de tudo, consciência da condição humana como valor irrefutável. A valorização da dignidade de todo ser humano coloca-se como condição primeira, que supera qualquer diferenciação de origem, religião, cor, identidade cultural, condição econômica ou social. O reconhecimento de cada indivíduo como pessoa única e irrepetível alimenta o amor autêntico, que cria vínculos e amplia a existência: trata-se da *amizade social*, gerada pela consciência de unidade entre os homens, que impele ao *fazer-se próximo* e a viver conjuntamente.

Na sociedade que nos cerca, o individualismo se revela no estilo de vida incentivado pelo neoliberalismo. Por vezes, fomenta indivíduos consumistas, competitivos, materialistas, ansiosos, imediatistas, que enxergam a vida a partir de um ponto de vista restrito ao seu próprio entorno. Comparando o individualismo a um vírus resistente, Francisco (2020, p. 59) alerta: “O individualismo não nos torna mais livres, mais iguais, mais irmãos. A mera soma dos interesses individuais não é capaz de gerar um mundo melhor para toda a humanidade”.

Dentre os problemas sociais agravados pelo individualismo está a diminuição da solidariedade entre as pessoas, acentuando a indiferença, ou seja, o sentimento de desobrigação com o outro. Ao se instrumentalizar a relação humana, os afetos não se estabelecem e a sensibilidade ao sofrimento alheio arrefece. Por óbvio, as mazelas causadas pela indiferença, especialmente aos mais vulneráveis, dificultam a construção de vínculos interpessoais fundamentais (dentre eles, a empatia) para se iniciar e gerar processos e transformações sociais e políticas, passíveis de combater a exclusão.

Em paralelo, amplia-se a cultura da competitividade e do descarte - que atinge especialmente os últimos, ou seja, os mais excluídos da sociedade - favorecendo as desigualdades sociais. Quando os indivíduos privilegiam seus próprios interesses em detrimento aos da coletividade, todos perdem com a negligência às questões comuns, como, por exemplo, a preservação do meio ambiente, o fortalecimento da cultura da paz, o combate ao tráfico de pessoas ou à mitigação da fome.

A solidão e a depressão são também agravadas pelo isolamento social, já que as pessoas se fecham em si mesmas e não se envolvem com a comunidade ao seu redor. Nota-se o enfraquecimento dos laços familiares e comunitários nas residências, na estrutura urbana, nos espaços públicos; também na Igreja, na vida política, junto às instituições não governamentais.

Agir como o bom samaritano pressupõe renunciar aos particularismos, às necessidades individuais, às barreiras culturais e históricas, aos preconceitos, ao nacionalismo fechado. Requer, igualmente, a capacidade de trabalhar em conjunto - observa-se que mesmo o Samaritano precisou de ajuda para cumprir sua tarefa, contando com o dono da hospedaria para a recuperação do homem

² A parábola do Bom Samaritano, contada por Jesus e registrada no Novo Testamento, tem em sua narrativa a história de um homem atacado, que foi deixado ferido na estrada. Um sacerdote e um levita passam por ele, ignorando-o. Mas um samaritano resolve ajudá-lo, cuida de seus ferimentos e paga por sua estadia em uma hospedaria. A parábola desafia a indiferença, destacando a importância do cuidado com o próximo como requisito para superar inimizades e preconceitos.

ferido. Para fazer a transição da globalização da indiferença para a da solidariedade, Francisco propõe a fraternidade e a amizade social como alternativas à superficialidade nas relações.

Nesse sentido, o Papa chama a atenção para a importância de que os processos educativos formais e não formais “... incluam, de forma mais direta e clara, o sentido social da existência, a dimensão fraterna da espiritualidade, a convicção sobre a dignidade inalienável de cada pessoa e as motivações para amar e acolher a todos” (2020, p. 50). Com esse chamamento, a educação para a democracia e para o diálogo serão ressaltadas, na próxima seção, como condições para o desenvolvimento, nas crianças, jovens e adultos, da capacidade de se identificar com o outro e de se sentir corresponsável pela geração de um mundo melhor para a família humana.

2. EDUCAR QUE HOMEM E PARA QUAL SOCIEDADE?

A educação pode ser um meio eficaz de resistência ao individualismo, porque tem o potencial de promover a solidariedade, a empatia e a cooperação. Os processos educativos podem levar a um senso de responsabilidade do indivíduo mais amadurecido para com os outros e para com a sociedade como um todo. Ao ajudar a desenvolver uma consciência coletiva e a compreensão de que somos parte de uma comunidade maior, promove-se a ideia de que o sucesso coletivo é tão importante quanto o particular.

Na obra “Educação ou Barbárie? - uma escolha para a sociedade contemporânea”, Bernard Charlot (2020) problematiza a condição humana e sua centralidade para a proposição de processos educativos transformadores. Resgata o fato de que, historicamente, as pedagogias baseadas em uma antropologia da natureza humana consideraram, na teoria e na prática, o constante movimento do homem em busca do que lhe falta, de compreender quem é e do papel que ocupa na sociedade.

Contudo, ao traçar um diagnóstico do contexto educacional atual, o autor denuncia a inexistência de uma discussão transparente e profunda sobre questões basilares do processo pedagógico: o que é o humano? Que ser humano se quer formar na sociedade atual? Quais são suas potencialidades e seus limites? Que sociedade se deseja para o presente e para o futuro? Crítica, então, a visão empobrecida do ser humano no mundo contemporâneo, e a tendência à simplificação do papel da educação para a preparação do sujeito ao mercado de trabalho ou restrita aos limites dos indicadores estabelecidos pelos governos, em detrimento do desenvolvimento integral do indivíduo.

Ao refletir sobre o porquê de a questão antropológica não ser colocada com mais clareza e precisão no contexto de hoje, ressalta o avanço do capitalismo neoliberal nas sociedades ocidentais. A lógica do mercado e do lucro, da competição, das tecnologias, das rupturas culturais, por exemplo, enfraquece o discurso da integralidade da formação. Exige velocidade e resultados. Em vista disso, uma mistura de recursos, técnicas e artifícios invade a escola, pressionando professores para a constante incorporação de novas ferramentas ao seu planejamento, de modo a aumentar o desempenho dos alunos.

Na dinâmica da sociedade capitalista, parâmetros antropológicos – saber que homem se quer educar e qual sociedade se quer viver – são neutralizados em meio à dinâmica econômica,

que valoriza demasiadamente o alto desempenho e a utilidade do aprendizado. É nesse contexto que o discurso da qualidade educativa está presente: nas escolas, na mídia, nas redes sociais, na fala de representantes governamentais, nas diferentes instituições da sociedade. São manifestações geralmente preocupadas com a produtividade da aprendizagem, mas balizadas por outras referências, que não a visão de mundo, de homem e de sociedade a se construir.

Charlot (2020) retoma que o conceito de qualidade se consolidou após a revolução industrial e se estabelece, na área educacional, marcado por elementos e preocupações muito característicos do meio da indústria e da produção, da lógica mercantil e econômica. Como se aprende mais? O que interessa ser aprendido? Que resultados são esperados? Como quantificá-los? Essas e outras questões têm sido utilizadas como parâmetros para caracterizar o ‘bom ensino’, a ser verificado por uma quantidade de *rankings* disponíveis, tanto no âmbito nacional como internacional, em todos os níveis de educação.

Embora não se negue a validade de se buscar, sempre mais, a excelência nos processos de ensinar e aprender, Charlot alerta para a necessidade de uma pedagogia contemporânea que possa repensar o conceito de qualidade na educação a partir de critérios mais formativos. Defende princípios mais relacionados à evolução da emancipação do ser humano, com respeito às diferenças históricas, culturais, sociais que constituem os sujeitos, e em favor da solidariedade, como se observa a seguir:

A educação é humanização, entrada em um mundo humano. Uma sociedade contemporânea diretamente confrontada com a questão de seu futuro deveria ensinar explicitamente aos jovens, sob diversas formas, que a espécie humana é uma aventura, que o mundo é um produto dessa aventura, que o futuro do planeta, das outras espécies e da nossa espécie está sob nossa responsabilidade. O que implica uma valorização, *simultânea*, da espécie humana, de seu mundo e de seu planeta. [...]. Pensar a educação como humanização solidária me parece ainda mais necessário em nossa época de globalização e de internet (Charlot, 2020, p. 299-300).

Portanto, retomar a compreensão do que ‘qualidade’ significa na área educacional requer pensar sobre os objetivos da educação, sobre o que e como se ensina, sobre que vida em sociedade se deseja construir. “Quando não definimos o que entendemos por ‘qualidade na educação’ e quando utilizamos critérios não postos em debate, eles funcionam dentro da lógica dominante – que hoje é a do desempenho e da concorrência.”, conclui Charlot (2020, p. 79).

Se o homem se constitui a partir das relações que estabelece, seu processo formativo se alimenta das mediações e interlocuções experienciadas. Assim, questões como a diversidade social e cultural dos alunos, a adesão aos valores éticos e a consciência histórica sociopolítica são aspectos que, transversalizando os processos educativos, favorecem a compreensão de que a humanidade tem um destino comum. Para construir a fraternidade universal e a amizade social, o posicionamento pedagógico a ser assumido nos processos formativos formais e não formais necessita estar em coerência com tais objetivos. Nesta direção, Francisco (2020, p. 62-63) recomenda:

Quanto aos educadores e formadores que têm a difícil tarefa de educar as crianças e os jovens, na escola ou nos vários centros de agregação infantil e juvenil, devem estar cientes

de que a sua responsabilidade envolve as dimensões moral, espiritual e social da pessoa. Os valores da liberdade, respeito mútuo e solidariedade podem ser transmitidos desde a mais tenra idade. [...] Cada sociedade precisa garantir a transmissão dos valores; caso contrário, transmitem-se o egoísmo, a violência, a corrupção nas suas diversas formas, a indiferença e, em última análise, uma vida fechada a toda a transcendência e entrenchada nos interesses individuais.

Frente ao questionamento de qual pedagogia poderia melhor atender às necessidades humanas de uma sociedade democrática e ecológica, Laval e Vergne (2023) mencionam aquelas que fazem da democracia um princípio de funcionamento da instituição escolar e da formação de alunos. Na obra “Educação Democrática: a revolução escolar iminente”, defendem que o fortalecimento da capacidade de pensar e agir em conjunto decorre das

... pedagogias que procuraram desenvolver nos alunos condutas de cooperação em vez de condutas de competição, relações de solidariedade e atitudes de responsabilidade coletiva em vez da busca apenas do sucesso individual, uma autonomia individual e uma participação coletiva de deliberação em vez da passividade e da obediência à autoridade do mestre e à hierarquia administrativa (Laval e Vergne, 2023, p. 158-159).

A educação democrática requer a abertura de espaço ao coletivo, a práticas que incentivem a participação, que provoquem a cooperação, que possibilitem a vivência da responsabilidade individual para com o todo. “Isso pressupõe que a educação seja ela mesma autorreflexiva, concebida como um ambiente de deliberação, participação e tomada de decisão”, afirmam os autores (2023, p. 161). Desse modo, reflete-se a seguir sobre o papel do diálogo na educação, entendendo-se que experiências pedagógicas que se voltam à vida coletiva não podem prescindir desse princípio fundamental, cujo valor formativo se descreve na sequência.

3. A EDUCAÇÃO COMO ALAVANCA PARA A CULTURA DO ENCONTRO

No capítulo VI de *Fratelli Tutti*, especialmente, Francisco (2020, p. 105) discorre sobre o diálogo e a amizade social. Utiliza-se dos seguintes adjetivos - paciente, perseverante, corajoso, aberto, respeitoso, genuíno - para caracterizar o diálogo, localizando-o, paradoxalmente, “entre a indiferença egoísta e o protesto violento”. Seu entendimento de diálogo perpassa os vocábulos “ouvir-se, olhar-se, conhecer-se, esforçar-se por entender”, entre outros. Vale notar que são verbos que expressam uma ação executada pelo sujeito sobre ele mesmo. Por isso, o indivíduo executa e sofre a ação, sendo, ao mesmo tempo, o sujeito e o objeto desse verbo. Para além de uma explicação linguística, percebe-se aqui o movimento dinâmico do diálogo, que vai e vem, que implica em dar e receber, que se dirige ao outro, mas que também é consigo mesmo. Nesse balanço, o equilíbrio alcançado é a novidade: a síntese elaborada entre os envolvidos permite ir além de um e de outro, de forma a se aproximar um pouco mais da verdade, cujas múltiplas facetas nem sempre são visíveis de um único ângulo.

De modo complementar, ao escrever sobre o diálogo, Benincá (2010) caracteriza o sujeito que, por meio da palavra, torna-se transparente e coloca sua consciência em confronto com aquele com quem interage: “Quem pronuncia a palavra pronuncia-se a si mesmo; mostra sua intimidade; revela o

seu interior, isto é, revela o que foi gerado e o que cresce dentro de si. Pronunciar a palavra significa, portanto, tornar visível o invisível, revelar o oculto, ou seja, anunciar o mistério” (2010, p. 110). O diálogo, então, compromete, à medida em que revela a identidade pessoal, expõe o pensamento, as intenções, a compreensão da relação homem-mundo construída na subjetividade. Mas o diálogo também é escuta atenta e interessada: “Não basta, porém, o pronunciar-se. Se não houver disponibilidade de receber o anúncio, o diálogo cederá lugar ao monólogo” (Benincá, 2010, p. 116).

Percebe-se, assim, que há um ‘espírito fraterno’ em quem dialoga, pois, se não existe o desejo de se *fazer próximo*, de *ser irmão*, de buscar ouvir o outro, não há relação dialógica verdadeira. Benincá insiste: “A riqueza do diálogo reside na capacidade de o ouvinte acolher o anúncio da riqueza espiritual que o anunciante possui” (2010, p. 116). O desejo de entender o outro, ainda que sua convicção não possa ser assumida pelo interlocutor, é o que marca o *diálogo social autêntico*, como esclarece Francisco (2020, p. 107): “O diálogo social autêntico inclui a capacidade de respeitar o ponto de vista do outro, admitindo a possibilidade de que nele contenha convicções ou interesses legítimos”. Trata-se de dar ao outro o direito de ser ele próprio, ainda que diferente de com quem se relaciona.

O pontífice chama a atenção, contudo, para a problemática do diálogo nos meios de comunicação, especialmente nas mídias sociais, na atualidade. Na mesma proporção com que facilitam a interação, minimizando distâncias e aproximando pessoas, têm sido questionados pela força com que podem disseminar informações distorcidas, criando divisões. Usados como canais para “monólogos paralelos”, fragmentam e danificam as relações, desagregam, criando inimizades de toda a ordem. Como inverter essa lógica agressiva no mundo de hoje? De que forma a internet pode ser ferramenta de promoção da fraternidade, da amizade social e do diálogo autêntico? Como engajar as pessoas em diálogos respeitosos e construtivos, tanto online quanto offline? É possível minimizar os entraves que dificultam o diálogo e que tornam as pessoas mais distantes umas das outras?

Ao se retomar, exatamente, os requisitos que circunscrevem um diálogo autêntico é que se encontram as pistas para fomentar o combate ao individualismo. Educar as pessoas para dialogar significa prepará-las para a vida em sociedade e para a cidadania. Escutar o outro, suas necessidades e desejos, embora desafiador, é um exercício ético - o primeiro passo para o diálogo com o diferente. E, como afirma Francisco (2020, p. 107): “... as diferenças são criativas, criam tensão e, na resolução de uma tensão, está o progresso da humanidade”.

Uma educação que visa apoiar os indivíduos para o bom convívio no mundo plural, complexo e interdisciplinar necessita, obrigatoriamente, formar para a capacidade de ouvir e de dialogar. E a sala de aula é um espaço privilegiado para o diálogo, onde o confronto dos pontos de vista de professores e alunos desafia ao desenvolvimento das potencialidades do homem: “A aula é o tempo despendido na correlação dos fatos, dando-lhes ordem e forma lógica, isto é, tomando deles consciência, fazendo deles experiência, atribuindo-lhes significado” (Benincá, 2010, p. 114). O diálogo leva à formação do raciocínio, ao espírito participativo e crítico e ao exercício de reflexão. O debate, viável pela atitude dialógica, gera novas perguntas, tanto para professores quanto para alunos, em um processo continuado de formação.

Contudo, o diálogo pressupõe o estabelecimento de uma relação horizontal entre

professor e aluno, de modo a possibilitar a pergunta e a participação. Como esclarece Benincá (2010), cabe ao docente preparar o aluno para o diálogo, dando-lhe condições de se envolver no debate, provendo-lhe consciência dos assuntos em estudo e orientando-os à aproximação com as temáticas. A postura pedagógica do professor que assume o diálogo como princípio torna a educação transformadora e libertadora, porque, além de instigar o espírito curioso e investigativo nos estudantes, exercita-os para a vida democrática, ou seja, à experiência do coletivo. Laval e Vergne (2023, p. 163) ressaltam a importância de se instigar, nos estudantes, pela ação educativa, a consciência dos laços sociais que nos unem:

A educação deve ser integral: ela vincula a formação intelectual da mente, a educação moral da pessoa e a educação política do cidadão. A prática pedagógica participa da criação de uma consciência coletiva que serve como reguladora dos desejos e das necessidades individuais, que os enquadra, orienta e lhes dá um sentido social.

É o diálogo que nos abre infinitas possibilidades para mobilizar os sentidos, para estabelecer relações e para prospectar os rumos futuros de nossa existência. Afinal, como humanos, não nos repetimos, somos absolutamente distintos. O sujeito vai se constituindo pela educação e, então, em seu processo de singularização, amplia seu potencial para renovar o legado da humanidade.

Percebe-se, portanto, como a relação com o saber, no mundo humano, atravessa a linguagem, a cultura e a história da humanidade, sendo elaborada no coletivo pelas conexões estabelecidas com o outro e consigo mesmo. Mediando a interlocução entre a criança e o mundo, a educação permite que os jovens se apropriem do legado deixado pelas gerações anteriores e, abrindo o espaço da socialização, ao mesmo tempo, produzam sua própria herança para quem há de vir habitar essa casa comum, nos tempos vindouros. A educação articula, portanto, um conjunto de valores humanos - universais, porque digno de todos; singulares, porque ressignificados a cada nova geração -, que, em sintonia, mantêm o equilíbrio imprescindível para a vida em sociedade.

Ainda que lenta e difícil de se constituir, é por meio da *cultura do encontro* que a paz mundial se sustenta. Com a intenção de esclarecer o que entende por tal conceito, Francisco utiliza-se da imagem do poliedro³. Simbolicamente, “representa uma sociedade em que as diferenças convivem integrando-se, enriquecendo-se e iluminando-se reciprocamente” (2020, p. 112). Quando os processos educativos criam pontes entre as pessoas, promovem pontos de intersecção, envolvem, valorizando a participação e a contribuição do indivíduo para o grupo. Eles têm o potencial de inspirar a superação de posicionamentos dicotômicos e de incentivar o diálogo social autêntico para este fim. Nessas trocas, o ponto de vista do outro provoca o diálogo interno que leva ao autoconhecimento e à visão de mundo sob um novo ângulo, o que, por sua vez, conduz à maturidade. Fundamental, então, é criar *processos de encontro*, como incentiva o Pontífice (2020, p. 113): “Armemos nossos filhos com as armas do diálogo! Vamos ensinar-lhes o bom combate do encontro!”.

³ O poliedro é uma figura geométrica com muitas faces que compõem a mesma unidade - “o todo é mais que a parte, sendo também mais do que a simples soma delas” (Francisco, 2020, p. 79).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é uma atividade essencialmente humana e, portanto, a noção de homem e de sociedade está em sua base. Somente mediante a sociedade é que o sujeito se constitui, o que implica compreendê-lo pelo contexto, pela cultura, pelos acontecimentos históricos, pelas condições e oportunidades de vida.

Fratelli Tutti é um chamado para a construção de um mundo melhor, mais justo e pacífico - onde o amor e a fraternidade prevaleçam sobre o individualismo -, com a contribuição de todas as pessoas e instituições. “Uma sociedade contemporânea confrontada com o retorno da barbárie deveria, em suas diversas formas de educação e ensino, afirmar como princípio antropológico o valor e a dignidade de cada vida humana, de cada ser humano” (Charlot, 2020, p. 300). De fato, para que o projeto de uma sociedade fraterna seja viável, os valores da solidariedade, da cooperação, da escuta ativa e do diálogo também necessitam estar vivos nos processos formativos de nosso tempo.

Em sintonia com os autores que sustentaram a reflexão neste artigo, ratifica-se a necessidade de se pensar a educação a partir da condição humana, enxergando o mundo humano como uma construção histórica, articulado com as demandas sociais e econômicas de cada época, mas profundamente aberto ao novo. A visão de educação como um instrumento para o desenvolvimento de competências individuais em um mundo globalizado baseado na competição e concorrência empobrece e simplifica a compreensão do ser humano. Defender uma visão de educação orientada para o bem comum e para a cooperação requer, enfim, enfrentar a discussão antropológica do humano que se quer formar neste momento social e histórico, como um meio de promover a democracia e a cooperação.

O ato de educar, tendo o diálogo como princípio pedagógico, implica na construção da consciência e leva o aluno a ver, compreender e vivenciar sua realidade; a poder expressar sua realidade e a si mesmo; a descobrir e assumir a responsabilidade de ser elemento de mudança da realidade (Benincá, 2010). A metodologia docente e o planejamento adequado da aula para preparar os alunos ao debate têm potencial para incentivar o exercício democrático, a experiência da vida social e do espaço comum, a *cultura do encontro* - tão enfatizada por Francisco (2020, p. 105): “Um país cresce quando dialogam de modo construtivo suas diversas riquezas culturais: a cultura popular, a cultura universitária, a cultura juvenil, a cultura artística e tecnológica, a cultura econômica e familiar, e a cultura dos meios de comunicação”. Mais do que nunca, é preciso recheiar as experiências formativas de valores que se opõem ao individualismo e que, ao incentivar o cuidado com o próximo e com o ambiente, ajudem a compreender que conveniências pessoais não podem impedir o cultivo da amabilidade e a aproximação generosa com o diferente.

A formação integral de crianças, jovens e adultos, na perspectiva da constituição de um mundo humano comum, de uma sociabilidade baseada na solidariedade, no respeito mútuo e na fraternidade, é premissa para o enfrentamento ao individualismo egoísta que nos segrega. Mas

quais são as condições para se viabilizar essa educação democrática? Como sustentar a escuta e a pergunta (e o perguntar-se) sobre o mundo e as relações sociais, isto é, a prática pedagógica dialógica nos processos educativos?

Há de se fortalecer, sem dúvida, a formação docente inicial e continuada, bem como as questões estruturais, para que a reflexão, a participação e o desenvolvimento da consciência crítica sejam constantes nas salas de aula. Contudo, sabe-se que a educação formal, isoladamente, não será suficiente nesta missão. Há de insistir, igualmente, em outros espaços. A responsabilidade da Igreja, no âmbito da formação de leigos, de religiosos, de sacerdotes, de agentes de pastoral, é grande para inspirar a articulação que se estabelece *na* e *em* comunidade, de modo a também qualificar o diálogo com o diferente. Afinal, é na relação humanizada e processual com os outros, especialmente com os mais vulneráveis, que nos colocamos a caminho nesta necessária travessia do individualismo à fraternidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENINCÁ, Elli. A prática pedagógica em sala de aula: princípios e métodos de uma ação dialógica. In: BENINCÁ, Elli. Mühl, Eldon Henrique (Org.). *Educação: práxis e ressignificação pedagógica*. Passo Fundo: UPF Editora, 2010.

CHARLOT, Bernard. *Educação ou barbárie? Uma escolha para a sociedade contemporânea*. São Paulo: Cortez, 2020.

FRANCISCO. *Fratelli Tutti: sobre a fraternidade e a amizade social*. São Paulo: Paulus, 2020.

LAVAL, Christian e VERGNE, Francis. *Educação Democrática: a revolução escolar iminente*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2023. p. 158-200.

ATÉ ONDE VAMOS? A FRATERNIDADE E AMIZADE SOCIAL E A DEFESA DA CASA COMUM

Where are we going? Fraternity and social friendship and the defense of our common home

Maristela Dal Moro*

*Assistente Social. Doutora pela Escola de Serviço da UFRJ, professora associada do curso de Serviço Social da UFRJ e professora do Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ. Co-coordeadora do Laboratório de Ensino Pesquisa e Extensão: Questão Agrária em Debate, da Escola de Serviço Social da UFRJ. Membro do Grupo de Trabalho e Pesquisa da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): Questão agrária, urbana e ambiental.

Recebido em 27/03/2024

Aprovado em 22/05/2024

 dalmororj@uol.com.br

 <https://orcid.org/0000-0003-3433-9208>

Resumo: Este artigo apresenta algumas contribuições iniciais sobre o (re)pensar os grandes desafios presentes na sociedade latino-americana, reconstruindo seus traços históricos e seus desafios contemporâneos. Apresenta, também possíveis caminhos dispostos a reconstruir o tempo presente e sua possibilidade de reconversão a modos de vida, culturas, valores que tem suas raízes nos povos ancestrais. Busca-se no Bem Viver, na Soberania Alimentar, na agroecologia, cujos princípios se afinam com os ensinamentos anunciados pelo Papa Francisco, manifestas nas Encíclicas Encíclica Fratelli Tutti e Laudatto Si', a esperança de um mundo melhor. Este mundo só será possível se se sustentar na Fraternidade e a Amizade Social e no profundo respeito à Casa Comum e àqueles que nela habitam. **Palavras chaves:** América Latina; Fraternidade; Amizade Social; Bem Viver; Soberania Alimentar.

Abstract: This article presents some initial contributions on (re) thinking the major challenges facing Latin American society, reconstructing its historical features and its contemporary challenges. It also presents possible ways of reconstructing the present and the possibility of reconverting to ways of life, cultures and values that

have their roots in ancestral peoples. It looks to Good Living, Food Sovereignty and agroecology, the principles of which are in line with the teachings announced by Pope Francis in his encyclicals Fratelli Tutti and Laudatto Si, for hope of a better world. This world will only be possible if it is based on Fraternity and Social Friendship and on deep respect for our Common Home and those who live in it.

Keywords: Latin America; Fraternity; Social Friendship; Good Living; Food Sovereignty.

INTRODUÇÃO

A humanidade vive um tempo de crise e barbárie e vem indicando que estamos no limite civilizatório. As promessas de progresso e de desenvolvimento humano não se concretizaram e isso não ocorre por acaso, mas é o sintoma da grande crise capitalista e civilizatória, que tem como campos de maior manifestação, países em constante beligerância que leva à banalização da vida, a fome, a desigualdade social e as emergências climáticas que vem afetando profundamente a vida na terra.

É urgente encontrarmos formas de contenção desses processos destrutivos. Somos exortados a construir uma nova sociabilidade, retomar valores que nos reconectem com a vida humana e com a natureza. Esse artigo pretende ser uma pequena contribuição nessa tarefa que nos é colocada, pois ainda temos tempo, mas é urgente. Busquemos nos ensinamentos do Papa Francisco na *Encíclica Fratelli Tutti* que expressa o chamamento aos cristãos e não cristãos à reconstrução da fraternidade e amizade social. O Pontífice nos adverte que é necessário refletir sobre a gravidade do risco em que se encontra a humanidade, a fim de buscar saídas para a superação da atual crise de solidariedade entre as pessoas e entre os povos. (FT, 2020). Essa preocupação se expressa, também, na *Encíclica Laudato Si*, publicada em 2015. Nesta o Papa Francisco nos diz que é urgente o desafio de proteger a nossa casa comum e, para isso, é necessário unir toda família humana na busca do desenvolvimento sustentável e integral. É necessário, segundo ele, pôr em prática uma política de civilização que se volte ao bem comum, à solidariedade, à plena convivência, à igualdade e fraternidade (LS, 2015).

Se esses ensinamentos se destinam aos povos do mundo, é nosso dever acolhê-los para refletir sobre nossa realidade. Como tratá-los considerando o que particulariza o Brasil e a América Latina, de modo geral, cuja formação traz a marca do colonialismo e da dependência? Um continente cujos povos sofreram e ainda sofrem a violência propalada pelas elites, estas sempre alinhadas aos interesses externos, muito bem tratado por Caio Prado Junior, que afirma que nunca fomos uma nação soberana e nos constituímos como uma empresa comercial votada para o atendimento da demanda europeia de matérias-primas o que dá sentido à colonização (Prado Junior, 2011)

Se as raízes da organização econômica do Brasil se assentavam na grande propriedade rural, monocultora, escravista e exportadora voltados a atender a demanda dos centros estrangeiros, a exportação sistemática de recursos naturais e de exploração da força de trabalho foi nossa marca. Esse cenário se aprofunda com o desenvolvimento das relações capitalistas e suas contradições delimitam uma modernidade extremamente desigual.

Esse será o percurso deste artigo: A primeira parte abordará alguns traços que marcam a formação da América Latina, privilegiando em alguns momentos, o Brasil. Ver-se-á que nossa histórica está marcada pela escravização dos povos originários e dos africanos, na concentração da terra e na exploração do trabalho e da natureza. O passo seguinte será no sentido de apresentar caminhos alternativos que indiquem o fim da exploração, da violência e de todas as formas de opressão. Esse é um árduo caminho, pois há um consenso em torno de um projeto sustentado no desenvolvimento, no progresso e crescimento econômico, que como se verá, fere os princípios fundamentais da vida humana. Entretanto, contrariando essa visão da existência de um caminho único, pretendemos apresentar outros caminhos que vão se forjando nas lutas e na resistência das classes populares e de sujeitos inconformados, que, através de estudos, pesquisas e reflexões desafiam *o canto da sereia do capitalismo*. Sua referência são os conhecimentos, valores, projetos provenientes de outros modos de vida cuja centralidade é a defesa de todas as formas de vida e da casa comum, que de acordo com Papa Francisco, é o nosso planeta, hoje tão ameaçado.

São múltiplos caminhos e alternativas que ganham notoriedade atualmente e, não

temos a pretensão de dar conta de todos. O que se anseia é traçar algumas ideias, que mais do que aprofundar os conhecimentos, tem como finalidade, instrumentalizar os desejos que alimentam os espíritos daqueles que não se curvam a essa lógica perversa e violenta e, deixar ainda que seja uma gota de esperança e otimismo nas mentes inquietas dos que padecem com o sofrimento humano.

As análises que abordaremos nesses escritos estão verdadeiramente afinadas com os valores propalados pelo Papa Francisco e sua visão nas “práticas como a reciprocidade, a solidariedade, a não acumulação, a convivência fraterna e zelosa com tudo e com todos” (Costa, 2024, p 22). São estes, que através de projetos construídos coletivamente, dão vida ao que nos pede o Pontífice: a fraternidade e a amizade social.

BREVES NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA AMÉRICA LATINA

Para traçarmos alguns traços da formação social do Brasil é fundamental um retorno ao passado para situá-lo como país dependente e como parte do continente latino que tem sua origem no processo da invasão, cujo marco é 1492. É nesse momento que a terra, que até então representava a vida e a diversidade, se torna objeto de disputa assumindo o rosto de mercadoria, da propriedade privada de alguém. Esse processo que, num momento fundamental da acumulação primitiva do capital (Marx, 1989), instala as bases da dependência do Brasil e dos demais países da América Latina e vem acompanhada de um dos processos mais violentos e um dos maiores *genocídios* da história. Instituiu-se ali, a função social do território latino-americano que teria sua produção ditada de fora, para consolidar a propriedade privada de reis, os trabalhos escravos e/ou livres para extração de mercadorias para atender aos dominadores (Traspadini, 2018, p. 1700).

Embora a resistência sempre esteve presente (Traspadini, 2022; Moura, 2014), nossa marca é a invasão, o *genocídio* dos povos originários e dos povos africanos escravizados, a concentração da terra e da propriedade, a superexploração do trabalho e a devastação ambiental.

Os territórios do sul global se transformaram em campos de produção de matérias-primas, que tinham como destino a metrópole, e, para que isso fosse possível, foi necessário destruir a diversidade cultural, produtiva, religiosa, presentes nas terras habitadas nesse lado do Atlântico, para transformá-las em mercadoria, em propriedade privada.

E isso não ocorre por acaso, pois como nos advertem Porto Gonçalves e Rocha Leão (2020), a dinâmica capitalista demanda uma expansão territorial sem limites e, considerando os ciclos de acumulação, leva a uma busca pela apropriação das condições de produção, principalmente a terra e tudo o que a ela está dado em relação a produção-reprodução das condições metabólicas da vida. Isso compreende a apropriação da terra, solo, subsolo, fotossíntese, água e outros minérios.

A questão é que a terra nunca esteve despovoada. De acordo com os autores

(...) diferentes temporalidades/territorialidades se encontram, se confrontam, se defrontam através de diferentes fronts que se forjam na dinâmica territorial. E front é onde o limite está por definir-se. Deste modo, ao sabor das vicissitudes históricas, diferentes dinâmicas sociogeográficas são forjadas, implicando conflitos territoriais que se desen-

volvem em função de diferentes modos de lidar com as mesmas condições metabólicas de produção-reprodução da vida: conflitos de territorialidades/temporalidades (Porto Gonçalves, Rocha Leão, 2020, p. 719).

E nesses conflitos e confrontos vão se delineando os rumos da América e se constituem e desenvolvem as oligarquias agrárias e outros atores vinculados ao setor agrário, os quais vão impulsionando o processo de acumulação capitalista periférica e dependente. Tudo o que não é imagem do capital transforma-se em símbolo do atraso e os espaços, ainda não ocupados pelas forças do capital, passam a ser vistos como espaços vazios e abertos para a exploração.

A parte que cabe aos países deste continente é a produção de produtos para atender o mercado externo, considerado o caminho único e uma singular alternativa para garantir o desenvolvimento e para a conquista do superávit primário, desconhecendo qualquer tentativa e possibilidade de realização da vida. Isto supõe a destruição de outras sociabilidades e convivências. Essa lógica, “permite que caminhem lado a lado dinâmicas financeiras altamente globalizadas com as formas mais abjetas de controle da força de trabalho, de violência e devastação” (Melheiro, Porto-Goncalves, Michelotti, 2021, p. 34).

Galeano, o grande pensador uruguaio define de forma clara a condição da América Latina quando diz que essa região se especializou em perder. Segundo ele:

É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros de poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos (Galeano, 2022, p. 14).

Mesmo que esse continente sempre tenha sido marcado pela abundância, e isso fica evidente no Brasil, a dependência que estabelece com os países do norte global, lhe imputa um lugar desfavorável na economia mundial.

Isto define a dinâmica que marca esse continente e, especificamente o Brasil, e dá o tom à expansão capitalista na medida em que interdita completamente as possibilidades de desenvolvimento de outras formas produtivas menos predatórias e desiguais. A exportação de *commodities* agrícolas e minerais assume o comando da região e contribui para o crescimento econômico, fundado na apropriação da natureza e sua inserção na divisão internacional do trabalho de forma subordinada e dependente dos bens primários e se sustenta na superexploração do trabalho e na concentração da riqueza. A escravização e *genocídio* dos povos originários e dos povos africanos são parte deste projeto o qual deixa marcas na nossa formação, incidindo na forte presença do patriarcado e do racismo, sendo constantemente revisitados, sempre com a conivência e suporte do Estado, ator fundamental no processo de acumulação capitalista e forte aliado às burguesias nacionais e internacionais, o que representou e ainda representa a defesa dos interesses imperialistas.

Se essa é a marca histórica do Brasil e dos demais países da América Latina, com o aprofundamento das relações capitalistas o quadro se torna ainda mais dramático. A revolução burguesa que se delineia a partir da segunda-guerra mundial e da guerra fria, e, no Brasil

especialmente, agravada com o golpe civil-militar, acabou com qualquer possibilidade de desenvolvimento capitalista autônomo e solidificou a articulação entre a dependência externa e discriminações internas.

Em tempos de crises estruturais do capital a partir da década de 1970, adensada na entrada do século XXI, abrindo as portas para a ideologia neoliberal, vem aprofundando até os dias atuais a dependência financeira e tecnológica das grandes potências. A forte valorização dos preços internacionais que se processa, principalmente a partir do início dos anos 2000, com a forte valorização dos preços internacionais que levou ao boom dos preços das *commodities* ocorre, de acordo com Maristela Svampa, uma importante pesquisadora argentina, a passagem do conhecido Consenso de Washington¹ ao Consenso de *Commodities* que se sustenta na exportação de bens primários em grande escala.

Segundo essa autora o *Consenso de Commodities*:

(...) sublinha a entrada em uma nova ordem, ao mesmo tempo econômica e político-ideológico, sustentada pela alta dos preços internacionais de matérias-primas e bens de consumo cada vez mais em demanda pelos países centrais e potências emergentes, o que gera indiscutível vantagens comparativas visíveis no crescimento econômico e aumento de reservas monetárias, ao produzir novas assimetrias e profundas desigualdades nas sociedades latino-americanas (Svampa, 2013, p. 2 - tradução nossa).

A autora adverte que esse processo leva ao aprofundamento do estilo de desenvolvimento extrativista o qual deve ser compreendido como um padrão de acumulação baseado na superexploração dos recursos naturais, grande parte deles não renováveis, bem como na expansão das fronteiras através da exploração de territórios ainda não incorporados ao sistema produtivo. Como afirmado anteriormente, essa intensificação vem principalmente pela demanda dos países centrais e de grandes potências emergentes² que impulsionam os preços das *commodities* latino-americanos e, especificamente brasileiros o que torna os investimentos muito rentáveis gerando “um imaginário de possível inserção virtuosa no comércio internacional a partir da exploração intensiva dos ditos recursos” (Svampa, Slipak, 2015, p. 38).

O que ocorre com isso é o impulsionamento nos distintos países da América Latina para concentrar as exportações dos produtos agrícolas e minerais, considerado este o caminho mais frutífero para garantir a estabilidade econômica. Isso se dá através de um amplo processo de mercantilização da natureza e na superexploração do trabalho e dos bens naturais, considerada com

1 O Consenso de Washington foi a agenda elaborada em 1989 pelo FMI, pelo Banco Mundial e pelo governo dos Estados Unidos aos países periféricos cujas principais orientações fundamentavam-se nas políticas neoliberais e tinham como metas principais: controle da inflação, diminuição dos gastos do Estado, privatização das empresas estatais e abertura econômica.

2 O texto de Svampa e Slipak, discute a ascensão da China na ordem global nos anos mais recentes e as relações comerciais que se estabelecem com a América Latina. Segundo os autores desde o início do século XXI esse país se converteu não somente um grande ator econômico, como também em uma potência em expansão do ponto de vista geopolítico incidindo diretamente sobre a maioria dos países latino-americanos. “Em 2013, tornou-se o primeiro país a importar do Brasil, Paraguai e Uruguai; o segundo no caso da Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Honduras, México, Panamá, Peru e Venezuela; e o terceiro para Bolívia, Nicarágua, El Salvador e Guatemala. No caso das exportações, é o primeiro destino das brasileiras e Chile; e o segundo destino da Argentina, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela” (Svampa; Slipak, 2015, p. 43).

uma via mais eficiente e com forte capacidade de gerar crescimento e desenvolvimento econômico.

A visão produtivista e de eficiência que prevalece nesse momento, leva a desqualificação de outras lógicas de valorização dos territórios, os quais passam a ser considerados vazios ou como áreas de sacrifício para garantir o progresso seletivo, colocando a produção de commodities naturais e minerais como carro chefe da economia e comandando a dinâmica agrária, o que intensifica um padrão de acumulação com características altamente destrutivas do capital. A exploração predatória dos bens naturais e do trabalho humano vai ganhando novos territórios, ampliando a fronteira agrícola numa busca incessante de ampliação da acumulação capitalista.

Esse processo chega ao seu ápice em 2007/2008, momento em que ocorre a crise manifesta do capital financeiro, - resultado da crise de sobreacumulação iniciada na década de 1970 (Harvey, 2003), o que torna esse processo ainda mais acentuado, visto o grandes volume de capital fictício que se buscam nos países periféricos, com ênfase no Brasil, um mercado para aumentar sua rentabilidade.

Embora esse modelo seja considerado exitoso e responsável pelo crescimento econômico e social no Brasil e nos demais países da América Latina, tem efeitos deletérios que se expressam em diversos campos e já vêm dando claros sinais de sua inviabilidade. Um elemento fundamental que vem sendo objeto de vários debates são os sinais dados pela natureza. A própria lógica acumulativa amparada nesse modelo se depara com o desafio da finitude dos recursos naturais no planeta bem como as consequências do desequilíbrio ecológico manifestas atualmente e que afetam todas as formas de vida. Serve a reflexão feita por Bomfim, que essa realidade coloca um desafio a espécie humana: “decretar seu próprio fim ao não renunciar ao crescimento econômico em prol de um desenvolvimento que não só seja sustentável, mas também humano” (Bomfim, 2024, p 31).

Ademais, todas as promessas que alimentaram as esperanças de dias melhores, feitas pelos defensores deste projeto, não se concretizaram. Se analisarmos os dados apresentados pela OXFAM, no relatório *A Desigualdade Mata*, lançado às vésperas do encontro do Fórum Econômico Mundial 2022 em Davos, Suíça, os 10 homens mais ricos do mundo têm hoje seis vezes mais riqueza do que os 3,1 bilhões mais pobres do mundo e no Brasil, especificamente, os 20 maiores bilionários têm mais riqueza do que 128 milhões de brasileiros (60% da população). Esse relatório ressalta, ainda, que essa desigualdade de renda e riqueza vem acompanhada da desigualdade racial e de gênero. Isso significa a profunda violência e marginalização das populações negras e periféricas, a continuidade do genocídio dos indígenas, o aumento da violência contra as mulheres, expressas de forma contundente no assédio sexual e do feminicídio (OXFAM, 2024).

Segue esse mesmo caminho o inquérito sobre a situação da fome no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan³), realizado em 2022 o qual apresentou um total de 33 milhões de pessoas passando fome, 66 milhões em insegurança alimentar e nutricional moderada e 125 milhões em insegurança alimentar e nutricional leve (II

³ Esta Rede assume o compromisso de realizar a pesquisa sobre a fome no Brasil no período da pandemia, pois o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), estava devastado pela intenção explícita do então governo federal sob o comando de Jair Bolsonaro (2018-2022) em não fazer pesquisas sobre a situação dos indicadores sociais no país.

Vigissan, 2022).

Esses dados servem somente como exemplo para demonstrar que estamos em uma encruzilhada que se expressa no Brasil e na América Latina de modo geral, mas que dá fortes sinais, também, nos países do norte global. As perguntas que devemos fazer é ainda temos tempo? Há caminhos que indiquem a defesa da vida? Esses questionamentos expressam a complexidade e os desafios que a humanidade tem pela frente. Este artigo não tem a pretensão de dar as respostas, somente apresentar algumas *ideias para adiar o fim do mundo* (Krenak, 2020). Ideias estas construídas na luta e resistência dos povos do campo e da cidade e indicam novos rumos e o renascer da esperança, pois toda histórica de subjugação imposta e esses povos sempre encontraram a resistência.

TECENDO CAMINHOS E ALTERNATIVAS À CRISE CIVILIZACIONAL

Para iniciar esse ponto, buscaremos caminhos indicados pelas palavras de Papa Francisco na Encíclica Fratelli Tutti, definida por ele mesmo como uma *Encíclica Social* e tem como objetivo fundamental promover uma aspiração mundial à fraternidade e à amizade social.

Na introdução desta Carta, Papa Francisco relata que quando redigia a Encíclica, irrompeu de forma inesperada, a pandemia do Covid-19. Segundo o Pontífice, foi essa pandemia que explicitou as dificuldades de agirmos em conjunto.

Segundo ele, todas as respostas dadas pelos diferentes países, nenhuma delas foi capaz de construir um caminho que levasse à ação conjunta. Afirma que:

Apesar de estarmos superconectados, verificou-se uma fragmentação que tornou mais difícil resolver os problemas que nos afetam a todos. Se alguém pensa que se tratava apenas de fazer funcionar melhor o que já fazíamos, ou que a única lição a tirar é que devemos melhorar os sistemas e regras já existentes, está a negar a realidade (FT, 2020, n. 3).

Este cenário que se impõe com a pandemia que afligiu o mundo, dá mais substância a esta Encíclica, pois é através dela que o Papa busca apontar as grandes ideias e os caminhos concretos para avançar com mais justiça e fraternidade nas relações cotidianas, na vida social, na política e nas instituições (Oliveira, c2020).

Segundo as palavras do Papa Francisco

Desejo ardentemente que, neste tempo que nos cabe viver, reconhecendo a dignidade de cada pessoa humana, possamos fazer renascer, entre todos, um anseio mundial de fraternidade. Entre todos: «Aqui está um ótimo segredo para sonhar e tornar a nossa vida uma bela aventura. Ninguém pode enfrentar a vida isoladamente (...); precisamos duma comunidade que nos apoie, que nos auxilie e dentro da qual nos ajudemos mutuamente a olhar em frente. Como é importante sonhar juntos! (...) Sozinho, corres o risco de ter miragens, vendo aquilo que não existe; é junto que se constroem os sonhos». Sonhemos como uma única humanidade, como caminhantes da mesma carne humana, como filhos desta mesma terra que nos alberga a todos, cada qual com a riqueza da sua fé ou das suas convicções, cada qual com a própria voz, mas todos os irmãos (FT 3).

Na Encíclica *Laudato Si* publicada em 2015, por sua vez, o Papa nos adverte que é necessário refletir sobre a gravidade do risco que enfrenta a humanidade, a fim de buscar saídas

para a superação da atual crise de solidariedade entre as pessoas e entre os povos.

Constrói, nessa Encíclica, um conceito que ele denomina de *ecologia integral*. Esta parte da crítica ao modelo capitalista globalizado, questionando o lugar dado ao ser humano e sua ação no mundo.

Papa Francisco apresenta os grandes problemas que se manifestam na sociedade, tais como: a poluição, a questão da água, a perda de biodiversidade, a deterioração da qualidade de vida humana e degradação social, a desigualdade planetária, a fraqueza das reações e da diversidade de opiniões (LS, 2015) e o caminho a ser trilhado, seria a *ecologia social*⁴.

A crítica do Pontífice não se concentra no avanço tecnológico e científico, mas a forma como a exploração dos bens naturais que, atualmente, ocorre de forma desenfreada e imprudente, desconsiderando o caráter finito destes bens. Vale nos reportarmos às suas palavras para expressar a dimensão do problema que a humanidade vive hoje.

A continua aceleração das mudanças na humanidade e no planeta junta-se, hoje, a intensificação dos ritmos de vida e trabalho (...). Embora a mudança faça parte da dinâmica dos processos complexos, a velocidade que hoje se lhe impõem às ações humanas, contrasta com a lentidão natural da evolução biológica. A isso vem juntar-se o problema de que os objetivos desta mudança rápida e constante não estão necessariamente orientados para o bem comum e para um desenvolvimento humano sustentável e integral. A mudança é algo desejável, mas torna-se preocupante quando se transforma em deterioração do mundo e da qualidade de vida de grande parte da humanidade (LS, 6-7).

Por isso ressalta que é necessário a construção de um projeto comum, síntese de um consenso que leve a uma nova forma de produzir e consumir, possibilitando, com isso, uma gestão mais adequada dos recursos da natureza. Ressalta, por outro lado, que há uma parte da sociedade “está a entrar numa etapa maior de conscientização” (Francisco 2015).

Ao nos reportarmos às duas Encíclicas fica evidente que Papa Francisco recupera a fraternidade como valor central e esta não deve se estabelecer somente entre os humanos, mas entre todas as espécies da natureza. Nos auxilia no deciframento das mazelas que afetam a sociedade contemporânea, nos convoca à ação e nos dá caminhos para seguir nesta batalha. Sua coragem e lucidez nos ajudam compreender que não é suficiente a realização de ações individuais, pois, segundo ele, a mera soma dos interesses individuais não é capaz de gerar um mundo melhor para toda a humanidade.

Faz uma crítica contundente ao juízo de que o mercado resolve tudo, embora muitos queiram nos fazer crer neste dogma de fé proveniente da ideologia neoliberal, explicitando com isso, uma forte crítica a esse sistema injusto e deixa claro que é preciso enfrentar a desigualdade social, considerada uma violência que ameaça o tecido social. São esses ensinamentos que apontam

⁴ Segundo Francisco, “quando falamos de “meio ambiente”, fazemos referência também a uma particular relação: a relação entre a natureza e a sociedade que nela habita. (...) Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental. (...) É fundamental buscar soluções integrais que considerem as interações dos sistemas naturais entre si e com os sistemas sociais. As diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza” (LS, 2015, n. 139).

para a necessidade de construção de outra sociabilidade que só será possível através da solidariedade e ajuda mútua.

Pode-se inferir a partir desses documentos e do denso debate realizado pelo Papa Francisco, que o estilo de vida consumista e descartável e o crescente avanço da desigualdade social, da pobreza, da fome, da degradação ambiental, aponta para os limites deste projeto e “indica o esgotamento do capitalismo e a urgente necessidade de uma outra forma de viver” (Coelho, 2024, p. 219). A crise produzida por esse ímpeto destrutivo deste sistema nos alerta que não é mais possível avançar na intensa devastação e exploração do planeta, tampouco desconhecer o grito dos miseráveis, dos famélicos, das vítimas das guerras e dos conflitos sociais e ambientais.

Papa Francisco alerta o mundo sobre a gravidade das crises provocadas por este sistema desigual e injusto, ideias reforçadas pelo brilhante teólogo Leonardo Boff, quando afirma que:

O sistema capitalista não oferece condições para operar mudanças estruturais, ou seja, desenvolver outro paradigma de produção mais amigável para a natureza e capaz de superar as desigualdades sociais. Sua lógica interna é sempre a de garantir o lucro em primeiro lugar, sacrificando a natureza e as vidas humanas. Não podemos esperar nada desse sistema. São as experiências de baixo que oferecem esperanças de uma alternativa (Boff, 2024, sp).

São os debaixo que oferecem esperanças de uma alternativa e, nesse espaço tenso e contraditório que constitui esta sociedade comandada pelo capital, vão se gestando uma diversidade de ideias, projetos, valores que, além de aprofundar a crítica ao caráter predatório e violento deste sistema, oferecem alternativas. Cada uma delas a seu modo.

Ainda que pareçam ilusórias, essas ideias têm se tornado cada vez mais presentes nos debates tanto no âmbito acadêmico, como político e, em algumas vezes, são incorporadas por instituições estatais ou multilaterais e tem servido para amadurecer propostas que alimentam novos modos de vida.

O espaço deste artigo é insuficiente para explicitarmos a diversidade de alternativas que vem se construindo. Grande parte delas encontram suas referências dos modos de vidas dos nosso ancestrais. São os indígenas e suas diversas etnias, presentes em diversos territórios latino-americano e sobreviventes do grande genocídio que se processou em nossa história, os quilombolas, constituídos na resistência contra a escravidão e violência que foram submetidos e do forte racismo que se perpetua em nossas sociedades, são os camponeses e sua profunda diversidade, que ocupando vastos territórios, resistem à força do agronegócio e do Estado, sempre a serviço das classes dominantes, os assalariados rurais e urbanos, que submetidos à profunda exploração, vão encontrando caminhos para sua sobrevivência.

Essas lutas e resistências que marcam os diversos países latino-americanos vão fazendo eco e provocando os setores dominantes. São os sujeitos acima citados que oferecem elementos para construção de outros projetos justos e igualitários e que se apresentam como caminho para transformações civilizatórias (Acosta, 2015), em comunhão com os ensinamentos do Papa

Francisco.

Embora tenhamos uma diversidade de alternativas, apontamos aqui uma das propostas mais esperançosas em nosso tempo, denominada de Bem Viver conceito plural e diverso, construído por diferentes sujeitos, mas todos concentrados no resgate das culturas ancestrais e ressignificadas diante das mediações que constituem as particulares características das sociedades contemporâneas. Se constitui numa visão de mundo, de acordo com Costa, “um princípio ativo que dinamiza cada escolha, cada passo, cada gesto. Nele se fundam práticas como a reciprocidade, a solidariedade, a não acumulação, a convivência fraterna e zelosa com tudo e com todos (Costa, 2024, p. 22).

Alberto Acosta⁵, um dos nomes mais proeminentes neste debate, afirma que sua origem vem da língua quéchua, mas:

“... é uma filosofia em construção, e universal, que parte da cosmologia e do modo e vida ameríndio, mas que está presente nas mais diversas culturas. Está entre nós, no Brasil, com o *teko porã* dos guaranis. Também está na ética e na filosofia africana do *ubuntu* – “eu sou porque nós somos”. Está no ecossocialismo, em sua busca por ressignificar o socialismo centralista e produtivista do século 20. Está no fazer solidário do povo, nos mutirões em vilas, favelas ou comunidades rurais e na *minga* ou *mika* andina. Está presente na roda de samba, na roda de capoeira, no jongo, nas cirandas e no candomblé. Está na *Carta Encíclica Laudato Si’ do Santo Padre Francisco sobre o Cuidado da Casa Comum*” (Turino, 2016, p. 14 –grifos do autor).

A base central desta filosofia se concentra no campo de crítica ao modelo de desenvolvimento e sua ênfase nos fundamentos do sistema fundado no mercado sustentado no consumo como referência de progresso. Traz consigo a ideia de viver a vida em plenitude, o que significa construir uma relação harmoniosa com a natureza em constante reciprocidade e solidariedade entre os sujeitos e comunidades. Portanto, se sua origem está relacionada aos povos andinos e sua ancestralidade, a socialização de seus fundamentos indica que ela está presente em diferentes realidades e culturas.

Entende-se, com isso que o Bem Viver não é um conceito fechado, uma simples reprodução de um modo de vida passado, mas está em constante construção, amparado nos valores comunitários e de reciprocidade e em perfeita harmonia com a natureza, o que significa uma constante oposição à dinâmica de acumulação capitalista e uma mudança radical nas relações de produção e de sociabilidade.

Acosta nos adverte que não é suficiente fazer as mesmas coisas buscando melhorá-las. Segundo o autor, há que se construir coletivamente um novo pacto de convivência social e ambiental e espaços de liberdade. Diante da evidente falência do projeto de desenvolvimento que é parte da crise civilizatória, é imprescindível construir modos de vida contrários à essa lógica. “O Bem Viver serve para isso, inclusive por seu espírito transformador e mobilizador. É preciso virar a página definitivamente” (Acosta, 2015, p. 28).

5 Mas não há como se referir ao Bem Viver, sem nos reportarmos a esse autor. Sua obra mais importante se denomina: Bem Viver: oportunidades para imaginar outros mundos. Este livro ganhou muita visibilidade, nos últimos anos e sintetiza os principais conceitos que fundam o Bem Viver.

De acordo com esse autor, o Bom Viver se apresenta como uma oportunidade para construirmos novas formas de vida que não se manifestam através de um receituário ou alguns artigos constitucionais⁶. Não se constitui, também como a soma de práticas isoladas e, tampouco, os bons desejos de quem trata de interpretar o Bem Viver da forma que a entende. Ele afirma outrossim, que ele se produz como parte da busca de alternativas de vida que se tecem no calor das lutas populares, privilegiadamente dos povos indígenas. (Acosta, 2015). Portanto, não é uma volta ao passado e nem uma negação das conquistas civilizacionais. O que o autor entende como a essência do Bem Viver, é que:

Os resultados econômicos devem estar subordinados às leis de funcionamento dos sistemas naturais, sem perder de vista o respeito à dignidade humana e procurando assegurar qualidade de vida às pessoas [...] A economia deve submeter-se à ecologia. Por uma razão muito simples: a Natureza estabelece os limites e alcances da sustentabilidade e a capacidade de renovação que possuem os sistemas para autorrenovar-se. Disso dependem as atividades produtivas. Ou seja: se se destrói a Natureza, destroem-se as bases da própria economia (Acosta, 2016, p. 120-121).

O que é fundamental destacar aqui e que está presente nas reflexões presentes das Encíclicas papais, é a finitude dos bens materiais e sua capacidade para recompor-se diante do caráter predatório das práticas que alimentam o sistema de produção de mercadorias, tendo como característica central na América Latina a produção de produtos para atender o mercado externo e subordinado às grandes corporações econômicas e financeiras.

O Bem Viver se opõe a essa lógica que transforma a natureza em objeto. Para os indígenas, quilombolas, camponeses, a terra é sujeito e está viva e todos somos filhos dela. Por isso, ela precisa ser respeitada, o que significa aceitar os ciclos vitais e os tempos de cada espécie. Isto supõe prescindir do uso de produtos que a tornam mais produtiva nos conceitos e valores modernos que estabelecem uma relação utilitarista com um fim único de atender aos interesses do mercado.

O Bem Viver se afirma no equilíbrio, na harmonia e na convivência entre os seres. Na harmonia entre o indivíduo com ele mesmo, entre o indivíduo e a sociedade, e entre a sociedade e o planeta com todos os seus seres por mais insignificantes ou repugnantes que nos possam aparentar. Somente a partir destas três harmonias é que conseguiremos estabelecer uma profunda conexão e interdependência com a natureza de que somos parte (Turino, 2016, p. 15).

É necessário ressaltar que esse processo de construção e reconstrução do Bem Viver foi tecido nos fios da resistência dos povos periféricos e marginalizados, os que historicamente foram considerados primitivos e atrasados por se oporem à lógica do progresso e do desenvolvimento. Este projeto que se legitima nas promessas de um mundo melhor, vem dando sinais de sua falência. Ao contrário das culturas milenares indígenas, quilombolas, camponesas, os marginalizados e oprimidos, de modo geral, vem sendo exemplo e mostrando que outro mundo é possível. Nesses

⁶ O autor está fazendo referência aqui a incorporação do conceito de Bem Viver na Constituição do Equador, em 2008, da qual ele é um grande responsável. Mas também a da Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia, em 2009. Estas reformas constitucionais, repercutiram consideravelmente à época e se transformaram em marcos simbólicos de resistência do sul global.

tempos de profunda exploração, expropriação e violência tudo em nome do culto à mercadoria e ao consumismo, se posicionam como uma resistência e com força para construir um mundo mais igualitário e justo. Isso não significa que a sua realização será imediata, mas pode ser nosso horizonte em busca da utopia. Podemos reproduzir aqui a pergunta feita por Galeano: Para que serve a utopia?

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar. (Galeano, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Bem viver, afinado com os ensinamentos de Francisco, se sustenta na Fraternidade e na Amizade Social e na advertência do cuidado da Casa Comum e aponta para um mundo possível. Um mundo contrário à lógica capitalista e sustentado na solidariedade universal. É a herança dos povos originários, aqueles que historicamente **passaram** pelo genocídio, extermínio e ainda hoje sofrem todo tipo de violência dos donos do poder e os donos da terra. É necessário fundir “práticas como a reciprocidade, a solidariedade, a não acumulação, a convivência fraterna e zelosa com tudo e com todos” (Costa, 2024, p 20).

Ao nos reportarmos ao Brasil, vê-se que existem várias alternativas sintonizadas com esses valores, grande parte destas provenientes dos movimentos sociais. Sem excluir as demais, apontamos aqui os grandes avanços perpetrados pelos movimentos sociais do campo em sua dura luta pela defesa da Casa Comum. São esses movimentos que vem construindo alternativas ao mundo da mercadoria. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento Negro e o Movimento Quilombola, entre outros que comungam com valores de fraternidade e constroem coletivamente onde a natureza é sujeito, muito distinto do que funda a sociedade capitalista. Congregados da importante organização internacional Via Campesina, esses sujeitos defendem enfaticamente a Soberania Alimentar proposta de combate a fome através de alimentos saudáveis, com cultura, com hábitos alimentares, com sistemas locais, com respeito ao meio ambiente.

É a agroecologia a possibilidade de materialização desse projeto que, conforme Bomfim (2024), vai além de um simples projeto técnico de lidar com a terra e com a natureza. Segundo o autor:

Ela expressa um compromisso político com a emancipação humana, pois sem essa a natureza vive ainda sob a ameaça real do seu colapso. Em si, a natureza não padece de qualquer problema, pois todos os problemas que ela tem e que refletem a tragédia ambiental que vivemos foram criados pelos seres humanos” (Bomfim, 2024, p. 35).

No quase apagar das luzes da elaboração deste artigo, nos defrontamos com o tema da Campanha da Fraternidade 2024: “Fraternidade e Amizade social”. Esta Campanha tem como

lema “Vós sois todos irmãos e irmãs” (Mt 23,8), portanto, nos chama para “Amizade aberta que ultrapassa barreiras e promove o diálogo, a solidariedade, a comunhão, a compaixão, a justiça, a paz e a harmonia entre as pessoas” (Ribeiro, 2024).

Esse chamamento feito pela Campanha da Fraternidade, neste ano, pode ser considerado a síntese de uma diversidade de ideias, projetos, visões de mundo, valores que se afinam com os ensinamentos de Papa Francisco, mas, também, com os fundamentos do Bem Viver, com a Soberania Alimentar e apontam para a urgência de defendermos a vida, a natureza e o planeta, de modo geral. Sigamos em comunhão para um novo mundo, um mundo melhor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver*. Uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

BOFF, Leonardo. O Problema é o Capitalismo, mas os líderes evitem dizer isso. Entrevista concedida a Instituto Humanitas – Unisinos. “O problema é o capitalismo”, mas os líderes evitam dizer isso. Entrevista com Leonardo Boff - Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/614252-leonardo-boff-o-problema-e-o-capitalismo-mas-os-lideres-evitam-dizer-isso>. Acesso em 01 fevereiro de 2024.

BOMFIM, Luciano Sérgio Ventin. A transição agroecológica em nós. In BOMFIM, Luciano Sérgio Ventin, BARROS Edonilce da Rocha. *Agroecologia em Nós*. Disponível em *Agroecologia em nós*. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/367116982_agroecologia_em_nos_dialogos_com_a_carta_enciclica_laudato_si acesso em fevereiro de 2024.

COELHO, Alan da Silva. *A Idolatria e o Papa Francisco: radicalidade na crítica ao capitalismo*. Disponível em < <https://web.archive.org/web/20231025132951/https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/ER/article/view/9365>>. Acesso em fevereiro de 2024.

COSTA, Rosemary Fernandes da. *Bem Viver: herança-sintonia-compromisso com a Casa Comum*. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/48626/48626.PDF>. Acesso em fevereiro, 2024.

FRANCISCO. *Carta Encíclica Fratelli Tutti: Sobre a Fraternidade e Amizade Social*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2020. Disponível em: < https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html>. Acesso em fevereiro de 2024.

FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato Si*. Sobre o cuidado da casa comum. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em fevereiro, 2024.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 1 ed. Brasil: L&PM, 2010.

GALEANO, Eduardo. *Para que Serve a Utopia? In: CONTIOUTRA*. Disponível: <<https://www.contioutra.com/para-que-serve-utopia-eduardo-galeano/>>. Acesso em fevereiro de 2024.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. David Harvey; tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves, São Paulo, Edições Loyola, 2003.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2020.

MARX, Karl. *A Chamada Acumulação Primitiva*. In: *O Capital*. Lv. I, Vol. 2, Editora Bertrand do Brasil S.A, São Paulo, 1989, 13ª Edição.

MELHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter, MICHELOTTI, Fernando. *Horizontes Amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo*. Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, São Paulo, 2021.

MOURA, Clovis. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. 5ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi / Fundação Maurício Grabois, 2014.

OLIVEIRA, Helena. Fratelli Tutti. Uma aspiração mundial à fraternidade e à Amizade social. c2020. Disponível em: < <https://ver.pt/fratelli-tutti-uma-aspiracao-mundial-a-fraternidade-e-a-amizade-social/> > Acessado em fevereiro de 2024.

OXFAM. A Desigualdade Mata: A incomparável ação necessária para combater a desigualdade sem precedentes decorrente da Covid-19. Disponível em: Davos_full_2022_pt-BR_vs02.pdf (assipen.org.br). Acesso em fevereiro de 2024.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter, ROCHA LEÃO, Pedro Catanzaro. Terra, Violência e Conflito na Formação Territorial Brasileira: tensões territoriais na ruptura política (2015-2019). Revista da ANPEGE. v. 16. Nº. 29, p. 712 - 767, 2020.

PRADO JUNIOR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

REDE PENSSAN. *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – II VIGISAN*. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-pdf>

RIBEIRO, Antonio de Assis. Bispo Auxiliar de Belém (PA) *Campanha Da Fraternidade 2024: Introdução Geral*. Disponível em <https://www.paieterno.com.br/2024/02/11/campanha-da-fraternidade-2024-introducao-geral/> Acesso em fevereiro de 2024.

SVAMPA, Maristela. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. Revista, *Movimientos socioambientales en América Latina* n. 32. OSAL. Buenos Aires, CLACSO Noviembre de 2012.

SVAMPA, Maristela; SLIPAK, Ariel. China en América Latina: Del Consenso de los Commodities al Consenso de Beijing. Revista *Ensamble*, año 2, n.3. Buenos Aires/AR, 2015.

TRASPADINI, Roberta. Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente. *Direito Práx.*, Rio de Janeiro, Vol. 9, n. 3, 2018.

TURINO, Célio. Prefácio e edição brasileira da obra: ACOSTA, A. O Bem Viver. Uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

ECONOMIA E JUSTIÇA SOCIAL À LUZ DA ENCÍCLICA *FRATELLI TUTTI*

Economy and social justice in the light of the encyclical Fratelli Tutti

Tiago Arcego da Silva*

*Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo - UPF. Graduado em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (2014). Especialista em Espiritualidade pela Faculdade de Teologia e Pastoral - Itepa Faculdades, de Passo Fundo. Especialista em Educação no Campo com ênfase em Estudos da Realidade Brasileira pela Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Chapecó. Membro da Articulação da Economia de Francisco e Clara.

Recebido em 24/02/2024

Aprovado em 04/05/2024

 tiago_xxe@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-4573-0683>

Resumo: Este trabalho analisa como a Encíclica *Fratelli Tutti* propõe os princípios de Economia e Justiça Social. Para tanto, é percorrido um caminho metodológico de apresentação das condições e debates que inspiraram a publicação da mesma, diante do cenário econômico mundial, altamente predador, que gera desigualdades e destruição do planeta. Percebe-se que a Encíclica não é a inauguração do pensamento econômico do Papa Francisco, mas sim, está conectada a uma série de documentos anteriores, que já provocavam movimentos e ações concretas. O primeiro passo para a proposição da superação das desigualdades é a leitura consciente da realidade, nisso é possível estabelecer diálogo entre o texto do Papa Francisco com outros autores que já traçavam esse panorama. Por fim, estabelece-se uma leitura de cada capítulo da Encíclica, observando os temas chave, que são os princípios fundamentais de Francisco para uma nova economia e para a Justiça Social, convite que é feito para além dos muros da Igreja Católica.

Palavras-Chave: Encíclica *Fratelli Tutti*; Economia; Justiça Social; Papa Francisco.

Abstract: This work analyzes how the Encyclical *Fratelli Tutti* presents the principles of Economy and Social Justice. To this end, a methodological path is followed to present the conditions and debates that inspired its publication, given the highly predatory global economic scenario, which generates inequalities and destruction of the planet. It is clear that the Encyclical is not the inauguration of Pope Francis' economic thought, but rather, it is connected to a series of previous documents, which already provoked movements and concrete actions. The first step towards overcoming inequalities is the conscious reading of reality, in which it is possible to establish a dialogue between Pope Francis' text and other authors who have already outlined this panorama. Finally, a reading of each chapter of the Encyclical is established, observing the key themes, which are Francis's fundamental principles for a new economy and Social Justice, an invitation that is made beyond the walls of the Catholic Church.

Keywords: Encyclical *Fratelli Tutti*; Economy; Social justice; Pope Francis.

INTRODUÇÃO

Desde o início do seu pontificado o Papa Francisco tem proposto um longo caminho para a reaproximação da humanidade com o sonho mais íntimo de Deus: o da Justiça Social.

Suas encíclicas apontam um caminho metodológico que rompe as barreiras da crítica limitada ao sistema capitalista e trazem aspectos pedagógicos para sua superação. Mas, ainda há tempo e forças para se pensar um mundo pós capitalista e outro sistema econômico? Concretamente, o que Francisco propõe?

Dentro deste breve panorama pode-se destacar dois conceitos chave: Economia e Justiça Social. Importantes trabalhos, longos ou curtos, já foram elaborados em torno dessa temática. Neste texto, no entanto, o intuito não é fazer uma colaboração etimológica, teórica ou histórica dos termos, mas, sim, trazer elementos para uma leitura atual através da Encíclica *Fratelli Tutti*.

No Documento, publicado em outubro de 2020, Francisco chama a atenção, de maneira muito direta, para a necessidade de uma economia que seja inclusiva, promova a justiça social e esteja a serviço do bem comum. Esse apelo se contrapõe ao modelo econômico atual, cujas marcas são a desigualdade, o individualismo, a exclusão e a busca insustentável pelo lucro. O Papa ainda aponta para outros valores que balizarão uma nova economia, tais como, a fraternidade, a solidariedade e o cuidado mútuo (FT Capítulo IV).

A Encíclica *Fratelli Tutti* não apenas diagnostica as falhas do sistema atual, mas faz também uma convocação para a ação concreta, que seja fundamentada em uma nova compreensão e promoção de uma política necessária, reconhecer todos os povos como irmãos e praticar a caridade para com os mais pobres e com todo o planeta (FT Capítulo V). Na Igreja Católica do Brasil, a Campanha da Fraternidade de 2024, propõe a possibilidade de um grande debate nacional em torno do que se entende por essa “Fraternidade e Amizade Social”.¹

Logo, percebe-se que as sugestões contidas no pensamento econômico e reflexões do Papa Francisco não são meramente conjecturas teóricas, mas, também, imperativo ético e moral necessário em meio às diferentes crises planetárias, sejam de ordem ambiental, social ou econômica. Diante dos níveis sem precedentes de desigualdade econômica, é urgente pensar e agir em direção a um mundo que esteja alinhado com os valores da verdade, da paz e do perdão (FT Capítulo VII).

É neste bojo de discussões que se propõe este artigo, organizado em dois blocos complementares. O primeiro trará uma análise mais ampla sobre a Encíclica *Fratelli Tutti*, diante do contexto de sua publicação e as provocações para a ação concreta encontrado nos documentos do Papa Francisco. O segundo apontará para o diálogo que a Encíclica faz com a realidade global, suas perspectivas para a superação das desigualdades e a inauguração de uma fraternidade universal.

1. “TODOS IRMÃOS”: O CHAMADO DO PAPA FRANCISCO PARA A FRATERNIDADE UNIVERSAL

É marca de todas as Encíclicas Papais que o seu título seja o mesmo das primeiras palavras do primeiro parágrafo, o que demonstra uma profunda convicção no “resumo” a ser dito em todas

¹ Em 2024, a Igreja Católica no Brasil marca 60 anos de Campanhas da Fraternidade, que ocorre no período da quaresma. O tema escolhido foi “Fraternidade e amizade social” e referencia muito a Encíclica papal *Fratelli Tutti*.

as referências de cada Documento. Assim como em *Laudato Si*², em *Fratelli Tutti*³ o Papa Francisco buscou inspiração em São Francisco de Assis. Se na primeira ele recorria ao *Cântico da Criaturas*, agora são as *Admoestações*⁴ que darão nome ao amplo manifesto do Papa Francisco.

Somadas a *Evangelii Gaudium*⁵, *Laudato Si* e *Fratelli Tutti*, formam uma trilogia fundamental para a compreensão do pensamento de Bergoglio à frente do papado. Nesses documentos encontram-se as inspirações para compreender e superar os desafios do anúncio do Evangelho no mundo globalizado; as preocupações e o cuidado com a “Casa Comum”, ou seja, as relações de irresponsabilidade humana, amparadas no consumismo e no desenvolvimento a qualquer custo, que provocam o desequilíbrio e a degradação de todo o planeta; e as relações entre os seres humanos, diferentes povos e culturas, baseadas na justiça social, que gerarão um mundo melhor. Esse tripé forma uma sólida e ousada contribuição de uma das principais lideranças mundiais atualmente.

Nesta última Encíclica, Francisco quer retomar o acúmulo de reflexões e apontar para novas saídas coletivas e universais rumo à Justiça Social. Mesmo a escrevendo a partir de convicções cristãs, o Papa manifesta que houve a preocupação em buscar um diálogo com “todas as pessoas de boa vontade” (FT 6), apresentando a *Fratelli Tutti* “como humilde contribuição para a reflexão, a fim de que, perante as várias formas atuais de eliminar ou ignorar os outros, sejamos capazes de reagir com um novo sonho de fraternidade e amizade social que não se limite a palavras” (FT 6).

Para Zampiere, a *Fratelli Tutti*, embora seja uma síntese pessoal do Papa Francisco, está:

[...] em sintonia com os predecessores e com as conferências de bispos do mundo inteiro. E é uma introdução porque o Ensino Social da Igreja tem uma longa história e marcado por documentos célebres que vão da *Rerum Novarum* (1891), do Papa Leão XIII, passando por *Quadragesimo Anno* (1931), *Divini Redemptoris* (1937), *Non Abbiamo Bisogno* (1937), *Mit brennender Sorge* (1937), de Pio XI e *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) do Papa João XXIII. O Concílio Vaticano II formulou uma síntese e abriu caminhos novos com a *Constituição Pastoral Gaudium et Spes* (1965). Depois do Vaticano II os Papas continuaram o caminho da defesa da dignidade humana, do trabalho, da justiça e da paz em vários momentos. De Paulo VI destaca-se *Populorum Progressio* (1967) e o *Sínodo dos Bispos: A justiça no mundo* (1967); De João Paulo II destaca-se *Loborem Exercens* (1981), *Sollicitudo Rei Socialis* (1987) e *Centesimus Annus* (1991). Papa Bento XVI colaborou com *Deus Caritas Est* (2005) e o Papa Francisco nos premiou com uma belíssima encíclica sobre a casa comum, intitulada, *Laudato Si'* (2015) (Zampiere, 2020).

Assim, é preciso compreender a Encíclica como parte da Doutrina Social da Igreja. É um apontamento para a abertura dos cristãos com as diferentes realidades, credos, culturas, etc., pois

2 Encíclica lançada pelo Papa Francisco em 25 de maio de 2015. “Laudato Si” quer dizer “Louvado Seja”, de inspiração no Cântico da Criaturas de São Francisco de Assis.

3 Terceira Encíclica do Papa Francisco, assinada em 03 de outubro de 2020, na cidade de Assis. *Fratelli Tutti* significa “Todos Irmãos”.

4 São um conjunto de 28 textos atribuídos a São Francisco de Assis que abordam temas variados. Especificamente, *Fratelli Tutti* aparece no texto 06, onde, segundo o Papa Francisco, o Santo “Com poucas e simples palavras, explicou o essencial de uma fraternidade aberta, que permite reconhecer, valorizar e amar todas as pessoas independentemente da sua proximidade física, do ponto da terra onde cada uma nasceu ou habita” (FT 1).

5 “A Alegria do Evangelho”. Primeira Encíclica lançada pelo Papa Francisco, ainda em 2013. Esse documento pretende ser uma inspiração diante dos desafios do anúncio do Evangelho no mundo moderno.

todos habitam a mesma Casa Comum e devem todos perceberem-se como irmãos. No entanto, o texto não é endereçado somente aos cristãos católicos.

1.1 FRATELLI TUTTI E A ECONOMIA DE FRANCISCO

A Encíclica *Fratelli Tutti* é dividida em 8 capítulos que articulam uma profunda crítica às estruturas contemporâneas de poder, economia e sociedade, propondo uma nova visão de fraternidade e solidariedade como antídotos contra os males do individualismo e do capitalismo desenfreado. Além disso, Francisco desafia a ordem econômica global, criticando a maneira pela qual o neoliberalismo tem promovido uma “cultura do descarté” e exacerbado as desigualdades sociais e econômicas. Ele afirma que “o mercado, por si só, não resolve tudo, embora às vezes, nos queiram fazer crer neste dogma de fé neoliberal” (FT 168).

No entanto, antes mesmo de lançar a Encíclica *Fratelli Tutti*, o Papa Francisco já anunciava sua preocupação com o modelo econômico atual.

Em meados de 2019, o Papa Francisco lançou um convite a jovens pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação em economia e áreas correlatas, empreendedores e outros agentes de transformação social (a serviço do bem comum e de uma economia justa, sustentável e inclusiva) do mundo inteiro, para a construção de um pacto por uma nova economia. Intitulada como Carta do Santo Padre para o Evento A Economia de Francisco, o Pontífice fez a publicação desta mais precisamente no dia 1º de Maio, data celebrativa do Dia do Trabalhador em vários países e, na tradição do catolicismo, dedicado à memória de São José Operário, como há menção ao término do documento. Nela estão expressos, além do chamado a um evento específico sobre economia na cidade de Assis, as bases e inspirações para pensar um novo modelo econômico, [...] e o apelo que se configura como um importante movimento institucional da Igreja Católica em direção à contestação de modelos pautados em crescimento econômico que degradam a vida, em suas mais diversas formas (Silva et als., 2020, p. 72).

Com essa convocação de jovens do mundo todo, o Papa Francisco também conectava o seu pensamento ao pensamento de São Francisco de Assis, no intuito da busca pelo “realmar” da economia mundial. O movimento, mesmo tendo enfrentado os desafios da pandemia da COVID-19, o que o fez ainda mais necessário, ganhou adeptos do mundo todo. No Brasil, o segundo país com a maior delegação que iria participar do evento em Assis, na Itália, a Economia de Francisco tornou-se “Economia de Francisco e Clara”⁶ e foi pensada uma Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC), que impulsiona diversos debates e ações em torno das provocações do Papa.

⁶ Já possível encontrar vários trabalhos importantes sobre a temática. Os jovens e pesquisadores, ligados a Articulação Nacional da Economia de Francisco e Clara produziram uma série de artigos publicados no site IHU – Adital: <https://www.ihu.unisinos.br/publicacoes/mais-publicacoes?q=economia%20de%20francisco>. Outros trabalhos iniciais são: BRASILEIRO, Eduardo (Org.). Realmar a economia: a economia de Francisco e Clara. São Paulo: Paulus, 2023; SILVA, Tiago Arcego da; et als. ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA: Respostas das juventudes brasileiras para e por uma nova economia. Revista P2P & Inovação. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/5414/5069>. Acesso em: 13 dez. 2023; ABEFC. A Economia de Francisco e Clara: Denúncia às violências financeiras e anúncio de economias para o bem viver. Disponível em: <https://anima.pucminas.br/wp-content/uploads/2023/03/Cartilha-Economia-de-Francisco-e-Clara.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2023.

Todo esse movimento mundial já introduzia o pensamento econômico de Francisco, dialogando para fora dos muros da Igreja Católica, no intuito de reunir lideranças, intelectuais, ativistas para pensarem alternativas possíveis e concretas para a superação de um modelo econômico predador. Assim, a Encíclica *Fratelli Tutti* foi mais um passo rumo a consolidação desta iniciativa, visando que a inclusão e a justiça social sejam colocadas no centro das políticas econômicas.⁷

1.2 FRATELLI TUTTI NÃO SOMENTE EM PALAVRAS

Como já mencionado, *Fratelli Tutti* não é apenas um documento destinado aos cristãos católicos, pelo contrário, é um chamado global à fraternidade, à solidariedade e ao compromisso com a justiça social e ambiental. Através de suas páginas, o Papa Francisco oferece uma visão de esperança e ação, incentivando todos, independentemente de sua fé ou falta dela, a trabalharem juntos e concretamente pela justiça social na Casa Comum.

Do ponto de vista da análise teórica, o documento permite interconexões múltiplas que conectam o pensamento crítico à realidade, possibilitando novas abordagens. Para Bavaresco e Jung, por exemplo:

A Carta de Francisco faz aproximações implícitas com a teoria crítica e a construtivista para análise das relações internacionais. As teorias críticas descrevem de forma holística os fundamentos da ordem internacional, numa lógica dialética e emergente, ou seja, o mundo presente não é imutável, mas é o resultado de um processo histórico dinâmico. As desigualdades e inseguranças são o produto de um processo histórico, socialmente construído, que evolui em permanente tensão transformativa para a criação de um novo multilateralismo. Propõe-se um projeto emancipatório cosmopolita, isto é, a necessidade de expandir as fronteiras morais das comunidades políticas atuais, através de uma ética cosmopolita que questione o valor moral das fronteiras nacionais, nomeadamente os seus “déficits morais”. Enfim, as abordagens críticas defendem a dimensão crítico/normativo/política para transformar/mudar o mundo, numa perspectiva emancipatória e inclusiva (Bavaresco; Jung, 2020, p. 5-6).

Logo, este documento não é apenas uma crítica, mas também um convite à ação. Encoraja a criação de pontes de diálogo e cooperação entre diferentes setores da sociedade e busca inspirar uma nova forma de solidariedade global. Tal movimento, coloca o Papa Francisco em papel de destaque na geopolítica e relações internacionais, onde “percebe-se a postura progressista [...] no seu ativismo quanto a temas sociais, com ênfase na questão dos direitos humanos” (Bavaresco; Jung, 2020, p. 2).

A influência da Encíclica *Fratelli Tutti* estende-se para além do campo religioso ao propor questões delicadas e sensíveis da atualidade, como a crise ambiental, o tratamento dado aos migrantes e refugiados e a urgência de políticas públicas mais efetivas. O documento serve como um lembrete de que os desafios enfrentados pela humanidade são interconectados e requerem soluções colaborativas, inclusive no campo do diálogo inter-religioso e intercultural.

2. ECONOMIA E JUSTIÇA SOCIAL NA LEITURA DA FRATELLI TUTTI

⁷ Para Lomonaco e José (2021), a encíclica também é fruto do “encontro de 2019 com o Grande Imã Ahmad Al-Tayyeb em Abu Dhabi e ao Documento sobre a fraternidade humana pela Paz Mundial e a convivência comum”.

Como já exposto, em *Fratelli Tutti*, o Papa Francisco alerta para os perigos de uma mentalidade que coloca o mercado acima da pessoa humana, levando à marginalização dos pobres e à destruição do meio ambiente. Em contraposição, propõe uma visão de economia que coloque o ser humano no centro, garantindo que todas as pessoas tenham acesso aos recursos necessários para uma vida digna.

No entanto, é preciso que haja uma solidariedade global para o enfrentamento dos mais diversos desafios econômicos e sociais. Isso inclui medidas para combater a desigualdade econômica, garantir o acesso universal aos serviços básicos, como saúde e educação, e promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo. Para Francisco,

Solidariedade [...] é também lutar contra as causas estruturais da pobreza, a desigualdade, a falta de trabalho, a terra e a casa, a negação dos direitos sociais e laborais. É fazer face aos efeitos destrutivos do império do dinheiro (...). A solidariedade, entendida no seu sentido mais profundo, é uma forma de fazer história e é isto que os movimentos populares fazem (FT 116).

Percebe-se assim a importância dada às comunidades locais e à sociedade civil na promoção da justiça social, a partir de uma participação mais ativa na esfera política e econômica, promovendo “uma política melhor, ao serviço do verdadeiro bem comum” (FT 154). Pode-se refletir também que a Justiça Social e uma Economia mais justa passam pelo meio político. Nesse sentido, o Papa dialoga com as teses de que a desigualdade é também o resultado de escolhas políticas.

2.1 FRATELLI TUTTI: ONDE ESTAMOS E UM NOVO CAMINHO PARA UMA ECONOMIA QUE PROMOVA A JUSTIÇA SOCIAL

Como já apontado, o chamado à solidariedade global e ao comprometimento mútuo entre todos os povos, não é apenas teórico, mas, também um programa de ações. Em *O Tao da Libertação*, extenso e importante trabalho de Hathaway e Boff, já era possível encontrar os mesmos rumos para o encontro de caminhos que levassem à superação de um sistema que gera a exclusão e a desigualdade. Para os autores:

O primeiro passo na procura do caminho para o mundo no qual a vida, a beleza e dignidade possam florescer verdadeiramente é entender a atual realidade do nosso planeta. Como já vimos, vivemos numa época na qual os ecossistemas da Terra estão sendo rapidamente destruídos e uma minoria da humanidade monopoliza as riquezas do planeta. Ao mesmo tempo, experimentamos profundas e rápidas mudanças na maneira como organizamos as sociedades humanas. De uma forma múltipla, podemos dizer que estamos numa encruzilhada. Tecnicamente falando, avanços em comunicação, em computação e em genética amplificam os poderes humanos de modo nunca visto antes. Economicamente falando, o mundo está sendo subjugado em todos os níveis pelos princípios de “mercado” e pela procura de lucro. Politicamente, as corporações transnacionais estão se tornando forças dominantes globais, apoiadas pelo poderio bélico de nações que só querem defender seus próprios interesses. Culturalmente, a mídia, a comunicação em massa, impõe valores e desejos consumistas mundo afora (Hathaway; Boff, 2012, p. 50).

Para ampliar a reflexão, ainda pode-se citar o agravamento dos níveis de desigualdade

no contexto pós pandemia da COVID-19 e o avanço dos conflitos bélicos pelo mundo todo. “Essas situações de violência vão se ‘multiplicando cruelmente em muitas regiões do mundo, a ponto de assumir contornos daquela que se poderia chamar de uma ‘terceira guerra mundial em pedaços’ (FT 25).

Há acordo com Hathaway e Boff, quando traçam que a vida no planeta está passando por uma “doença que afeta o mundo todo” (Hathaway; Boff, 2012, p. 52).⁸ Tal doença apresenta três sintomas principais:

O primeiro sintoma dessa patologia é o aumento da diferença entre ricos e pobres. Muitos argumentariam, pelo menos em termos monetários, que a humanidade nunca foi tão rica. Nós vivemos no mundo cheio de maravilhas que nossos antepassados um século atrás teriam dificuldade em imaginar; por exemplo viagens e comunicação rápidas, medicina sofisticada, mecanismos facilitadores de trabalho e conforto suntuosos. Algumas estimativas até dizem que há maior diversidade de produtos consumíveis de que de espécies de organismos viventes. Globalmente os seres humanos agora produzem quase cinco vezes mais por pessoa do que há um século (Hathaway; Boff, 2012, p. 52).

É possível estabelecer paralelo do pensamento dos autores com a análise inicial de Francisco, em *Fratelli Tutti*. Para o Papa, parafraseando a *Populorum Progressio*, de Paulo VI, “há regras econômicas que foram eficazes para o progresso, mas não para o desenvolvimento humano integral” (FT 21). Francisco continua afirmando que “aumentou a riqueza, mas não a equidade; e, assim, nascem novas pobreza” (FT 21).

Seguindo o raciocínio, Hathaway e Boff descrevem o segundo sintoma da doença global como o “rápido esgotamento das riquezas da terra, riquezas que incluem água límpida, ar puro, solo fértil e a grande diversidade de comunidades orgânicas. A mesma ganância que causa pobreza para humanidade também empobrece a terra” (Hathaway; Boff, 2012, p. 53-54). Essa relação de exploração desenfreada do ser humano sobre a natureza, também é preocupação no pensamento de Francisco.

Em *Laudato Si'*, o Papa já se pronunciava sobre esse sintoma como sendo um apelo para a humanidade. “Infelizmente, muitos esforços na busca de soluções concretas para a crise ambiental acabam, com frequência, frustrados não só pela recusa dos poderosos, mas também pelo desinteresse dos outros” (LS 14). Já em *Fratelli Tutti*, Francisco segue a mesma tendência de denúncia sobre a exploração da natureza, alertando ainda que: “Frequentemente, as vozes que se levantam em defesa do meio ambiente são silenciadas ou ridicularizadas, disfarçando de racionalidade o que não passa de interesses particulares” (FT 34).

Contudo, surge o terceiro sintoma da doença global, que:

[...] pode ser a maior ameaça de todas. Como nós continuamos a produzir uma quantidade cada vez maior de dejetos, esmagamos a capacidade natural do planeta de absorver, decompor e reciclar elementos contaminadores. Mais sério ainda que isto é o fato de que nós introduzimos materiais químicos e nucleares que envenenam e continuam a existir

⁸ Nesse sentido, é possível encontrar muitas referências com caminho metodológico parecido nas encíclicas papais anteriores, especialmente em *Laudato Si*, onde o Papa reforça faz uma ampla análise sobre as condições de vida na “Casa Comum”.

por longos períodos de tempo; e estamos também mudando a própria química de nossa atmosfera. Esses *problemas de tolerância* estão seriamente minando a saúde de todas as criaturas do planeta, bem como seus habitats (Hathaway; Boff, 2012, p. 56).

O envenenamento da vida compromete a saúde de todo o planeta para longo prazo. Demorará para que o Terra se refaça. Mesmo que os seres humanos parassem imediatamente com todo o tipo de poluição e descarte irregular de dejetos, demoraria muito para o planeta se regenerasse em condições ideais de habitabilidade.

Essa tríade de sintomas de uma sociedade doente, faz observar o modo como a economia e política estão distantes do ideal da justiça social. Como já mencionado, todas essas críticas e denúncias se apresentam também nas Encíclicas anteriores, bem como, em homílias, discursos, entrevistas e outros documentos publicados pelo Papa Francisco. O ponto de partida é perceber que humanidade caminha por um trilho de difícil retorno e somente com um pacto global, de irmandade universal, como sugerido em *Fratelli Tutti*, se chegará a outro cenário que não seja fim trágico para todos.

2.2. O CAMINHO A PERCORRER À LUZ DA FRATELLI TUTTI

Os 8 capítulos da *Fratelli Tutti* desenham caminho do pensamento de Francisco para a superação das desigualdades e a implementação da Justiça Social, diante de um contexto mundial grave. O Papa Francisco apresenta suas preocupações e esperanças para a realidade do início da década de 2020 e já com a leitura das consequências incalculáveis da pandemia da COVID-19.

No início da Encíclica aparece uma leitura geral sobre como Francisco enxerga o mundo, o “primeiro passo” mencionado pelos autores supracitados, trazendo elementos fundamentais que sintetizam seu ponto de partida para a Justiça Social. No Capítulo 1, *As Sombras de um Mundo Fechado*, Francisco apresenta os diversos desafios à fraternidade no mundo contemporâneo, incluindo o individualismo, o racismo, o descarte de pessoas e a globalização da indiferença. O Papa enfatiza como essas “sombras” contribuem para a “erosão” do senso de comunidade global.

Seguindo, através da parábola do Bom Samaritano, no Capítulo 2, *Um Estranho no Caminho*, o Papa propõe a fraternidade como resposta aos desafios sociais. Francisco convida a ver cada pessoa como um irmão ou irmã, independentemente de sua origem ou situação.

Já no Capítulo 3, *Pensar e Gerar um Mundo Aberto*, há o destaque para a importância de criar espaços inclusivos que acolham a diversidade e promovam o diálogo, a partir do amor universal. O Papa propõe que o bem moral e a solidariedade também são bases para se propor outra visão de propriedade e novos entendimentos para os direitos dos povos. Esse tema é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade justa e fraterna.

No capítulo 4, *Um estranho no caminho*, Francisco aborda a questão da migração e do acolhimento aos estrangeiros. O Papa critica a tendência de fechar fronteiras e promover uma

cultura do descarte em relação aos migrantes. Ele defende a necessidade de políticas e práticas que promovam a integração e a inclusão dos migrantes na sociedade, reconhecendo a riqueza que sua diversidade pode trazer. O Papa também alerta para os perigos do nacionalismo exacerbado e do populismo que alimentam o medo e a xenofobia. Em vez disso, ele apela para uma abordagem baseada na solidariedade e na fraternidade, onde todos se vejam como membros de uma única família humana, partindo do local para o global.

O Papa Francisco entende no Capítulo 5, *A Melhor Política*, como aquela que está firmemente focada no bem comum e no serviço à comunidade, promovendo a paz e a justiça social. Traz a abordagem sobre as diferentes tendências políticas, sendo que percebe como central a prática do amor para conduzir cada processo e decisão. É o amor que dá veracidade a uma “política sã” que

poderia conduzir o processo, envolvendo os mais diversos setores e os conhecimentos mais variados. Dessa forma, uma economia integrada em um projeto político, social, cultural e popular que vise o bem comum pode “abrir caminho a oportunidades diferentes, que não implica frear a criatividade humana nem o seu sonho de progresso, mas orientar esta energia por novos canais” (FT 179).

No Capítulo 6, *Diálogo e Amizade Social*, é enfatizado o papel fundamental do diálogo na superação de conflitos e na construção de pontes entre diferentes grupos sociais e culturais, visando a amizade social e a compreensão mútua. Francisco conclama a humanidade para uma nova cultura do diálogo, construída coletivamente. “O diálogo perseverante e corajoso não é noticiado como as desavenças e conflitos; contudo, de forma discreta, mas além do que podemos notar, ajuda o mundo a viver melhor” (FT 198).

É no Capítulo 7, *Caminhos de um Novo Encontro*, que Francisco aborda os desafios e as oportunidades de reconstrução após crises e conflitos. Ele destaca a importância de aprender com os erros do passado e promover uma cultura do encontro e da reconciliação, baseada na verdade, perdão, na justiça e na solidariedade. Eliminar o outro não é uma possibilidade, de forma alguma, na busca pela Justiça Social. Paz, perdão, inclusão, superação e memória, são conceitos que contribuem a pavimentar esse caminho.

Por fim, o Capítulo 8, *As Religiões ao Serviço da Fraternidade no Mundo*, discute o papel das religiões na promoção da fraternidade e da paz mundial. O Papa argumenta que, apesar das diferenças, todas as tradições religiosas são chamadas a contribuir para a harmonia global. Sob uma ótica ecumênica, Francisco afirma que:

O diálogo entre pessoas diferentes religiões não se faz apenas por diplomacia, amabilidade ou tolerância. Como ensinaram os bispos da Índia, “o objetivo do diálogo é estabelecer amizade, paz, harmonia e partilhar valores e experiências morais e espirituais em espírito de verdade e amor (FT 271).

Esse é panorama geral do programa do Papa Francisco para a construção de uma nova economia, que resulte em Justiça Social, sem que ninguém fique para trás, nenhuma cultura, nenhum povo, nenhuma pessoa. Esse lugar, onde o sonho de Deus mora, é também

um sonho realizável para todos os povos, no entanto, a realização se dará a partir do diálogo, testemunho e comunhão.

CONCLUSÃO

É imperativo reconhecer o chamado urgente para uma revisão profunda de como o ser humano está conduzindo a vida no planeta. Nesse sentido, o Papa convida a contemplar uma economia que transcende a busca incessante por lucro, priorizando, em vez disso, o bem-estar humano e a sustentabilidade ambiental. Tal propositiva não é meramente teórica, mas um apelo à ação concreta para instituições, governos e indivíduos, sugerindo uma virada radical em direção à solidariedade e ao cuidado, especialmente, com os mais vulneráveis.

A Encíclica *Fratelli Tutti*, embora não seja a inauguração do pensamento econômico do Papa Francisco, serve como um farol de esperança e um roteiro para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Nela a fraternidade e a amizade social são os alicerces necessários para uma economia que serve verdadeiramente ao bem comum. Francisco desafia a cultura do descarte e o individualismo exacerbado, enfatizando a necessidade de uma conversão coletiva que rejeite a indiferença e abrace a responsabilidade compartilhada, tanto pelo planeta, como uns pelos outros.

Compreender o cenário atual e a preocupante realidade da vida no planeta é o primeiro passo para desenhar a rota de superação. O Papa Francisco fez esse movimento com provocações anteriores a *Fratelli Tutti*. Sua contribuição se soma a outras análises e propostas para a superação de um sistema econômico que gera pobreza e desigualdade, explora o meio ambiente e agride, de maneira estrutural e irreparável, o planeta Terra.

Contudo, os 8 capítulos da Encíclica *Fratelli Tutti*, propõem-se como um caminho para a inauguração de outra economia. Todos os valores contidos são balizados na solidariedade, amizade social, amor universal, fraternidade e diálogo. É neste cenário que Francisco busca fortalecer sua contribuição para além dos muros da Igreja Católica, a fim de efetivar o sonho corajoso de Deus, o da Justiça Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEFC. A Economia de Francisco e Clara: *Denúncia às violências financeiras e anúncio de economias para o bem viver*. Disponível em: <https://anima.pucminas.br/wp-content/uploads/2023/03/Cartilha-Economia-de-Francisco-e-Clara.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2023.

BAVARESCO, Ademir; JUNG, João. A encíclica Fratelli Tutti e a inserção do Vaticano nas Relações Internacionais Contemporâneas. In: *Fratelli Tutti: Cenários sombrios e amizade social*. 2020. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/17161>. Acesso em: 17 dez. 2023.

BRASILEIRO, Eduardo (Org.). *Realmar a economia: a economia de Francisco e Clara*. São Paulo: Paulus, 2023.

HATHAWAY, Mark; BOFF, Leonardo. *O Tao da Libertação - Explorando a Ecologia da Transformação*. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

LOMONACO, Amadeo; JOSÉ, Silvonei. “Fratelli tutti”, um ano depois: uma bússola para sonhar novamente. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2021-10/fratelli-tutti-um-ano-depois-uma-bussola-para-sonhar-novamente.html>. Acesso em: 17 dez. 2023.

FRANCISCO. *Carta Encíclica Fratelli Tutti* – Sobre a Fraternidade e a Amizade Social. Brasília: Edições CNBB, 2020.

FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato Si'* do Santo Padre Francisco sobre o cuidado com a casa comum. Brasília: Edições CNBB, 2015.

SILVA, Tiago Arcego da; et als. Economia de Francisco e Clara: Respostas das juventudes brasileiras para e por uma nova economia. *Revista P2P & INOVAÇÃO*, Rio de Janeiro, v. 7, Ed. Especial, p. 71-85, set.. 2020/fev. 2021. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/5414/5069>. Acesso em: 13 dez. 2023.

ZAMPIERE, Gilmar. *Fratelli Tutti: Uma Introdução*. Disponível em: <https://www.gilmarzampieri.com.br/post/fratelli-tutti-uma-introdu%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 17 dez. 2023.

POR UMA FENOMENOLOGIA DA AMIZADE SOCIAL

Towards a phenomenology of social friendship

Edebrande Cavalieri*

*Professor Titular de Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo, Doutorado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Autor dos livros “Via a-teia para Deus e a ética teleológica a partir de Edmund Husserl” (Edufes, 2012), “Estudos de fenomenologia da religião” (CRV, 2018), “Ética e religião” (CRV, 2016), “Fenomenologia e Constelações Familiares” (CRV, 2021), “Conjuntura eclesial e religiosa” (CRV, 2020), “Nas trilhas de Francisco” (2022). Foi coordenador do Instituto de Filosofia e Teologia da Arquidiocese de Vitória de 1985 a 2009, e professor de História da Igreja no mesmo instituto de 1985 a 2019. Tem coluna semanal no site da Arquidiocese de Vitória – aves.org.br

Recebido em 22/12/2023

Aprovado em 23/02/2024

 Email: edebrande@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-3364-1042>

Resumo: Tomando por base a fenomenologia desenvolvida por Edmund Husserl, especialmente seus escritos da década de 1930, pretende-se estabelecer um diálogo com o pensamento do Papa Francisco expresso na Encíclica *Fratelli Tutti*. São dois personagens da história separados por um século, contudo os dois manifestos diante da irracionalidade do mundo não apenas são semelhantes, mas compactuam das mesmas aspirações. Dessa forma, ao mostrar uma fenomenologia da amizade social baseada no retorno ao mundo da vida e o desenvolvimento da experiência intersubjetiva, chegamos à proposta final de uma aspiração ao amor ético, ao amor social.

Palavras-chave: Amizade social. Fenomenologia. Mundo da vida. Intersubjetividade. Amor ético.

Abstract: Based on the phenomenology developed by Edmund Husserl, especially his writing from the 1930s, we intend to establish a dialogue with the thoughts of Pope Francis expressed in the Encyclical *Fratelli Tutti*. They are two characters in the story separated by a century, however, both manifests in the face of the irrationality of the world are not only similar, but share the same aspirations. In this way, by showing a phenomenology of social friendship based on the return to the word of life and the development of intersubjective experience, we arrive at the final proposal of an aspiration to ethical love, to social love.

the world are not only similar, but share the same aspirations. In this way, by showing a phenomenology of social friendship based on the return to the word of life and the development of intersubjective experience, we arrive at the final proposal of an aspiration to ethical love, to social love.

Keywords: Social friendship. Phenomenology. World of life. Intersubjectivity. Ethical love.

A PROPOSTA DE REFLEXÃO

A Encíclica do Papa Francisco *Fratelli Tutti*, em nosso modo de pensar, além de ser uma convocação do povo católico para uma retomada da proposta de São Francisco de Assis para que se tomasse como forma de vida um amor que ultrapassasse as barreiras geográficas e do espaço considerando que TODOS SOMOS IRMÃOS, é também o grande manifesto diante de uma humanidade destroçada pelo ódio e pela indiferença. Nesse manifesto, o amor torna-se a base das relações sociais e pessoais, mas também é base para a relação entre as nações e os povos. Ou seja, nesse manifesto está um sonho que é o fazer do amor uma cultura que vai impregnando toda a humanidade.

Há mais ou menos cem anos atrás, o filósofo Edmund Husserl também fez de sua fenomenologia um radical manifesto diante daquilo que ele classificava como adoecimento da vida espiritual da humanidade europeia, entendida para além do espaço geográfico europeu; tratava a Europa como formação cultural que tinha origem no mundo greco-cristão. Para ele, tratava-se do esquecimento daquilo que nos remeteria para o sentido mais originário da vida espiritual desse mesmo homem, que ao longo dos tempos modernos, seduzido pelo desempenho das ciências positivistas, acabou naturalizando todos os processos significativos do homem. Vivia num contexto histórico pós I Guerra Mundial e o advento dos regimes totalitários, especialmente o nazismo na Alemanha onde habitava e trabalhava, sendo de origem judaica.

O contexto histórico era dos mais desafiadores. A luta pela liberdade parecia utopia. Os estragos sociais, econômicos e políticos decorrentes da Guerra estavam em todos os lugares. Como superar essa crise? Conforme Husserl, essa crise “da existência europeia só tem duas saídas: ou o ocaso da Europa num distanciamento de seu próprio sentido racional da vida, o afundamento na hostilidade ao espírito e na barbárie, ou o renascimento da Europa a partir do espírito da filosofia” (1996, p. 85) que ajude a superar o naturalismo cientificista. Porém, o maior perigo é o cansaço. Este não pode impedir o nascimento da “fênix de uma nova interioridade de vida e de uma nova espiritualidade” (1996, p. 85).

Tomando os dois diagnósticos da crise que toma conta da humanidade toda e não apenas aquela indicada por Husserl como formação cultural ocidental e não apenas geográfica, busca-se nessa reflexão encontrar fundamentos externos à teologia e ao Magistério da Igreja na perspectiva de um diálogo acadêmico-ecclesial, para que possamos ampliar isso que chamamos “amor social” ou amizade social. Sendo diagnósticos parecidos, podemos tentar um diálogo com a fenomenologia, visando encontrar elementos que sustentam esse magnífico manifesto sob a forma de Encíclica, a *Fratelli Tutti*.

OS DIAGNÓSTICOS

O olhar husserliano está focado num contexto posterior à Primeira Guerra Mundial e o surgimento dos regimes totalitários e estava claro o campo devastado pela guerra destruindo qualquer possibilidade de sentido para as ações humanas. “Se ela já tinha se tornado vacilante antes da guerra, agora desmoronou-se completamente” (1989, p. 4). Contudo, sua postura não é de ceticismo diante das coisas, mas acredita na possibilidade de se constituir uma reforma radical da cultura que pudesse conduzir a humanidade em direção a uma *humanitas* autêntica. Por isso, escreve em 1923 (2002, p. 4), “renovação”, pois algo novo deve suceder.

O Papa Francisco faz um diagnóstico bem semelhante na Encíclica mostrando que vivemos nas “sombras dum mundo fechado”, com tantos sonhos desfeitos e feitos em pedaços, com sinais claros de “regressão”, onde as pessoas carecem de uma consciência histórica e, o mais grave disso tudo, a ausência de “um projeto para todos”. A sua expectativa está na necessidade “de nos constituirmos como um “nós” que habita a casa comum (n. 15-17).

O RETORNO AO MUNDO DA VIDA

Nesse caminho de se constituir um “nós” que habita a casa comum encontramos na fenomenologia husserliana a proposta do retorno ao mundo da vida (*Lebenswelt*), como forma de se reaproximar da vida diante dos diversos domínios, que foram destruindo a vida subjetiva das pessoas, as possibilidades de encontros e de vivências intersubjetivas. As pessoas foram reduzidas a meros corpos. A recuperação do mundo da vida de maneira concreta se encontra no mundo das experiências imediatas das pessoas que inclui os elementos culturais e as diversas formas de intersubjetividade. O mundo da vida é dinâmico, vivo, vivido intersubjetivamente. Não haverá um “nós” prescindindo da vivência intersubjetiva, que é possível encontrar no mundo da vida. Como falar de amizade social sem essa reaproximação ao mundo de nossos convívios, de nossas vivências, de nossas relações intersubjetivas? Portanto, não se deveria saltar para as macrorrelações de imediato, mas partindo das microrrelações, desenvolvidas e experienciais nas pequenas comunidades.

É no mundo da vida que as religiões se encontram e também se destroem. Corre-se o risco de criarmos conflitos entre as religiões decorrente do não entendimento adequado das concepções dos seus membros apresentados de forma a alimentar a injustiça, a intolerância e a violência.

Contudo, o Papa Francisco nos chama a atenção dizendo que as religiões estão ao serviço de uma fraternidade no mundo. Torna-se fundamental o diálogo entre as diversas religiões, pois enquanto filhos de um mesmo Pai, não podemos nos sentir órfãos. As religiões têm uma grande contribuição para o caminho da paz, do encontro entre os diversos sujeitos e as diversas culturas. Também “os crentes precisam de encontrar espaços para dialogar e atuar juntos pelo bem comum e a promoção dos mais pobres” (n. 282). No mundo da vida, podemos encontrar-nos com os outros que pensam de maneira diferente.

O retorno ao mundo da vida somente é possível mediante o encontro das pessoas. Nele torna-se possível o encontro com a história que se constitui concretamente, com a cultura, com os valores, com as diferenças. Não se trata de um conjunto de objetos dados, mas de um mundo subjetivo do qual emerge toda a atividade humana. Temos que tomar muito cuidado com a tentação de nos colocarmos em posição de domínio ou superior em relação a esse mundo da vida. Não somos os donos da verdade. O encontro com as pessoas para a constituição da amizade social não está garantido e seguro com a imposição de preceitos doutrinários, mas tem eficácia na medida em que encontramos as pessoas em suas culturas mesmas, em seus valores. Husserl falava desde o início da necessidade de “voltar às coisas mesmas”. Tantas vezes somos carregados de preconceitos a respeito das religiões e dos religiosos.

Por que se teme tanto o encontro com o diferente? Por que resistimos tanto em conhecer as crenças diferentes das nossas? Quem teme perder a própria identidade ao retornar a esse mundo da vida, medo de perder a fé, dificilmente terá condições para o encontro entre as diversas religiões, as diversas nações. Terá enormes dificuldades de caminhar na constituição da amizade social.

Assim, o mundo da vida se apresenta como um horizonte em que se torna possível o encontro das pessoas, das culturas. É nesse horizonte que podemos constituir a vida ética e intersubjetiva. Nele torna-se possível a conexão entre vida, ética, religião, cultura. E nesse horizonte a fé vai encontrando novos horizontes cada vez mais novos e vitais. Contudo, é preciso considerar que nesse espaço o caminho essencial se mostra como intersubjetivo. Aqui nos encontramos com a segunda contribuição da fenomenologia para fundamentar a amizade social.

A EXPERIÊNCIA INTERSUBJETIVA

O desafio de compreender de maneira concreta a intersubjetividade decorre, em nosso entendimento, do próprio modelo moderno de pensar oriundo do pensamento cartesiano. Nas *Meditações* vemos como Renè Descartes no processo da *dúvida metódica* chega ao limite do pensar encontrando uma substância pensante (*Res cogitans*). Tenho certeza que “eu penso”. De modo separo temos o mundo concreto das coisas, a *Res extensa*. Entre os dois mundos não há nenhuma conexão.

Em si mesma, a verdade ou certeza do *ego cogito* não nos garante nem universalidade e nem objetividade. Qual a importância de um eu isolado que pensa? Separado do mundo e dos outros de nada vale. Estamos diante de um solipsismo difícil de ser superado. É nessa situação que o pensamento moderno irá afirmar a ideia de Deus, definida como inata por Descartes, como o fundamento da alteridade necessária ao conhecimento universal. Deus se torna um recurso lógico. Deus assim colocado como mecanismo da razão é a garantia da verdade, da certeza, da universalidade do conhecimento.

Por isso, torna-se difícil a constituição de uma amizade social que se funda intersubjetivamente sem lançar mão da perspectiva teológica. Não estamos negando a valor teológico da amizade social, contudo a cultura moderna acabou corrompendo a própria maneira de pensar Deus. Tantas imagens de Deus disseminadas pelos líderes religiosos pouco têm a ver com o Evangelho de Jesus Cristo de um Deus amoroso. Difícil falar em amor social sem recuperar a verdadeira imagem de Deus descrita pelos evangelistas.

O pensamento de Husserl segue o de Descartes até o momento do *cogito*. Nessa altura a fenomenologia dirá *cogito cogitatum*. Eu penso algo, eu encontro o outro, o outro não é fantasia. O outro tem corpo e está diante de mim. O mundo não é o que eu penso, mas o que eu vivo. Eu estou aberto ao mundo. A fenomenologia da amizade social terá outro percurso pela frente, diferente da via cartesiana. Em *Meditações Cartesianas* Husserl descreve pormenorizadamente esse caminho, que é empírico desde o início. Como é possível a alteridade? Como é possível a existência do outro? Ele não é um fantasma. Ele possui corpo. É um corpo vivencial. Um corpo vivo. É o corpo de outra pessoa, semelhante ao meu corpo, mas distinto dele. Essa será a grande novidade e contribuição da fenomenologia para a constituição de um fundamento da amizade social. Ela se funda no encontro de corpos, e não de fantasmas, de fantasias, de representações. É preciso ir ao encontro do outro, de maneira concreta.

A existência do outro é tão importante na fenomenologia como a ideia de Deus em Descartes. O corpo torna-se um novo sujeito. Por isso, não tem cabimento pensar numa amizade social sem considerar essa corporalidade que está diante de mim como um outro. Sempre dizemos da força da intencionalidade fenomenológica, porém ela não é mental, não é uma vontade. A intencionalidade é antes de tudo corporal. A amizade social é antes de tudo corporal. Ela se faz corpo na presença de outros corpos. Os outros não são simples representações ou objetos representados. Diz Husserl em *Meditações Cartesianas* (2001, p. 143):

Se me introduzo no outro pelo pensamento e se penetro mais adiante nos horizontes daquilo que lhe pertence, logo me defronto com o seguinte fato: da mesma forma que seu organismo corporal encontra-se no meu campo de percepção, assim também o meu se encontra no campo dele e, geralmente, ele me apreende de maneira igualmente imediata como outro para ele, assim como eu o apreende como “outro” para mim.

Somente seguindo a dinâmica constitutiva dos entes como é o caso do outro é que se torna possível o sentido da empatia (*Einfühlung*). Trata-se do mistério do outro, pois a sua constituição em mim se dá de forma diferente da constituição dos objetos. Daí a importância radical da responsabilidade ética no relacionamento com o outro enquanto sujeito transcendental, portanto, no mesmo nível de mim mesmo, enquanto pessoa. “Existindo, o *ego* vivencia no Outro a experiência de si” (2001, p. 161).

É muito importa perceber como o Papa Francisco percebe que determinadas “formas de agir e de pensar nos tornam intolerantes, fechados, talvez até – sem disso nos apercebermos – racistas. E assim o medo priva-nos do desejo e da capacidade de encontrar o outro” (n. 41). Essas formas de pensar e agir são a negação da possibilidade da alteridade em nós como experiência intersubjetiva. São a negação de toda e qualquer empatia, que é sentir o outro dentro de si.

Empatia não tem nada a ver com simpatia.

Quando eu encontro uma pessoa logo posso reconhecer que se trata de um ser humano, e também semelhante a mim. Assim enquanto eu o vejo tenho a percepção e a empatia que é um ser semelhante a mim. Mas o que acontece no nível psíquico? Eu posso ter uma reação de atração ou de repulsão, simpatia ou empatia. Contudo, o primeiro movimento não é nem um nem outro, mas de captar que se trata de um ser humano. A empatia é então um ato específico, que não pode ser confundido com simpatia ou antipatia. Só sabemos que captamos e estamos diante de alguém que é um ser vivente como nós (Cavaliere, 2021, p. 122).

A apreensão do outro é requisito fundamental para a experiência intersubjetiva e ela não se dá por nenhuma mediação de outra consciência. Ou seja, ninguém poderá facilitar essa mediação. Ela é pessoal. Pois se trata de uma operação direta. Na V Meditação (*Meditações cartesianas*), Husserl nos diz que podemos apreender o outro a partir do que me é primordial e os caminhos para isso são a empatia, a associação emparelhante, a analogia, a apercepção por analogia ou presentificação do outro em pessoa. O outro então se torna uma co-existência a partir da minha natureza. Esse outro em Husserl chegaria depois, ao contrário do pensamento de Emmanuel Levinas onde o outro chega primeiro.

Sem necessidade de aprofundarmos esses conceitos acima referidos, podemos dizer de maneira objetiva e sintética que a intersubjetividade é a forma primeira de vida que nos remete ao encontro com o outro. Os processos decorrentes da empatia e da comunicação acabam conduzindo à formação de uma comunidade, de um “nós”, como nos indica o Papa Francisco. Nas relações comunicativas o eu tem diante de si o outro, numa espécie de “estar-com”. O eu assim não mais se põe isolado como em Descartes, mas numa situação de “eu-com”.

É bom hoje observarmos que a comunicação mudou muito em cem anos. Atualmente nos diz o Papa Francisco,

na comunicação digital, quer-se mostrar tudo, e cada indivíduo torna-se objeto de olhares que esquadrinham, desnudam e divulgam, muitas vezes anonimamente. Dilui-se o respeito pelo outro e, assim, ao mesmo tempo que o apago, ignoro e mantenho afastado, e posso despidoradamente invadir até ao mais recôndito da sua vida (n. 42).

Então o outro se torna um “estranho no caminho”.

Portanto, nesse caminho da comunicação nos dias atuais percebe-se que nos empobrecemos em termos de possibilidades de uma convivência intersubjetiva. A compreensão da intersubjetividade comunitária é a forma primeira de uma efetiva experiência de mundo como casa comum, de um mundo comum em termos culturais e naturais. O mundo da vida, a casa comum, torna-se o caminho metodológico para a constituição da experiência intersubjetiva, em um “nós”. Edith Stein desenvolveu enormemente a questão da empatia em sua obra monumental *O problema da empatia*. Com esse conceito se faz vivência (experiência) que reconhece o outro como *alter ego*, como outro eu, sendo um instrumento em que o ser humano consegue colher e compreender os outros seres humanos, suas vivências.

Sem essa experiência intersubjetiva que permite a criação do “nós”, o ser humano não se realiza, não se desenvolve, não encontra plenitude e nem chega a reconhecer sua própria verdade. O Papa Francisco nos diz: “Só me comunico realmente comigo mesmo, na medida em que me comunico com o outro” (n. 87). De maneira forte ele ainda nos diz que “ninguém pode experimentar o valor de viver, sem rostos concretos a quem amar” (n. 87). Pois, “a vida subsiste onde há vínculo, comunhão, fraternidade” e assim se constrói sobre verdadeiras relações e vínculos de fidelidade. Não há vida quando se tem a pretensão de pertencer apenas a si mesmo. A amizade social somente se torna possível na medida em que trago o outro para dentro de mim mesmo, e assim na intimidade de cada coração, vamos criando vínculos e ampliando a existência.

OS NÍVEIS FENOMENOLÓGICOS

Ao longo de toda a obra de Husserl, percebe-se que a fenomenologia se desdobra em

três níveis fundamentais¹: a fenomenologia genética que se remete às dimensões constitutivas passivas ou passadas, a fenomenologia estática que se situa no momento presente da constituição e a fenomenologia generativa que se abre ao futuro. A fenomenologia estática preocupada em descrever a forma como as coisas se dão ou os modos de darem-se das coisas. Enquanto Descartes busca explorar as possibilidades do *cogito* a partir da esfera ativa, da reflexão ativa, Husserl procura enraizar o *cogito* em formações prévias muito mais amplas, nas chamadas sínteses passivas, no pré-dado, no pré-reflexivo. A fenomenologia genética busca explorar as possibilidades das sínteses passivas. A filósofa brasileira Creusa Capalbo (2001, p. 14) nos diz que nesse nível motivacional encontramos “o suporte obscuro que ativa a ação do indivíduo”.

A intersubjetividade está presente nos três níveis. Toda e qualquer relação não se reduz ao momento presente. Não se esgota na descrição atual. Cada relação tem raízes no passado constituído intersubjetivamente, passível se ser buscado em escavações sucessivas (sedimentos passivos) e se abre ao futuro. As gerações passadas são constitutivas de nós mesmos. Assim como na dimensão estática as pessoas se encontram, se mostram, se interagem, também há interações com gerações passadas. A constituição de cada pessoa não apenas é dada intersubjetivamente no presente, mas também intersubjetivamente no passado e abertura para o futuro. Não é uma relação simples de voltar-se para o outro, mas a intersubjetividade é constitutiva de nossa humanidade. Assim, falando em termos filosóficos, a intersubjetividade situa-se na dimensão ontológica, na constituição de nosso ser.

Vemos assim como a intersubjetividade tem alcance universal. Assim como o amor descrito na Encíclica *Fratelli Tutti* que se estende para além das fronteiras de cada cidade, de cada país, é condição para possibilitar uma verdadeira abertura universal, a ideia de fraternidade universal está apoiada nessa concepção de uma intersubjetividade que tem alcance histórico e é constitutiva de nossa humanidade. A universalidade descrita na Encíclica se contrapõe à concepção de universalismo como necessidade de viajar constantemente, fugindo da própria comunidade. O Papa nos diz da necessidade de superarmos um “mundo de sócios”, de grupos fechados. Isso é a negação da experiência intersubjetiva.

Para se avançar rumo à amizade social e à fraternidade universal é preciso haver o reconhecimento essencial do quanto vale cada pessoa, cada ser humano, em qualquer circunstância. Sendo nossa dimensão constitutiva, cada pessoa, independente do lugar onde nasceu, dos recursos que possui, possui o direito de viver dignamente. A intersubjetividade assim está na dimensão profunda de uma constituição ética da humanidade, pois é um princípio elementar da vida. Todos possuem a mesma constituição humana; portanto, com a mesma dignidade. Sem isso, “não há futuro para a fraternidade nem para a sobrevivência da humanidade”. Esse diagnóstico feito agora pelo Papa Francisco é semelhante àquele proferido por Husserl há cem anos atrás.

¹ Para maior aprofundamento do pensamento husserliano a respeito desses níveis da fenomenologia sugerimos a leitura de algumas obras do próprio Husserl: “Análises sobre sínteses passivas”, “Sobre fenomenologia da intersubjetividade”, “Análises concernentes às sínteses passivas e ativas”, “Método da fenomenologia estática e genética”, “A fenomenologia da individualidade monádica e a fenomenologia das gerais possibilidades de experiências vividas: fenomenologia estática e genética”. Esses textos estão também publicados na Coleção Husserliana Volumes XI (1966) e XIV (1973).

Como já dissemos, Husserl não se contenta em descrever a situação da crise da humanidade, mas fazer avançar a reflexão para os desdobramentos generativos. Ou seja, e agora, o que se faz? Como ele mesmo disse no parágrafo 55 de *Die Krisis*², os problemas da generatividade se referem aos campos da historicidade, alcançando graus superiores das formas essenciais da existência humana na sociedade. Afirma no parágrafo 71 da mesma obra: “...eu estou, de fato, em um presente cohumano e no horizonte aberto da humanidade, eu estou de fato em um vínculo generativo, no fluxo unitário da historicidade” (Husserl, 2012, p. 204). Em outras palavras, como a intersubjetividade é constitutiva de nosso ser, jamais estarei numa ilha isolada nesse mundo da vida. “A autoconsciência e a consciência de outrem são inseparáveis” (2012, p. 204).

Nesse sentido, torna-se central o encontro entre o mundo familiar (*Heimwelt*) e o mundo estranho (*Fremdwelt*) que explicitam a formação histórica dos fenômenos intersubjetivos. Cabe ao fenomenólogo investigar como as estruturas históricas e intersubjetivas tornam-se cheias de sentido para todos, como essas estruturas são e podem ser produzidas. A abertura para o futuro a partir das realidades históricas vividas é o elemento mais importante nessa reflexão. Assim, retomando a questão da amizade social, podemos nos perguntar até que ponto determinadas estruturas de vida, históricas e intersubjetivas, ganham sentido para todos. Como essas estruturas são produzidas e para onde elas apontam? Abre-se no horizonte o mundo da amizade social? Essas estruturas são potencializadoras para a constituição da vida intersubjetiva necessária e essencial da amizade social?

O caminho necessário do ponto de vista generativo é a busca de mundos comuns integrados numa causa constitutiva de nexos intersubjetivo, pois toca no coração da vida ética, da comunidade ética. A renovação da humanidade não pode ser a vontade particular de uma determinada pessoa ou autoridade. A amizade social não é vontade particular do Papa Francisco. A renovação ética implicada no imperativo da amizade social é um verdadeiro clamor geral que brota da convivência humana. No mundo da vida vamos encontrar uma dinâmica de cunho motivacional onde será possível plasmar uma renovação cultural da humanidade.

A partir do mundo da vida temos a possibilidade de concretizar experiências e conhecimentos já adquiridos e sedimentados passivamente, dando continuidade ao que está sendo proposto no momento presente reassimilado criativamente e projetar para as gerações futuras com valores que alimentem progressivamente as relações intersubjetivas. Sem essa tarefa torna-se utópica a proposta de uma amizade social, por maior que seja a nossa fé. Deus não assume tarefas e obrigações de cunho intersubjetivo. Elas pertencem aos homens. O papa lamenta a ausência de um projeto comum para toda a humanidade. A fenomenologia husserliana desenvolvida nos últimos trabalhos aponta para essa possibilidade como abertura para todos os povos. Por quê? Porque do ponto de vista ontológico somos constituídos intersubjetivamente.

² Por *Die Krisis* entende-se a última fase do pensamento husserliano produzido na década de 1930, e em grande parte presente no volume VI da Coleção Husserliana.

A RENOVAÇÃO ÉTICA E O AMOR

Em vista da concretização desse projeto, torna-se essencial a integração do mundo da vida ao plano histórico e ético. Esse é o mundo que se apresenta como horizonte universal de nossas experiências, que possibilita a superação do modo constitutivo das particularidades. Não se pretende uma espécie de homogeneidade ética em que desaparecem as diferenças.

Essa renovação da humanidade deverá ser feita em nós e por meio de nós, por nós enquanto membros da humanidade que vive nesse mundo, de modo a constituir uma cultura autenticamente humana. Em uma carta de Husserl a Albert Schweitzer ele escreve sobre o que consiste a renovação. Para Husserl, trata-se de uma “conversão ética e configuração de uma cultura ética universal da Humanidade” (Hoyos, 2002, p. VIII).

A maior preocupação de Husserl a respeito do pensamento ético se vincula a uma convivência humana que abarque em si os povos e as nações, bem como as pessoas que as compõem ou constituem. Essa convivência universal harmônica pode ser encontrada segundo Husserl no amor, especificamente no amor ético. Por isso, em algumas reflexões Husserl diz que o amor sem sentido autêntico é um dos problemas fundamentais da fenomenologia. O amor é uma disposição duradoura primeiramente entre duas pessoas. A solicitude amorosa pelo outro, o amor ao próximo, dá lugar ao amor ético em que o outro se encontra sempre no horizonte da minha vida e eu no horizonte de sua vida. Por isso, Husserl afirma que eu levo os outros em mim.

O Papa Francisco nós diz na Encíclica que essa aspiração ao amor, assim como a justiça e a solidariedade não é alcançada duma vez para sempre (n. 11). Isso significa que, mesmo estando o outro em nosso horizonte de vida, a aspiração ao amor requer esforço e persistência. É objeto de conquista a cada dia. Fala-se de uma aspiração grande, contudo há que se ter esperança que é uma virtude “ousada, que sabe olhar para além das comodidades pessoais, das pequenas seguranças e compensações que reduzem o horizonte” (n. 55). É preciso abrir-se aos grandes ideais que tornam a vida mais bela e digna. É preciso superar a tendência de reduzir o horizonte do amor apenas aos mais próximos, aos nossos vizinhos.

Estamos em um horizonte de aspiração da fraternidade ou do amor fraterno em sua dimensão universal. Não haveria fraternidade se esse sentimento e sua prática estivessem confinados aos limites territoriais, fronteiras nacionais, fronteiras de raças, gênero e classe social. A fraternidade nos implica como um todo no presente, e nos compromete com o nosso passado e nos abre como desafio para as futuras gerações. De nossa fraternidade atual dependerão as gerações futuras. Podemos ter como pano de fundo o amor e o cuidado aos mais vulneráveis, sempre no horizonte como opção primeira. Contudo, todos deverão estar incluídos nessa relação amorosa.

PALAVRAS DE DESPEDIDA, RUMO AO SONHO

A intenção de escrever esse artigo era de trazer para o diálogo com o Papa Francisco expresso na Encíclica *Fratelli Tutti* o pensamento de um autor de filosofia que viveu há cem anos

atrás, experimentou os horrores do regime nazista que estava se instalando na Alemanha, que viu sua cátedra universitária ser extinta mediante um Decreto do governo que assumia a Alemanha. Naquele momento Husserl temia que a humanidade ficasse cansada ou que se embrenhasse na hostilidade ao espírito e na barbárie. Infelizmente, foi o que aconteceu logo depois, pois um ano após sua morte, era iniciada a II Guerra Mundial.

Hoje temos a impressão que temos uma grande parte de cristãos muito cansados sem aquela valentia tão característica dos primeiros tempos do cristianismo. Como nos diz Husserl, temos que recuperar “o fênix de uma nova interioridade de vida e de uma nova espiritualidade, como garantia de um futuro humano grande e duradouro” (1996, p. 85). Era um grande sonho há cem anos. E a Encíclica também pode ser considerada um grande sonho, bem na linha das grandes utopias.

Como nos diz o Papa e fica reforçado pelo teólogo Leonardo Boff, num escrito em sua coluna *Rumo a Assis*: “face à gravidade da situação atual, parece não termos outra alternativa senão consultar o que há de melhor em nossa humanidade e dela extrair um projeto comum que nos poderá salvar” (2020). Somos herdeiros de gerações passadas, conectados de modo intersubjetivo pela mesma história, com um sonho por uma nova forma de habitar o mundo, de viver fraternalmente.

Por fim, o amor não pode se reduzir às relações íntimas próximas, entre as pessoas que compõem o nosso grupo, a nossa bolha social e eclesial muitas vezes. Deve dirigir-se às macrorrelações como os relacionamentos na ordem social, na ordem econômica e na ordem política. O Papa nos fala em “amor político”, em “caridade política”, em “caridade social” que visam sempre o bem comum. O amor que é cheio de pequenos gestos de cuidado mútuo também é amor civil e amor político. “A boa política procura caminhar na construção de comunidades nos diferentes níveis da vida social” (n. 182)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONILLA, Alcira Beatriz. *Mundo de la vida: mundo de la história*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1987.
- CAPALBO, Creusa. Husserl: da gênese passiva e ativa à redução. In: SOUZA, Ricardo Timm de et al. *Fenomenologia hoje: existência, ser e sentido no alvorecer do século XXI*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- CAVALIERI, Edebrande. *Via a-teia para Deus e a ética teleológica a partir de Edmund Husserl*. Vitória: EDUFES, 2013.
- CAVALIERI, Edebrande. *Fenomenologia e constelações familiares: introdução a alguns conceitos fundamentais*. Curitiba: CRV, 2021).
- HOYOS, G. La ética fenomenológica como responsabilidade para la renovación cultural. In: HUSSERL, E. *Renovación del hombre y de la cultura*. Barcelona, México: Antropos; Universidad Autónoma Metropolitana, 2002.
- HUSSERL, Edmund. *A crise da humanidade europeia e a filosofia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- HUSSERL, Edmund. *A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental: uma introdução à Filosofia Fenomenológica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

HUSSERL, Edmund. *Renovación del hombre y de la cultura*. Barcelona, México: Antropos; Universidad Autónoma Metropolitana, 2002.

HUSSERL, Edmund. *Meditações cartesianas: introdução à fenomenologia*. São Paulo: Madras, 2001.

PAPA FRANCISCO. *Carta Encíclica Fratelli Tutti: sobre a fraternidade e a amizade social*. Vaticano, 2020. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html. Acesso em 10 de dezembro de 2023.

SAN MARTIN, Javier. *La fenomenologia de Husserl como utopia de la razón*. Barcelona: Editorial Anthropos, 1987.

JOSÉ DE NAZARÉ E O CURRÍCULO EVANGELIZADOR: APROXIMAÇÕES PEDAGÓGICO-PASTORAIS

Joseph of Nazareth and the evangelizing curriculum: pedagogical-pastoral approaches

Humberto Herrera Contreras*

*Doutor em Educação. Graduado em Filosofia, Pedagogia e Teologia. Participa na Comissão para a Cultura e Educação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). É membro da Rede Internacional de Filosofia Ecológica Integral e da Sociedade Brasileira de Cientistas Católicos (SBCC).

Recebido em 25/01/2024

Aprovado em 20/04/2024

 htherrerac@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-7521-5282>

Resumo: O artigo apresenta uma contextualização sobre o testemunho de José de Nazaré, especificamente, de suas atitudes e afetos na relação com Jesus e Maria, à luz da Teologia da educação e dos estudos da Josefologia. Estabelece um diálogo entre essas marcas educativas josefinas e o currículo evangelizador, tecendo conexões com as proposições e compromissos do Pacto Educativo Global e do relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Reimaginar Juntos nossos futuros: um novo contrato social para a educação (Unesco, 2022). Pautado nesses apontamentos, exemplifica possibilidades pedagógico-pastorais que as atitudes e afetos de José de Nazaré podem apoiar discussões sobre temas emergentes como o reconhecimento dos direitos, dignidade e inclusão equitativa da mulher, a responsabilidade da

família na educação dos filhos, o cuidado da Casa comum, o acolhimento de imigrantes e refugiados e reimaginar abordagens pedagógicas que promovam a cooperação e a solidariedade.

Palavras-chave: José de Nazaré; Currículo evangelizador; Teologia da educação; Imigrantes.

Abstract: The article presents a contextualization of the testimony of Joseph of Nazareth, specifically, of their attitudes and affections in the relationship with Jesus and Mary, in the light of the Theology of education and Josephology studies. It establishes a dialogue between these Josephine educational brands and the evangelizing curriculum, weaving connections with the propositions and commitments of the Global Education Compact and the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization report, Reimagining Together our futures: a new social contract for education (Unesco, 2022). Based on these notes, it exemplifies pedagogical-pastoral possibilities that the attitudes and affections of Joseph of Nazareth can support discussions on emerging themes such as the recognition of rights, dignity and equitable inclusion of women, the family's responsibility for raising children, caring for the common home, welcoming immigrants and refugees and reimagining pedagogical approaches that promote cooperation and solidarity.

Keywords: Joseph of Nazareth; Evangelizing curriculum; Theology of education; Immigrants.

JOSÉ DE NAZARÉ: ATITUDES E AFETOS¹

Vivia em Nazaré e era um tekton, que segundo a tradição tem-se traduzido como carpinteiro (cf. Mt 13,55; Mc 6,3). Seu nome em hebraico significa “o que vai em aumento”, “Deus acrescentará”, “aumente-me (Deus)” (Cf. Obata, 1986, p. 119). Provavelmente teria 18 a 20 anos de idade quando se casou com Maria e, motivado pela sua experiência de fé, assumiu a responsabilidade pela família. Seu filho, Jesus, nasceu em Belém, cidade na qual junto com Maria, sofreu a situação de refúgio, e posteriormente, de exílio para o Egito, marcada pela situação de uma família estrangeira: não falar o idioma, não ter o apoio dos familiares ou amigos, dificuldade de encontrar trabalho e situação de pobreza. Finalmente, retiram-se à região de Galileia (cf. Mt 2,22), regressando a Nazaré. É provável que José tenha falecido antes do começo da vida pública de Jesus (cf. OSJ, s/d).

Cabe destacar que, o período anterior à sua vida pública, Jesus cresceu “nos muros hospitaleiros desta casa”, em Nazaré (Pelczarski, 2022, p. 7). Como afirma Papa Francisco (2019) José, ao lado de Maria, é “o primeiro educador de Jesus, na sua infância e adolescência”. Rey (2012, p. 4), ao referir-se à paternidade de José, destaca que: “La paternidade de José es em primer lugar educativa. José ejerce la autoridad paternal sobre Jesús. El origen de la palabra “autoridad” significa ‘hacer crecer’”. Foi José que ofereceu a Jesus “o estado civil, a categoria social, a condição econômica, a experiência profissional, o ambiente familiar e a educação humana” (Paulo VI, 1964).

A tradição da educação cristã das famílias, indica a Sagrada Família como espelho, “na qual os vínculos entre os membros são caracterizados pelo respeito recíproco, pela diferença dos papéis (o pai como guia, a mãe como ajuda, os filhos submissos e respeitosos, mas também respeitados) e por uma íntima união amorosa” (Cambi, 1999, p. 133). Vale ressaltar, nesse interim de representação da família cristã, as marcas patriarcais e autoritárias, continuam presentes. No caso da família de José, Maria e Jesus, essas marcas mostram-se disruptivas à época, considerando os relatos aos quais temos acesso, especificamente, das atitudes e ideias que Jesus expressa em sua vida pública. Atualmente, o magistério da Igreja indica a família como a primeira escola na formação integral dos filhos na qual os pais são os primeiros e principais educadores (Celam, 2007, n. 118 e 339) que possuem o dever de educar as virtudes, corrigindo, advertindo e orientando os filhos na construção de seus projetos de vida (Celam, 2011). Como sintetiza Papa Francisco (2016, n. 274): “A família é a primeira escola dos valores humanos, naquela que se aprende o bom uso da liberdade” e se transmite a fé.

Um aspecto marcante da educação cristã (cristianismo primitivo) que fica evidente nos

¹ Para fins de entendimento de “afetos” no contexto deste estudo, utilizamos a seguinte definição: “O afeto é, em primeiro lugar, uma exposição, uma capacidade de se deixar impressionar por aquilo que se manifesta. É nossa maneira de entrar em contato, não por meio de explicações, mas pela experiência.[...]. O afeto nos coloca em uma posição vulnerável de abertura e de recepção. Ele é a sensibilidade que nos abre ao outro, a outros sentidos. O encontro sensível com o outro, para Lingis (Letiche & Moriceau, 2018), é um dom. Ele nos faz pensar, sentir, experimentar, nos mostra ou nos ensina o que não sabíamos, o que não conhecíamos. O dom de repensar, de recontactar. O afeto não nos coloca diante de algo já conhecido, ele nos desloca diante do estranho e do estrangeiro. Estes nos convidam a percorrer um outro mundo, ou melhor, algo se constitui em uma interferência. O que Lingis nos ensina, em consonância com Lévinas, é que esse contato é ético antes de ser epistêmico” (Guidi, Moriceau e Paes, 2019, p. 11).

Evangelhos, é “que fala contra os hábitos correntes e quer provocar uma catástrofe interior, uma renovação espiritual, através de uma mensagem que inquieta e que desafia a tradição e a indiferença subjetiva” (Cambi, 1999, p. 123). Pauta-se na “imitação de Cristo” e na intenção de formar “o cristão segundo aquele Modelo, indicando-lhe percursos éticos e práticas religiosas” (Cambi, 1999, p. 127). É uma proposta educativa que apela “a sentimientos superindividuales como la fraternidad, la caridad y el amor ilimitado por el prójimo” (Abbagnano e Visalberghi, 1964, p. 133). Os evangelhos mostram esses exemplos e as parábolas abordam em sua riqueza de significados simbólicos esses ensinamentos. O acolhimento, a proximidade, o encontro pessoal e a escuta atenta da realidade são marcas da pedagogia de Jesus (Costa, 2014, p. 88-89).

A pedagogia de Jesus é o caminho para que a comunidade educacional ajude as novas gerações a elaborarem seu projeto de vida pessoal e comunitário. Como se desprende do diálogo de Cristo ressuscitado com os discípulos de Emaús (Lc 24), a Escola Católica deve pôr em prática uma pedagogia do encontro, do discernimento, do acompanhamento e do testemunho (Celam, 2011, p. 21).

Ao ler esta citação é possível antecipar à pedagogia de Jesus, a pedagogia de José e de Maria. Noutras palavras, é difícil imaginar ou repensar Jesus sem visualizar a figura profundamente humana de José (Di Lascio, 2013, p. 10), sua mistagogia advém da relação com Maria e José, com seus irmãos e irmãs da comunidade e da intimidade com Deus (Costa, 2014, p.91).

De acordo com João Paulo II, na *Redemptoris Custos* (1989, n. 7-16) José de Nazaré possui um papel inspirador na educação, que fica evidente em atitudes como: paciência (cf. Lc 1,39.56); Mt 2,19-21), de justiça e discrição (cf. Mt 1,19), de reflexão prudente (cf. Mt 1,20), de cumprimento às normas civis (cf. Lc 2,4), de busca de solução nas emergências (cf. Lc 2, 6s), de escuta silenciosa (cf. Lc 2, 17s), de modéstia para manter-se em segundo plano (cf. Mt 2,11), de fé contemplativa (cf. Lc 2, 33.38), de responsabilidade pela educação de seu filho (cf. Lc 2, 40.51), de ensinar a viver em sociedade, por exemplo, no acolher as visitas (cf. Lc 7, 44-46), entre outras (Ahumada, 2003, p. 127-128).

José de Nazaré, poder-se-ia chamar o “educador do silêncio”, pelo fato de não conhecermos palavras expressadas por ele, e somente suas atitudes e afetos no cuidado de Jesus, junto à sua esposa Maria. Santos (2009, p. 15) afirma: “[...] tudo em relação a José é silêncio: silêncio fecundo, reflexivo, envolvido por sonhos, carregado de incertezas, mas confiante em Deus”. Também, Guinzoni (p. 60;181) destaca o silêncio de José, como um “silêncio fecundo, solidário” que nos encoraja diante do medo que sentimos ao enfrentar os desafios da realidade. “O silêncio de José não manifesta um vazio interior, mas, ao contrário, a plenitude da fé que ele traz no coração e que guia todo o seu pensamento e ação” (Bento XVI, 2005).

Na carta encíclica *Laudato Si'*, o Papa Francisco (2015, n. 242) ressalta que São José pode nos ensinar a cuidar do mundo que Deus nos confiou:

No Evangelho, aparece descrito como um homem justo, trabalhador, forte; mas, da sua figura, emana também uma grande ternura, própria não de quem é fraco, mas de quem é verdadeiramente forte, atento à realidade para amar e servir humildemente”. [...] Ele nos pode ensinar a cuidar; pode motivar-nos a trabalhar com generosidade e ternura para proteger este mundo que Deus nos confiou.

Na carta Patris Corde (2020) o Papa Francisco elenca algumas atitudes educativas de José de Nazaré:

- José deixa de lado os seus raciocínios para dar lugar ao que sucede e, por mais misterioso que possa parecer a seus olhos, acolhe-o, assume a sua responsabilidade e reconcilia-se com a própria história. Se não nos reconciliamos com a nossa história, não conseguiremos dar nem mais um passo, porque ficaremos sempre reféns das nossas expectativas e consequentes desilusões.

- A vida espiritual, que José nos mostra, não é um caminho que explica, mas um caminho que acolhe.
- José não é um homem resignado passivamente. O seu protagonismo é corajoso e forte. O acolhimento é um modo pelo qual se manifesta, na nossa vida, o dom da fortaleza. O acolhimento de José convida-nos a receber os outros, sem exclusões, tal como são.
- Acolher a própria história, ou seja, dando espaço no nosso íntimo, até mesmo àquilo que não escolhemos na nossa vida.
- De José, podemos aprender o cuidado, a responsabilidade e a coragem criativa.

Com base nesta síntese, no próximo item destacam-se essas atitudes e afetos com as proposições do currículo evangelizador, em sua interface com os compromissos do Pacto Educativo Global (2019) e do relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Reimaginar Juntos nossos futuros: um novo contrato social para a educação (Unesco, 2022).

MARCAS EDUCATIVAS JOSEFINAS E O CURRÍCULO EVANGELIZADOR

O currículo evangelizador é um caminho de identidade (cf. Lc 24) que imprime as marcas de uma educação da fé de maneira integral e transversal, que humaniza e personaliza, comprometida com os valores éticos e a dimensão de serviço (Celam, 2007, n. 338;329;341). A passagem bíblica de Emaús indica com maestria a significatividade que o currículo evangelizador representa para a pedagogia cristã: é lugar, espaço-tempo, relação, percurso, autobiografia, documento de identidade (cf. SILVA, 2005). “Emaús” descreve uma pedagogia do encontro, do diálogo, da memória, do discernimento e do testemunho. Jesus acompanha esses jovens, lhes pergunta, lhes acolhe, constroem afetos e fortalecem seus projetos/sentidos de vida.

A escola católica reconhece-se nessa identidade e decide pela promoção integral de cada ser humano (Francisco, 2013, n.182), que reafirma “no compromisso em prol e com as gerações jovens, renovando a paixão por uma educação mais aberta e inclusiva, de escuta paciente, diálogo construtivo e mútua compreensão” (Francisco, 2019; Congregação para a Educação Católica, 2022, n. 97). Seu compromisso realiza-se pautado no Evangelho, que assume como bússola orientadora, no caminho da formação integral, que se resume no conhecer-se a si mesmo, ao outro, à criação e ao Transcendente (Francisco, 2021).

O Pacto Educativo Global adverte-nos sobre a “profunda pobreza de interioridade” (crescente dificuldade a parar, a refletir, a escutar e escutar-se). O Papa Francisco convida-nos a

“educar as demandas dos jovens, prioritárias em relação ao fornecer respostas: trata-se de dedicar tempo e espaço ao desenvolvimento das grandes questões e dos grandes desejos que habitam no coração das novas gerações, que de uma serena relação consigo mesmas, possam levar à busca do transcendente” (Congregação para a Educação Católica, 2019, p. 8).

O currículo evangelizador atualiza essa preocupação e dispõe-se em atitude de em saída (Francisco, 2013, n.24;33) comprometido com a fraternidade e amizade social (Francisco, 2020). É um currículo notadamente inclusivo e comprometido com a realidade. A partir desse pressuposto e com base nas marcas educativas josefinas sobre as que discorreremos no capítulo anterior, escolhemos quatro temas que consideramos desafios atuais: 1. O reconhecimento dos direitos, dignidade e inclusão equitativa da mulher; 2. A responsabilidade da família na educação dos filhos; 3. O cuidado da Casa comum; e 4. O acolhimento de imigrantes e refugiados.

Para cada tema apresentamos um quadro que conecta as atitudes e afetos de José de Nazaré, com os compromissos do Pacto Educativo Global e com as proposições do Relatório da Unesco (2022). A intenção dessa sistematização, situa-se em indicar de como essas marcas educativas josefinas podem inspirar os educadores (católicos) a sugerir abordagens pedagógicas que promovam a cooperação e a solidariedade. Após os quadros, apresenta-se uma figura síntese dos quatro temas.

Quadro 1 - O reconhecimento dos direitos, dignidade e inclusão equitativa da mulher

Atitudes e afetos de José de Nazaré	<ul style="list-style-type: none"> - Acolhe e protege Maria na situação de gravidez anterior ao casamento, considerando seu contexto sociocultural. Apresenta uma atitude de enfrentamento às regras da época que a condenariam e assume uma posição de respeito e de defesa da integridade dela. - Essa decisão implicou questionar os valores da época (exemplo, a sua honra) e assumir uma posição diante do cuidado da vida de Maria e de Jesus. Destaca-se sua decisão em acolher Jesus como filho, superando fatores genéticos, sociais, culturais e religiosos determinantes. - Essa experiência, possibilita-lhe repensar a compreensão patriarcal de modelo de família e opta por entender/assumir a família como experiência de amor, cuidado e de responsabilidade mútuas.
Compromissos do Pacto Educativo Global (2019)	<ul style="list-style-type: none"> - O compromisso n.3 do PEG indica “Promover a mulher”, especificamente, favorecer a participação plena das meninas e das jovens na educação. - O PEG afirma como valores ligados a este compromisso: 1. O reconhecimento dos mesmos direitos, dignidade e igualdade entre homens e mulher; 2. Maior participação das meninas e jovens na educação, através de políticas concretas de inclusão; e 3. Inclusão equitativa das mulheres nos órgãos colegiais de decisão. - Este compromisso sugere condenar todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres.

	<p>-- Sobre este desafio o Papa Francisco (2020, n.20) declara: “a organização das sociedades em todo o mundo ainda está longe de refletir claramente que as mulheres têm exatamente a mesma dignidade e direitos que os homens. Em palavras são ditas certas coisas, mas as decisões e a realidade gritam outra mensagem. É um fato que duplamente pobres são as mulheres que sofrem de situações de exclusão, maus tratos e violência, pois muitas vezes se encontram com menos oportunidade de defender seus direitos”.</p>
<p>Proposições do Relatório da Unesco (2022)</p>	<p>- O Relatório afirma que as desigualdades têm gênero, são as mulheres e meninas as que mais sofrem (p. VII). São sub-representadas em perspectivas, linguagens e conhecimentos (p. 10), e discriminadas, quando assumem posições feministas e/ou participam de movimentos ativistas em defesa dos seus direitos são discriminadas (p.7).</p> <p>- São discriminadas com base em gênero, raça, etnia, língua, religião ou sexualidade, e, em muitos contextos, sujeitas à violência, a abusos verbais e físicos, e veem suas possibilidades de viver e prosperar severamente reduzidas (p. 71). Ainda que a participação das mulheres no mercado do trabalho tenha aumento e a disparidade de gênero diminuído, os resultados ainda são preocupantes (p. 39).</p> <p>- São vítimas do fracasso global em garantir o direito à educação, especificamente, às condições de educabilidade. A pobreza continua a ser um fator determinante no acesso a oportunidades educacionais. É um fator agravante que intensifica as disparidades para estudantes meninas e mulheres (p.22). Tais disparidades aumentam pelos efeitos da crise climática, privando-lhes em sua liberdade e perspectivas de vida. Ao mesmo tempo, o Relatório reconhece que elas desempenham papéis importantes como agentes de mudança para a justiça climática (p.31).</p> <p>- Mesmo sendo evidente que mulheres e meninas carregam om maior peso em termos de apoio a famílias, comunidades, saúde, segurança alimentar e ecologia integral, recebem pouco reconhecimento ou apoio por suas enormes e essenciais contribuições (p.112).</p>

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Quadro 2 - A responsabilidade da família na educação dos filhos

<p>Atitudes e afetos de José de Nazaré</p>	<p>- Assume com responsabilidade o cuidado de seu filho, considerando as dificuldades sociais e situações de violência que marcaram seu papel desde a gravidez de Maria, passando pelo nascimento de Jesus, infância e adolescência.</p> <p>- Dirige, junto à sua esposa, a educação de Jesus, em termos morais, sociais e religiosos. Ensina-lhes valores que considera essenciais para seu crescimento pessoal</p>
--	--

<p>Atitudes e afetos de José de Nazaré</p>	<p>e comunitário e oferece-lhes condições para seu desenvolvimento integral (cf. Lc 2,52).</p> <p>- Exerce uma autoridade paterna, que pautada no respeito, orienta os comportamentos de Jesus criança e adolescente, conferindo-lhe autonomia na construção de seu projeto de vida (cf. Lc 2,48).</p>
<p>Compromissos do Pacto Educativo Global (2019)</p>	<p>- O compromisso n.4 do PEG indica “Responsabilizar a família”, isto é, ver na família o primeiro e indispensável sujeito educador.</p> <p>- Entre as sugestões que o PEG sugere aos educadores estão: 1. Envolver sempre as famílias nas atividades educativas da sua instituição/organização; 2. Garantir a presença dos representantes pais nos órgãos consultivos e deliberativos da sua instituição/organização; 3. Construir pactos educativos comunitários entre as escolas e a família, para responder às necessidades do território; e 4. Incentivar programas de formação e autoformação dos pais.</p> <p>- Papa Francisco (2020, n. 97) alerta para as periferias existenciais que estão próximas de nós, e que podem estar na própria família, bem como, das desigualdades que enfrentam em termos de condições sociais insuficientes para o desenvolvimento integral de seus filhos, privando-os de sua liberdade (n.109). Sugere reconhecer a família como “o primeiro lugar onde se vivem e transmitem os valores do amor e da fraternidade, da convivência e da partilha, da atenção e do cuidado pelo outro” (n. 114), em especial, dos avós. Ver a família como experiência de verdadeira solidariedade construída artesanalmente pela reciprocidade e reconciliação partilhadas (n.230).</p>
<p>Proposições do Relatório da Unesco (2022)</p>	<p>- O Relatório afirma que as famílias desempenham um papel fundamental e devem ser apoiadas para conseguirem ajudar as crianças a prosperar e melhorar seu desenvolvimento físico, socioemocional e cognitivo (p.55). Esse apoio aos estudantes por parte dos sistemas inclui garantia à saúde e nutrição, serviços sociais, saúde mental e necessidades especiais de aprendizagem. E, nessas garantias de apoio, o engajamento efetivo das famílias é crucial (p.79-80).</p> <p>- Sinaliza a situação de desigualdade que crianças e adolescentes enfrentam em seus processos de escolaridade, que têm na condição social e cultural das famílias um de seus fatores marcantes na garantia e acompanhamento escolares de qualidade (p.55)</p> <p>- Reconhece que as famílias, em conjunto com os líderes de governo, gestores educacionais, professores, estudantes, comunidades e organizações da sociedade civil definir e implementar a renovação da educação (p.13). As famílias precisam colaborar e ser solidárias no processo de transformação do ensino, apoiando às escolas a pensar ideias para o futuro (p.7).</p>

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

	<p>- Salienta que a educação é um processo relacional – entre estudantes, professores, famílias e comunidades – e como tal devemos buscar o conhecimento relacional e não hierárquico (p. 123). Faz um chamado às famílias a reconhecer a importância do trabalho dos professores e a serem solidárias na melhoria das condições laborais deles (p.78).</p> <p>- O documento destaca a importância das escolas e dos sistemas educacionais ouvirem as famílias e as comunidades (p.145), e responsabilizá-las na necessidade de compartilhar e valorizar a diversidade e o pluralismo ao lado de seus filhos, o que é essencial para desaprender vieses, preconceitos e divisões nos ambientes e relacionamentos que os estudantes encontram (p.146).</p>
--	---

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Quadro 3 - O cuidado da Casa comum

<p>Atitudes e afetos de José de Nazaré</p>	<p>- Vivencia uma experiência permanente de cuidado, marcada por desafios, que implicam atitudes corajosas para garantir proteção à sua família. Demonstra comportamentos resilientes que mitiguem riscos que dependendo de suas decisões poderiam ter que enfrentar.</p> <p>- Assume uma posição comprometida com a ecologia humana e cultural, que se traduz em assumir um modo de viver sustentável, que preserva a sua identidade e os seus valores. A cotidianidade familiar em Nazaré mostra-se um ambiente ecológico, mais dignificante, que influi no ver, sentir e agir de Jesus (cf. Laudato Si', n. 147-155).</p> <p>- Suas atitudes condizem com o princípio do bem comum, que pressupõe o respeito pela pessoa humana, bem-estar e segurança social. Suas decisões sinalizam colaborar para a cultura de paz e solidariedade. Pressupomos tais atitudes pelos registros que os Evangelhos expressam sobre a vida pública de Jesus (cf. Laudato Si', n. 156-162).</p>
<p>Compromissos do Pacto Educativo Global (2019)</p>	<p>- O compromisso n.7 do PEG indica “Cuidar da Casa comum”, protegendo seus bens naturais, adotando estilos de vida mais sóbrios e visando energias renováveis e respeitosa da Natureza.</p> <p>- Sugere estilos “amigos” com o ambiente, com a comunidade da vida, incentiva proteger e multiplicar os espaços verdes no seu território e nas escolas, e promover atividades em defesa da Natureza e dos seus direitos</p> <p>-Neste ponto o PEG destaca para fins de reflexão que a dimensão global da crise atual “Não se trata apenas de uma crise ambiental, financeira, política, social: é uma crise interna, que se projeta externamente em todas as dimensões do ser humano. O que está em jogo, então, é existencial, diz respeito à posição que o homem atribui a si mesmo na realidade, à maneira como ele percebe sua existência no mundo”.</p>

	<p>- Papa Francisco (2020, n.1) chama-nos a uma “fraternidade aberta”, ampliada, capaz de escutar a voz da Natureza. Alerta-nos “de que não estamos a reagir de modo satisfatório, pois este mundo que nos acolhe, está-se esboroando e talvez aproximando dum ponto de ruptura” (2023, n.2). Chama-nos a “Cuidar do mundo que nos rodeia e sustenta significa cuidar de nós mesmos. Mas precisamos de nos constituirmos como um ‘nós’ que habita a casa comum” (2020, n.17). Afirma que “hoje somos obrigados a reconhecer que só é possível defender um ‘antropocentrismo situado’, ou seja, reconhecer que a vida humana não se pode compreender nem sustentar sem as outras criaturas” (2023, n.67).</p>
<p>Proposições do Relatório da Unesco (2022)</p>	<p>- O Relatório aponta que um novo contrato social deve abranger uma ética de cuidado, reciprocidade e solidariedade. Deve fortalecer a educação como um esforço público e um bem comum. Para isso, “devemos conectar os locais de aprendizagem naturais, construídos e virtuais, aproveitando de forma cuidadosa os melhores potenciais de cada um deles” (p. XIV). “Os currículos devem abraçar uma compreensão ecológica da humanidade que reequilibre a maneira pela qual nós nos relacionamos com a Terra como um planeta vivo e como o nosso único lar”. (p.14)</p> <p>- “Precisamos de pedagogias que nos ajudem a aprender no e com o mundo e a melhorá-lo. Tais pedagogias exigem que continuemos a aprender sobre a dignidade de cada pessoa e a grande conquista que o direito à consciência e à liberdade de pensamento representam, mas desaprender o excepcionalismo humano e o individualismo possessivo. Elas devem basear-se na ética da reciprocidade e do cuidado, bem como reconhecer as interdependências entre indivíduos, grupos e espécies. Elas devem nos encorajar a entender a importância do que compartilhamos em comum e as interdependências sistêmicas que nos unem uns aos outros e ao planeta” (p.49).</p> <p>- Questiona-nos: ‘Como podemos viver bem juntos em um planeta que está sob crescente estresse? A educação precisa responder à mudança climática e à destruição ambiental, preparando os estudantes para se adaptar, mitigar e reverter essa mudança’ (p.64). “A justiça social é inseparável da justiça ecológica. Não podemos aprender a cuidar do planeta vivo sem também aprender a cuidar uns dos outros” (p.65).</p> <p>- Destaca que “o conhecimento e os ensinamentos indígenas fundamentados na terra e na água, bem como muitas cosmologias africanas e asiáticas, postulam relações nas quais os não humanos são entendidos não apenas como seres com seus próprios direitos, mas como educadores e professores com os quais os humanos podem aprender em relação” (p. 110)</p> <p>- Convida-nos a reconhecer “a biosfera – suas terras, águas, vida, minerais, atmosferas, sistemas e interações – deve ser entendida como um espaço vital de aprendizagem. Está entre os nossos primeiros educadores” (p.151).</p>

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Quadro 4 - O acolhimento de imigrantes e refugiados

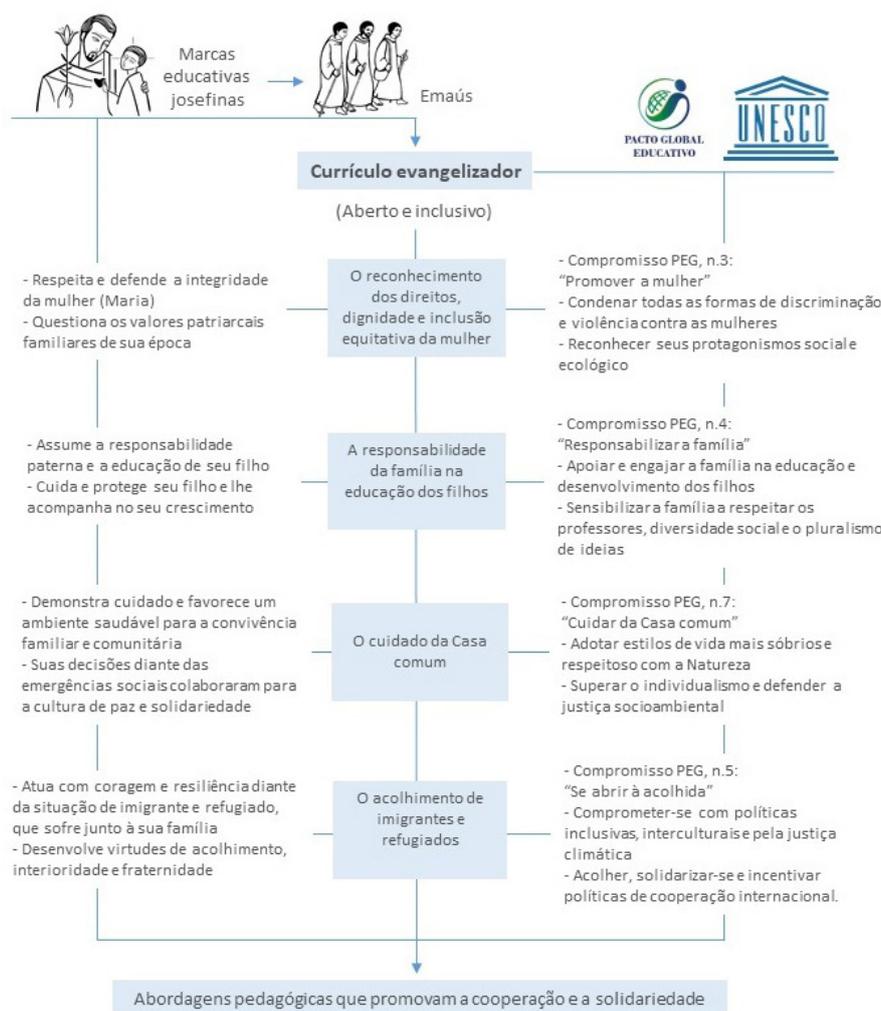
Atitudes e afetos de José de Nazaré	<ul style="list-style-type: none"> - José experimenta a situação de imigrante, sofre aporofobia, sente, junto à sua família, as dificuldades de procurar refúgio, segurança e abrigo. Como imigrante e refugiado é vítima de atitudes de aversão por ser estrangeiro e experimenta o que significa “deixar tudo e ter que partir”. - Mesmo no rigor da situação que enfrenta demonstra uma atitude de sensibilidade e proteção às crianças (Jesus) e da mulher (Maria) diante dos sofrimentos que implica viver a situação de imigração e refúgio. - Em sentido macro, desenvolve na experiência de não acolhimento da qual é vítima, uma atitude corajosa de acolhimento para com a sua própria realidade (interioridade) e para com os que lhe estão próximos (fraternidade).
Compromissos do Pacto Educativo Global (2019)	<ul style="list-style-type: none"> - O compromisso n.5 do PEG indica “Se abrir à acolhida”, que consiste em educar e educar-nos à acolhida, abrindo-nos aos mais vulneráveis e marginalizados. - Sugere uma educação na abertura e no encontro do outro, que se comprometa com as políticas de inclusão, que supere a cultura do descarte e que promova programas de sensibilização numa perspectiva intercultural e inter-religiosa. É um chamado à gratuidade fraterna, que acolhe, pelo simples fato de que acolher é um ato bom (cf. <i>Fratelli Tutti</i>, 2020, n.139-140). - No contexto das pessoas que enfrentam a situação de imigrantes, o Papa Francisco (2020, n.129) apela a que nossos esforços se resumam em: acolher, proteger, promover e integrar. Lembra-nos que “as pessoas que emigram experimentam a separação do seu contexto de origem e, muitas vezes, também de um desenraizamento cultural e religioso”, marcado por rupturas com as suas comunidades de origem, e no caso de algumas famílias quando um ou ambos dos progenitores emigram, deixando os filhos no país de origem, na promessa/esperança de voltar e/ou trazê-los para novamente estarem unidos (n. 38). - Soma-se a esse problema os impactos da crise climática que prejudicam a vida de muitas pessoas, e um desefeito, é a migração forçada (cf. <i>Laudate Deum</i>, n.2). - No caso específico dos refugiados indica-nos ser favoráveis a respostas que incrementem e simplifiquem a concessão de vistos, que promovam a abertura de corredores humanitários, que assegurem acesso aos serviços essenciais, assistência consular, que possibilitem-lhes trabalhar, que lhes assegurem acesso à educação, que garantam sua liberdade religiosa, que favoreçam a reunificação familiar e preparem as comunidades locais para os processos de integração (cf. <i>Fratelli Tutti</i>, 2020, n.130).

<p>Proposições do Relatório da Unesco (2022)</p>	<p>- O Relatório assume uma perspectiva inclusiva e sugere que “as necessidades educacionais de solicitantes de asilo, refugiados, apátridas e migrantes, em particular, devem ser apoiadas por meio da cooperação internacional e do trabalho de instituições internacionais” (p. XV). “Com a migração forçada aumentando em todo o mundo – em particular o deslocamento de populações humanas devido às pressões da mudança climática – atenção especial deve ser dada aos refugiados que não desfrutam da proteção de um Estado. Organizações internacionais e maior cooperação internacional são essenciais para garantir o direito à educação em tais situações, que é possível que se tornem cada vez mais comuns”. (p.108)</p> <p>- “A globalização acelerada e a mobilidade humana cada vez maior, sobretudo a migração e o deslocamento forçados, muitas vezes exacerbam os efeitos desumanizadores de racismo, fanatismo, intolerância e discriminação. Tais formas de violência contra a dignidade humana são expressões de estruturas de poder que procuram dominar e controlar, em vez de cooperar e libertar. Frequentemente, aqueles que desfrutam de privilégios e se beneficiam de sistemas hegemônicos discriminam com base em gênero, raça, etnia, língua, religião ou sexualidade. Além disso, eles oprimem grupos que consideram ser uma ameaça, sejam eles indígenas, mulheres, refugiados, migrantes, feministas, defensores dos direitos humanos, ativistas ambientais ou dissidentes políticos” (p.7)</p> <p>- Indica que ao definir futuros educacionais comuns é preciso garantir o direito à educação e às necessidades educacionais de refugiados e migrantes involuntários (p. 136) e promover mais pesquisas e debates sobre o papel da educação em responder “sobre a melhor forma de abordar as externalidades transfronteiriças decorrentes da migração e da mudança climática” (p.138)</p>
--	---

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

O paralelo que o conteúdo dos quadros possibilita permite-nos identificar que os quatro temas propostos à luz das atitudes a afetos de José de Nazaré, mostram-se emergências educativas que o Pacto Educativo Global e o Relatório da Unesco afirmam como compromissos essenciais para reimaginar futuros mais fraternos, justos e solidários entre os humanos e com os demais seres vivos. A figura a seguir apresenta uma síntese desse chamado social que coloca as suas esperanças num pacto/contrato educativo, que permita-nos reordenar nossos propósitos de vida, pautados numa ética de cuidado, reciprocidade e solidariedade.

Imagem: síntese do pacto/contrato educativo.



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

O lado esquerdo da figura, que sintetiza aquilo que chamamos de marcas educativas josefinas, projeta-se no testemunho de Jesus (cf. At 10,38) e reafirma a conexão entre as atitudes e afetos de José e de Jesus, seu filho. Essa ligação adquire sentido no âmbito da inspiração, do carisma que escolas e educadores podem imprimir em suas motivações pedagógicas, seja na dimensão pessoal (espiritualidade) bem como na dimensão coletiva, quando participam de um projeto pedagógico que dispõe a espiritualidade josefina como sua referência, seu estilo educativo.

No contexto dessa inspiração josefina indicamos três atitudes educativas que consideramos que podem ajudar a responder com audácia às necessidades emergentes:

a. Pensar, sentir e agir, progressivamente, mais abertos e inclusivos

José de Nazaré é descrito na história como alguém que se coloca em saída, diante da realidade, dos acontecimentos, do cotidiano de sua vida. Ele não dispõe do necessário para responder de forma mecânica às demandas que a vida lhe coloca diante de si, mas encontra, produz

respostas, sentidos. Constrói resiliência para enfrentar as adversidades. A experiência de José, não é distante, em sua essência, quando transpõe-se para os dias atuais: precisamos encontrar e produzir respostas, sentidos de vida.

No âmbito educativo, para construir essas respostas, indica-se optar por alternativas colaborativas, cooperativas e solidárias. Acolher as inquietações da realidade social/escolar e responder com sinceridade. De acordo com a Unesco (2022) reimaginar os nossos futuros passa por três questões essenciais a serem feitas acerca da educação: o que devemos continuar a fazer? O que devemos abandonar? O que deve ser reinventado de maneira criativa? No caso do Pacto Educativo Global, os compromissos situam-se nessa perspectiva e afirmam que essa construção precisa ser do local ao global (OIEC; UISG; Congregação para a Educação Católica, 2021).

Essas inquietações convida-nos a valorizar e apoiar a diversidade, a desaprender preconceitos e divisões, a ser inclusivos, interculturais, intergeracionais e antirracistas. Para isso, é fundamental incluir diversas perspectivas epistemológicas e favorecer espaços de diálogo e participação pautados numa ação multicêntrica, sinodal, que lhes permita produzir propósitos compartilhados e soluções comuns para os desafios educacionais. Além dessas características, pedagogias cooperativas e solidárias, prescindem de engajamento na comunidade e de aprendizado de serviço, de um desenho inclusivo e equitativo que valorize a neurodiversidade, as diferenças de aprendizagem e se comprometa com os estudos de deficiência e educação especial. Integra essa posição inclusiva o reconhecimento de que podemos aprender com o planeta vivo, que a biosfera é um espaço educacional vital para o nosso desenvolvimento (Unesco, 2022).

b. Escutar e acolher as necessidades dos estudantes

Iniciar e gerir processos que coloquem os estudantes no centro, isto é, que permitam aos educadores reconhecer que “a realidade é mais importante do que a ideia” (cf. Francisco, 2013, n.231), e que a mediação pedagógica se realiza nos encontros que oportunizamos. Daí que favorecer espaço-tempos e metodologias de escuta, reconhecer os afetos como guias (cf. Moriceau, 2020), é fundamental, para “juntos” discernir, refletir e cooperar nas decisões e ações que consideramos que vão apoiar/fortalecer os estudantes em suas necessidades de aprendizagem, interesses, possibilidades e sentidos de vida. Neste ponto, escutar os professores e as famílias é fundamental, tanto para acolher as suas necessidades sociais, de saúde, quanto para engajá-los nos propósitos educativos. Aquilo que, muitas vezes, identificamos nos estudantes a nível de necessidade, também está presente na vida dos professores e das famílias.

A experiência de interioridade de José de Nazaré sensibiliza-nos a acolher a crescente dificuldade dos adolescentes (e de suas famílias) a parar, a refletir, a escutar e escutar-se. Inundados por informações conseguir clareza é fundamental para tornar-se consciente de suas decisões, da

construção dinâmica de seus projetos de vida². Nesse sentido, educar para o silêncio, dirige-se a criar ambientes de genuína escuta, escutar-se, escutar os outros (escuta social), escutar a Natureza, escutar Deus (teografia³). É um silêncio que nos movimenta, nos reposiciona, produz horizonte e concretiza nossa confiança (Correia; Durau, 2020).

Necessidades como a falta de harmonia no uso/interação nas tecnologias e redes sociais, o modo de conceber e vivenciar seus relacionamentos, situações de cyberbullying, cancelamento...; a falta de interação das crianças com a Natureza, dos adolescentes com as artes e humanidades; dificuldades de lidar com situações difíceis, de frustração, violência, abuso, perda ou sensação de isolamento, de imediatismo, entre outras, são marcadas por diagnósticos de uma saúde mental fragilizada, que gera sofrimento, raiva, culpa e impede-lhes gerar autoconfiança, construir sentidos de vida. Aumento dos casos de tentativas de automutilação e de suicídio são uma realidade que devemos enfrentar e prevenir.

c. Assumir uma posição radical a favor do cuidado da vida, da Casa comum

O planeta Terra é a Casa comum na qual tudo está interligado. Nele, coabitamos e coexistimos. O desafio é afirmar a solidariedade como princípio que sustenta essa interligação, a consciência de uma origem comum, da recíproca pertença e de futuros compartilhados. Daí o sentido profundo de reconhecer e defender um antropocentrismo situado, ou seja, “reconhecer que a vida humana não se pode compreender nem sustentar sem as outras criaturas” (Francisco, 2023, n.67).

Essa percepção da Terra como a Casa comum ajuda-nos a perceber a escola como também como uma dimensão dessa casa, na qual precisamos reordenar os itinerários pedagógicos em coerência com uma ética de cuidado, de reciprocidade, de solidariedade. As infâncias, os adolescentes, os educadores precisam interagir com a Natureza, tomar consciência que coabitam uma Casa comum e que cuidar dos outros é um princípio de responsabilidade para a própria subsistência e de Bem viver⁴. Se consideramos a situação socioambiental que vivemos, essa interação, essa

² Processo no qual construímos, dinâmica e permanentemente, a nossa identidade, exercitando um olhar intencional para nossa história de vida (passado), para o nosso estado de vida (presente), para nossas perspectivas (futuro). É uma narrativa que construímos sobre nós mesmos, o itinerário de nossos passos. Não se limita ao tempo futuro, ao contrário, convida-nos a viver intensamente o agora. Ao tornar-se consciente dessas “grafias de vida”, podemos acolher nossas inquietações e tomar melhores decisões para orientar a nossa vida. (Correia; Durau, 2020).

³ A escrita de Deus ou o modo como Deus atua deixando “marcas” que podem ser lidas e discernidas. Teografia é fazer memória das marcas, como memória da experiência do encontro com Deus. Algumas marcas nos fazem sentir a “ausência de Deus” (Correia; Durau, 2020).

⁴ O Bem viver “es un dinamismo relacional y libertador (y no un acomodamiento estático). Se trata de la ética de bienestar con otros y otras, sin exclusiones. Se opone de modo tajante al egoísmo aburguesado; éste inventa un estar bien a costa de la infelicidad de los empobrecidos. Por eso al hablar de ‘vivir-bien’ me refiero a hacer el bien, celebrar la vida, interactuar con equidad y justicia. Lo bueno no es pues algo narcisista, auto-centrado, materialmente exitoso. Más bien es la praxis de bondad y ternura, de alegría y celebración, de relaciones fructíferas” (Irrazaval, 2022, p. 26).

atitude ecológica, deve ser um processo intencional e permanente⁵. O simples nomear as árvores, arbustos e flores da escola, plantar árvores ou adotar uma praça, implementar um programa de reciclagem, uma auditoria de resíduos, até integrar as dimensões da ecologia integral no currículo são passos necessários se queremos ser uma casa/escola que cuida.

Uma educação para a cidadania ecológica, na atual crise climática que enfrentamos, decide abordar essa realidade como objeto de conhecimento, afeto e atitude, e dirige-se a uma tomada de consciência, que provoca os estudantes e os educadores a assumirem posições ativistas pela justiça climática. Posições estas, imprescindíveis, se optarmos pela hospitalidade, pela vida.

4. PALAVRAS FINAIS

Duas frases de autores indígenas são suficientes:

- “... se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui” (Krenak, 2022, p. 11)
- “É o tempo que pinta o mundo” (Wapichana, 2021, p.5)
O restante, que Deus acrescenta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, N.; VISALBERGHI, A. *Historia de la pedagogía*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1964.
- AHUMADA, E. *Teología de la Educación*. Santiago: Tiberiades, 2003.
- BENTO XVI, Papa. Angelus, 18 de dezembro de 2005. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/angelus/2005/documents/hf_ben-xvi_ang_20051218.html. Acesso em: 05 de dezembro de 2023.
- BÍBLIA SAGRADA. *Bíblia do Peregrino*. São Paulo: Paulus, 2002.
- CAMBI, F. *História da pedagogia*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- CELAM. *Vão e ensinam. Identidade e missão da escola católica na mudança de época, à luz de Aparecida*. Trad. Vitor Hugo Mendes. Bogotá: CELAM; Edições SM, 2011.
- CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. *A identidade da escola católica para uma cultura do diálogo*. Roma: Vaticano, 2022.
- CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. *Instrumentum laboris. Pacto Educativo Global*. 2019.
- CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. *Pacto educativo global - vademecum*. Roma: Vaticano, s/d.

⁵ “Os currículos devem permitir reaprender como estamos interconectados com um planeta vivo e prejudicado e desaprender a arrogância humana que resultou na perda maciça da biodiversidade, na destruição de ecossistemas inteiros e na mudança climática irreversível. Podemos considerar os currículos “renaturalizados” como desenvolvendo uma conectividade profunda com o mundo natural e abraçando a biosfera como um espaço educacional” (UNESCO, 2022, p. 64).

CORREIA, V.; DURAU, O. *Projeto de vida para jovens: um itinerário metodológico de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2020.

COSTA, R. *Mistagogia hoje: o resgate da experiência mistagógica dos primeiros séculos da Igreja para a evangelização e a catequese atuais*. São Paulo: Paulus, 2014.

DI LASCIO, L. *São José, o patrono do nosso tempo*. São Paulo: Loyola, 2013.

FRANCISCO. *Carta apostólica Admirabile Signum*, sobre o significado e valor do presépio, 01/12/2019.

FRANCISCO. *Carta apostólica Patris Corde*. Roma: Vaticano, 2020.

FRANCISCO. *Carta encíclica Fratelli Tutti*, sobre a fraternidade e amizade social. Roma: Vaticano, 2020.

FRANCISCO. *Carta encíclica Laudato Si'*, sobre o cuidado da Casa comum. Brasília: CNBB, 2015.

FRANCISCO. *Discurso no Encontro "Religiões e educação"*: Pacto Educativo Global. Sala Clementina, 05/10/2021.

FRANCISCO. *Exortação apostólica Evangelii Gaudium*, sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. Roma: Vaticano, 2013.

FRANCISCO. *Exortação apostólica Laudate Deum*, sobre a crise climática. Roma: Vaticano, 2023.

FRANCISCO. *Exortação apostólica pós-sinodal Amoris Laetitia*, sobre o amor na família. Roma: Vaticano, 2016.

GUIDIS, D.; MORICEAU, J-L.; PAES, I. Sobre viver. In: PESSOA, S. et al. (orgs.). *Afetos: pesquisas, reflexões e experiências em quatro encontros com Jean-Luc Moriceau*. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2019. P. 9-24.

GUINZONI, M. *Pegadas marellianas*. São Paulo: Cidade Nova, 2016.

HENDERSON, N.; MILSTEIN, M. *Resiliencia en la escuela*. Buenos Aires: Paidós, 2010.

IRARRAZAVAL, D. *Felicidad masculina: una propuesta ética*. Chucuito, Perú, 2002.

JOÃO PAULO II, Papa. *Exortação apostólica Redemptoris Custos*. Roma: Vaticano, 1989.

KRENAK, A. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MORICEAU, J-L. *Afetos na pesquisa acadêmica*. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/ UFMG, 2020.

OBATA, R. *O livro dos nomes*. São Paulo: Círculo do livro, 1986.

OIEC; UISG; CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. *Construir o Pacto Educativo Global: do local ao global*. Guia. 2021.

OSJ. *Oraciones en honor a São José*. Colección En Espíritu y Verdad. Proyecto Solidaridad en Cristo Jesús. Perú. s/d.

PAULO VI, Papa. Homília. *Festividade de San José*. Jueves 19 de marzo de 1964. Disponível em: Acesso em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/es/homilies/1964/documents/hf_p-vi_hom_19640319_pellegrinaggio-fiat.html. 04 de dezembro de 2023.

PELCZARSKI, J. Mensagem do padre geral. In: OSJ. *Casa-Escola de Nazaré: o jeito josefino-marelliano de educar*. 2 ed. rev. e com. Curitiba: Bagozzi, 2022.

REY, D. Cuando vemos a José, nos ponemos de rodillas para adorar a Dios Padre [Homília]. In: *Cristiandad, Año LXIX*, n. 968, março de 2012.

SANTOS, M. José, *Escola de vida do terceiro milênio*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2009.

SILVA, T. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

UNESCO. *Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação*. Brasília: Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, UNESCO; Boadilla del Monte: Fundación SM, 2022.

WAPICHANA, C. *Tomoromu: a árvore do mundo*. São Paulo: Edições SM, 2021.



Itepa Faculdades
Rua Senador Pinheiro, 350
Vila Rodrigues, Passo Fundo, RS
CEP 99070-220

Fone/WhatsApp (54) 3045-6272